



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

PPGI **CH**
Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Ciências Humanas

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
– PPGICH

JÚLIA ISMAR SILVA DE SOUZA

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA IMPRENSA E
DE DOCUMENTOS OFICIAIS NA CIDADE DE MANAUS ENTRE 1890-1920**

MANAUS – AM

2024



JÚLIA ISMAR SILVA DE SOUZA

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA IMPRENSA E
DE DOCUMENTOS OFICIAIS NA CIDADE DE MANAUS ENTRE 1890-1920**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas com área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientador (a): Prof. Dr. Rafael Ale Rocha

MANAUS – AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

J94ap

Souza, Júlia Ismar Silva de.

A pessoa com deficiência a partir da perspectiva da imprensa e de documentos oficiais na cidade de Manaus entre 1890-1920 / Júlia Ismar Silva de. Souza. Manaus : [s.n], 2024.

127 f.: color.; 29 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.

Inclui bibliografia

Orientador: Rocha, Rafael Ale.

1. Saúde Pública. 2. Manaus. 3. Periódicos. 4. Pessoa com deficiência. 5. "Alienados". I. Rocha, Rafael Ale. (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. A pessoa com deficiência a partir da perspectiva da imprensa e de documentos oficiais na cidade de Manaus entre 1890-1920



DEDICATÓRIA

À Mácia Maria Cortêz da Silva,
Por toda o amor, apoio e dedicação.

À Lia Márcia e Marcelle Miranda,
Por me motivarem a crescer.

A Maria do Rosário, Cleidimar e Jozimar Oliveira,
Que me fizeram acreditar em um futuro melhor.

À Priscila,
Que me acompanhou desde a infância, por 13 anos.



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

PPGI CH
Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Ciências Humanas

EPÍGRAFE

*A inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as igualdades.*

Paulo Freire.

AGRADECIMENTOS

A produção acadêmica é uma tarefa árdua e desafiadora. Que nos faz questionar a nós mesmos e nossas capacidades. No entanto, os desafios podem ser amenizados e superados, quando recebemos o apoio daqueles à nossa volta. Os agradecimentos desta dissertação, são dirigidos a todos aqueles que, diretamente ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse ao mestrado e seguisse adiante nessa jornada.

Sou grata a Deus pelas oportunidades e por permitir-me possuir uma família que, mesmo com todas as dificuldades e desafios de um país desigual, me proporcionou a oportunidade de seguir uma carreira acadêmica. Agradeço à minha mãe, Mácia Cortêz (sim, sem o “R”), por todo exemplo, esforço e luta que me fizeram chegar até aqui. Sem ela, nada disso seria possível. Bem como minha avó Maria do Rosário, minhas irmãs Lia Márcia e Marcelle Miranda, meu tios Jozimar e Cleidimar Oliveira, que sempre estiveram ao meu lado e acreditaram em mim.

Agradeço às minhas amigas Michele Chagas, pela parceria na pesquisa e na vida, desde a graduação no curso de Turismo na Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Queren Lima, por todo apoio e parceria durante o mestrado; Bianca Gonzaga e Aline Nobre por dividirem a trajetória do mestrado comigo; e à Patricia Reis, por todo apoio e amizade desde a infância.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de financiamento à pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA), pela oportunidade de ingresso no mestrado. Sou muito grata ao meu orientador, professor Dr. Rafael Ale Rocha, por todo apoio, por todas as orientações e incentivo, mesmo em meio a momentos delicados de saúde.

Sou grata à professora Dra. Marklea da Cunha Ferst, que foi quem me apresentou o maravilhoso campo de pesquisa a respeito da pessoa com deficiência, que me orientou em diversos projetos, artigos e no TCC sobre a temática, no curso de Turismo. Além de prestar apoio na preparação para o processo seletivo para ingresso no mestrado. Agradeço, por fim, à psicóloga Helione Pontes, por todo profissionalismo e trabalho que ajudou a fortalecer minha mente e me manter firme em meus objetivos.

RESUMO

A presente pesquisa possui como temática a representação da pessoa com deficiência em periódicos e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus - AM no período de 1890 a 1920. Como objetivo geral a pesquisa passou a analisar, a partir de periódicos e documentos oficiais, como a sociedade percebia e identificava a pessoa com deficiência, bem como as formas de representação dos mesmos em Manaus (AM), no período de 1890 a 1920. Como objetivos específicos, a pesquisa visa: identificar os termos utilizados para fazer referência à pessoa com deficiência em periódicos e documentos oficiais de 1890 a 1920; identificar as características atribuídas e os métodos utilizados para determinar quem possuía algum tipo de deficiência neste período; analisar como a pessoa com deficiência era representada em periódicos e documentos oficiais de 1890-1920; e analisar como fatores socioculturais resultantes dos contextos econômico, cultural e político determinaram os tipos de tratamentos reservados às pessoas com deficiência neste período. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa e para alcançar os objetivos propostos, como procedimentos metodológicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da consulta de periódicos e documentos oficiais na Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e no *Center for Research Libraries - Global Resources Network*. Como resultados a pesquisa apresenta que as pessoas com deficiência surgem nos periódicos e documentos oficiais em contextos ligados à saúde e segurança pública, à instituições de caridade como os asilos e hospitais como a Santa Casa de Misericórdia e o Hospício de Alienados. Com exceções, tais indivíduos podem surgir em contextos onde a eles são disponibilizados espaço e local de fala, bem como uso de tecnologias que possibilitem sua comunicação.

Palavras-chave: Saúde pública; Manaus; Periódicos; Pessoas com deficiência. “Alienados”.



ABSTRACT

The present research has as its theme the representation of people with disabilities in periodicals and official documents in circulation in the city of Manaus - AM in the period from 1890 to 1920. As a general objective, the research began to analyze, based on periodicals and official documents, such as society perceived and identified people with disabilities, as well as the ways in which they were represented in Manaus (AM), in the period from 1890 to 1920. As specific objectives, the research aims to: identify the terms used to refer to people with disabilities in periodicals and official documents from 1890 to 1920; identify the characteristics attributed and the methods used to determine who had some type of disability during this period; analyze how people with disabilities were represented in periodicals and official documents from 1890-1920; and analyze how sociocultural factors resulting from economic, cultural and political contexts determined the types of treatments reserved for people with disabilities in this period. The research is characterized as descriptive and explanatory and to achieve the proposed objectives, bibliographic and documentary research was used as methodological procedures, based on consultation of periodicals and official documents in the Digital Hemeroteca of the Digital Library of the National Library Foundation and the Center for Research Libraries - Global Resources Network. As results, the research shows that people with disabilities appear in official journals and documents in contexts linked to public health and safety, to charitable institutions such as nursing homes and hospitals such as Santa Casa de Misericórdia and Hospício de Alienados. With exceptions, such individuals may appear in contexts where they are provided with space and a place to speak, as well as the use of technologies that enable their communication.

Key words: Public health; Manaus; Periodicals; Disabled people; Alienated.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Planta da cidade de Manaus no ano de 1852.	21
Figura 2: Planta de Manáos e arrabaldes no ano de 1906.	23
Figura 3: Igarapé do Espírito Santo, antes de ser aterrado e tornar-se a Avenida Sete de Setembro.	24
Figura 4: Teatro Amazonas.	30
Figura 5: Juliano Moreira.	55
Figura 6: Hospício Nacional de Alienados.	59
Figura 7: Hospital Santa Casa de Misericórdia.	62
Figura 8: Proclamação da República - Quadro de Benedito Calixto.	80
Figura 9: Mapa de 1897, mostrando então o percurso de duas linhas de bonde em Manaus. 109	
Figura 10: Trecho da linha de bondes para Flores, Manaus - AM.	110



LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Livros e trabalhos acadêmicos que se relacionam com a temática abordada.	15
Quadro 2: População residente total do município de Manaus no período de 1852-1920 segundo gênero.	22
Tabela 1: Produção de Borracha na Amazônia entre os anos de 1827 a 1860.	26
Quadro 3: Mapa demonstrativo dos indigentes internados na Santa Casa de Misericórdia e Asilo de Mendicidade, por esta Delegacia, de 1.º de maio de 1914 a 28 de abril de 1914.	34
Quadro 5: Fundação de instituições voltadas à pessoa com deficiência no Brasil.	51
Tabela 2: Relação da dívida do Estado do Amazonas de 1897 a 1909.	65
Quadro 6: Movimento dos doentes da Santa Casa de Misericórdia e do Hospício Eduardo Ribeiro.	69
Quadro 7: Teorias da representação	81
Tabela 3: Movimento do Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro durante o ano de 1900 - Movimento de Doentes.	96
Tabela 4: Mapa demonstrativo dos loucos internados no Hospício Eduardo Ribeiro entre 1º de Maio de 1913, a 28 de abril de 1914.	98
Quadro 8: Indigentes alienados remetidos ao Hospício E. Ribeiro, de 1º de Maio a 4 de Outubro de 1913, sendo delegado o dr. Raymundo Rocha dos Santos.	99



SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2. A CIDADE DE MANAUS AO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES	18
2.1 De Vila da Barra ao Nascimento da nova Manaus	18
2.2 A política de higienização e embelezamento	29
2.3 As práticas de saúde e medicina na cidade de Manaus	35
3. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX	44
3.1 A percepção da deficiência	44
3.1.1 As instituições para pessoas com deficiência no Brasil	49
3.2 Quem era o “alienado”?	52
3.2.1 Instituições para alienados	57
4. A REPRESENTAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA IMPRENSA E DOCUMENTOS OFICIAIS EM CIRCULAÇÃO EM MANAUS ENTRE 1890 E 1920	75
4.1 A imprensa na cidade de Manaus	75
4.2 O “Aleijado”	87
4.3 O “Alienado”	91
4.4 O “cego”	99
4.5 O “surdo” e/ou “surdo-mudo”	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
6. REFERÊNCIAS	115
ANEXO 1 - Carta escrita pelo alienista Juliano Moreira e publicada no Jornal do Comercio	123
ANEXO 2 - Carta Cadastral da cidade e arrabaldes de Manáos	125



1. INTRODUÇÃO

A ideia de trabalhar a temática desta pesquisa surgiu durante a graduação no curso de Turismo, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a partir da minha participação em projetos do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), orientados pela professora Dra. Marklea da Cunha Ferst, e a partir das aulas da disciplina História da Amazônia, ministradas pelo professor Dr. Rafael Ale Rocha, que veio a tornar-se orientador desta pesquisa.

Considerando a temática trabalhada nos projetos de iniciação científica, voltadas à análise da existência de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em atrativos culturais do Centro Histórico da cidade de Manaus, que hoje tornaram-se conhecidos patrimônios culturais da cidade, surgiu a seguinte inquietação: possuiriam os contextos econômico, cultural, histórico e político, próprios do momento de construção desses locais, relevância no que diz respeito ao atual cenário de acessibilidade apresentado pelos mesmos? Tal questionamento deu origem ao projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo para o ingresso no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), também pertencente à Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Contudo, após o ingresso no mestrado, levando em consideração as disciplinas cursadas, debates em sala, leituras, apontamentos de professores e orientações do professor orientador da pesquisa, o trabalho passou a possuir a temática: a pessoa com deficiência na perspectiva da imprensa em periódicos e documentos oficiais de Manaus no período de 1890 a 1920.

A escolha de tais balizas temporais deu-se em decorrência da relevância de tal período para a historiografia da cidade de Manaus e da Amazônia como um todo. Tendo em vista as transformações que vinham ocorrendo no Brasil desde a Proclamação da República (1889), e a partir do apogeu da economia extrativista que deu-se principalmente entre o final do século XIX e início do século XX, bem como a relação do período com profundas transformações na psiquiatria brasileira, que influenciaram diretamente na percepção e tratamento da alienação mental.

Para Deusa Costa (2014) da fortificação do Forte de São José da Barra do Rio Negro, até a construção da “Paris dos Trópicos” no final do século XIX, a cidade de Manaus vivenciou grandes transformações em sua espacialidade no aspecto físico e cultural. Tais



mudanças foram financiadas principalmente pelo capital acumulado em função da economia exportadora de látex. De acordo com Samuel Lucena de Medeiros (2020, p. 49-50), na última década do século XIX:

[...] Manaus passaria pela transformação de “modernização” para se tornar a conhecida “Paris dos Trópicos”. Um período de grande preocupação com a imagem da cidade, já que investimentos externos estavam em jogo, muito dinheiro decorrente do comércio do látex e derivados. Assim, mostrar a cidade como um lugar limpo, bonito e organizado era uma das metas dos primeiros governos republicanos. O lugar como saudável, salubre, seguro para uma boa saúde é vendido com novas medidas por parte do poder público local, dispendendo ainda acréscimos ao código municipal, em 1896, com dois capítulos separados para tratar exclusivamente da saúde pública e acesso a medicamentos. Os artigos 180 a 188 tratam exclusivamente dos procedimentos a serem adotados no caso de doenças infectocontagiosas em lugares privados ou públicos, como casas, casas funerárias, igrejas, teatros e vias públicas, havendo recomendações de desinfecção em determinado número de dias e obrigação da extração da “linfa vacínica” de pessoas reconhecidamente saudáveis pelos médicos.

A partir deste momento, aliaram-se ao capital acumulado, a elite e os discursos médico e político que buscaram implementar na cidade de Manaus o embelezamento, a higienização, a modernidade e a urbanização. Tal intento possuía a finalidade de apresentar aos investidores estrangeiros uma cidade bonita, ordenada e salubre, bem como facilitar a circulação e escoamento de mercadorias.

No entanto, o espaço urbano que se organizava era segregador. Almejava excluir da Manaus que se formava, todos aqueles que não estivessem em conformidade com os novos padrões que se desejava adotar. Para tanto, através de mecanismos disciplinadores, normatizadores e punitivos, aos poucos os pobres, desordeiros, doentes, trabalhadores, dentre outros atores sociais, foram sendo segregados do apogeu da borracha e da “Paris dos Trópicos”, sendo relegados aos hospitais, hospícios, periferias da cidade ou até mesmo para fora dela.

As elites e o governo criaram, a respeito daqueles atores sociais que desejavam excluir, uma imagem negativa que relacionava seus modos de vida ao atraso, selvageria e primitivismo. Aqueles que detinham o poder, buscavam romper com os elementos herdados de comunidades tradicionais e indígenas e importar elementos, costumes e práticas culturais europeias, entendidas pela elite e pelo governo da época como civilizadas e modernas. Para José D’Assunção Barros (2005, p. 31):



São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros.

Portanto, os conhecimentos e o olhar médico acerca dos “aleijados”, “alienados”, “cegos” e “surdo-mudos” foi, no período escolhido para a pesquisa, diretamente influenciado pelos conhecimentos e pela cultura europeia, tendo em vista que, o modelo em voga acerca da “deficiência”, tratava-se do modelo médico. Contudo, como será visto ao longo da pesquisa, o modelo caritativo e o modelo médico acerca da deficiência coabitaram as esferas culturais, médicas e sociais da cidade de Manaus.

No que diz respeito à questão da alienação mental na cidade de Manaus, os governantes e médicos da cidade, buscaram difundir uma imagem de controle social e urbano, bem como de progresso médico. Visando apresentar que tais indivíduos, quando na impossibilidade de serem tratados em suas casas e por suas famílias, deveriam ser conduzidos à uma instituição apropriada ao seu tratamento. Apresentando, desta feita, o hospício como local adequado ao tratamento dos “alienados”, utilizando-se dos tratamentos mais modernos em voga na Europa. E buscando legitimar a medicina e o olhar médico ocidental como únicos detentores da verdade médica e de tratamentos eficazes e à prevenção e ao estabelecimento da saúde. Deslegitimando e apresentando como falsos conhecimentos e práticas curativas relacionadas às culturas indígenas e comunidades tradicionais, por exemplo.

Como objetivo geral a pesquisa passou a analisar, a partir de periódicos e documentos oficiais, como a sociedade percebia e identificava a pessoa com deficiência, bem como as formas de representação dos mesmos em Manaus (AM), no período de 1890 a 1920. Como objetivos específicos, a pesquisa visa: 1) identificar os termos utilizados para fazer referência à pessoa com deficiência em periódicos e documentos oficiais de 1890 a 1920; 2) identificar as características atribuídas e os métodos utilizados para determinar quem possuía algum tipo de deficiência neste período; 3) analisar como a pessoa com deficiência era representada em periódicos e documentos oficiais de 1890-1920; e 4) analisar como fatores socioculturais resultantes dos contextos econômico, cultural e político determinaram os tipos de tratamentos reservados às pessoas com deficiência neste período.

Segundo a historiadora Tania Regina de Luca (2022, p. 36) os termos “documento” e “fonte” não são precisamente considerados sinônimos. Pois, segundo a autora, enquanto o



documento caracteriza-se como todo elemento advindo do passado (seja ele remoto ou recente), a fonte faz referência ao conjunto escolhido pelo (a) pesquisador (a) para ser analisado e utilizado na construção de sua argumentação.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa, visto que visa compreender as formas de representação da pessoa com deficiência a partir dos periódicos e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus entre o período de 1890 a 1920. Desta feita, buscando alcançar os objetivos propostos para a pesquisa, como procedimentos metodológicos foram adotadas as pesquisas bibliográfica e documental, sendo a pesquisa documental realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e no *Center for Research Libraries - Global Resources Network*, onde foram consultados os periódicos e documentos oficiais utilizados como fonte da pesquisa.

Salienta-se que durante o desenvolvimento da pesquisa nos periódicos e documentos oficiais relativos ao período elegido para análise (1890-1920), como será visto de forma mais detalhada no terceiro capítulo deste trabalho, para fazer-se referência aos indivíduos que hoje identificam-se como pessoa com deficiência e pessoa em sofrimento mental foram identificados termos hoje considerados pejorativos tais como: “alienado”, “aleijado”, “cego” e “surdo-mudo”. Destaca-se que tais termos serão empregados nesta pesquisa como categorias de análise e sua pertinência se dá em relação ao período de análise da pesquisa, não possuindo relação com os dias atuais.

Tendo em vista que, de acordo com Tania Regina de Luca (2022), um testemunho, independente de sua natureza, é marcado por quem o produziu e como foi produzido, remetendo a relações de poder. Segundo a autora, “[...] sua sobrevivência informa acerca do lugar social ocupado no seu tempo e dos diferentes sentidos que pode ter adquirido posteriormente” (De Luca, 2022, p. 42-43). Portanto, os termos empregados para fazer referência às pessoas com deficiência ou em sofrimento mental, na passagem do século XIX para o século XX, fazem parte das relações das complexas relações de poder existentes na cidade naquele período.

Destacamos que, no desenvolvimento da pesquisa documental surgiu um outro “personagem” desta narrativa: o “alienado”, que não necessariamente se encaixa na categoria de pessoa com deficiência. No entanto, no período elegido para realizar a pesquisa (1890-1920), momento em que a psiquiatria ainda buscava firmar-se como ciência e o saber médico acerca da deficiência imperava, não se dispunha de aparatos metodológicos

suficientes para reconhecer e diferenciar a deficiência intelectual do transtorno mental. Nesse sentido, de acordo com Vera Portocarreto (2002), os ditos anormais, as pessoas com deficiência intelectual e os “alienados” tornaram-se objetos do mesmo discurso científico.

É reconhecidamente notória e relevante a quantidade e qualidade de produções acadêmicas que abordam o período denominado *Belle Époque na cidade de Manaus*, datado do final do século XIX e início do século XX, muitos deles utilizados nesta pesquisa. No entanto, a justificativa desta pesquisa reside no fato de que, como abordado por Piccolo: “[...] a experiência da deficiência ainda é uma vasta área não mapeada pela história e uma experiência amplamente silenciada nas narrativas políticas” (Piccolo, 2022, p. 30).

Na história da cidade de Manaus, tal cenário não apresenta grande diferença. Tornando-se necessário ainda explorar maiores nuances dessa relação entre a sociedade manauara e a deficiência/pessoa com deficiência. Destacando-se que a presente pesquisa não busca esgotar o assunto em sua totalidade, tampouco apresentar verdades irrevogáveis, visando, no entanto, apresentar a forma como a sociedade manauara convivia, percebia e tratava a deficiência e a pessoa com deficiência. Utilizamos, para isso, periódicos e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus no período entre 1890 e 1920.

Abaixo, apresentar-se-á um quadro, com alguns dos trabalhos encontrados relacionados à temática da presente pesquisa. Destacando-se que, neste quadro, não estão inseridos todos os títulos. Observa-se ainda que, apesar de uma considerável quantidade de trabalhos relacionados à temática, são poucos os que abordam a temática do “alienado” e da pessoa com deficiência.

Quadro 1: Livros e trabalhos acadêmicos que se relacionam com a temática abordada.¹

Autor	Título	Modelo	Instituição/Editora	Ano
Edinea Mascarenhas Dias	A Ilusão do Fausto	Livro	Editora Valer	3ª Edição (2019)
Deusa Costa	Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana - Trabalhadores de Manaus (1890/1915)	Livro	Editora Valer	2014

¹ Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - UFAM; Repositório Institucional - UEA.



Otoni Mesquita	La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)	Tese	Universidade Federal Fluminense - UFF	2005
Ana Maria Daou	A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”: Práticas e Representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX	Livro	Rio Book's	2014
Maria Luiza Ugarte Pinheiro	Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)	Livro	EDUA	2015
Maria de Jesus do Carmo Araújo	As instituições médicas para alienados na cidade de Manaus (1880-1927)	Dissertação	Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2017
Júlio Santos da Silva	Adoecendo na Cidade da Borracha: Manaus (1877-1920)	Dissertação	Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2012
Samanta Araújo Freire	Identidade, Deficiência e Movimentos Sociais: um olhar sobre as associações de PCDs no município de Manaus	Tese	Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2020
Patrícia Melo Sampaio (Org.)	Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967)	Livro	EDUA	2016
Raquel Maria Navarro	A história da política de saúde mental do Amazonas: a reforma	Dissertação	Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. Universidade Federal do	2015



	psiquiátrica e sua estruturação		Amazonas - UFAM	
Samuel Lucena de Medeiros	Comprado saúde: o consumo de remédios e seu contexto na Manaus antiga (1892-1939)	Dissertação	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH/UEA	2020
Cristiana Maria Petersen Grobe	Manaus e seus Igarapés: a construção da cidade e suas representações	Dissertação	Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2014
Valdirene Aparecida Pires Porto	Imprensa, imigração, trabalho e sociabilidades femininas na Belle Époque Manauara, 1880-1920	Dissertação	Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2016
Priscila Daniele Tavares Ribeiro	Do burgo podre ao leão do norte: O Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)	Dissertação	Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2014
Lidiane Alvares Mendes	Na esteira da loucura: Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro - práticas e representações na ala feminina, Manaós (1894/1930)	Dissertação	Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas - UFAM	

Fonte: UEA; UFAM.

Para tanto, localiza-se a justificativa e pertinência da presente pesquisa, no que diz respeito ao período escolhido para a sua realização (1890 a 1920), ser um período de grande relevância na historiografia de Manaus - AM, bem como na pouca quantidade de trabalho relacionados à temática. Proporcionando, desta forma, que a pesquisa contribua para a exploração e alargamento de um campo de pesquisa ainda pouco explorado.

O capítulo 1 desta pesquisa, intitulado a cidade de Manaus ao final do século XIX e início do século XX: construções e reconstruções, busca apresentar as principais transformações ocorridas na cidade de Manaus ao final do século XIX e início do século XX e como tais transformações impactaram na vida da pessoa com deficiência e do “alienado”.

O capítulo 2 desta, intitulado a pessoa com deficiência na transição do século XIX para o século XX, busca apresentar o olhar médico acerca da percepção da pessoa com deficiência e do “alienado”, bem como as instituições a eles dirigidas e destacar a tentativa da elite, do governo e da medicina em legitimar a medicina e o olhar médico ocidental como únicos e verdadeiros, em detrimento de quaisquer outras práticas curativas.

O capítulo 3, o último desta pesquisa, intitula-se a representação da pessoa com deficiência na imprensa e documentos oficiais em circulação em Manaus entre 1890 e 1920 e, em seu desenvolvimento, apresentar-se-á as formas de representação dos atores sociais tidos como “aleijados”, “alienados”, “cegos” e “surdo-mudos”, em jornais e documentos oficiais da cidade de Manaus, colocando ênfase nos adjetivos, discursos e contextos utilizados e nos quais eles aparecem.



2. A CIDADE DE MANAUS AO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES

Como ponto inicial desta pesquisa apresentar-se-á como ocorreu o processo de construção e reconstrução da cidade de Manaus que se deu ao final do século XIX e início do século XX. Utilizando-se como base teórica o livro *A Ilusão do Fausto*, de Edinea Mascarenhas Dias (2019), o livro *Cidade, Teatro e o “Paiz das Seringueiras”*: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX, de Ana Maria Daou (2014), e a tese de Otoni Mesquita, intitulada *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)* (2005).

O processo de construção e reconstrução da cidade de Manaus, caracterizou-se como um processo complexo, que envolveu vários atores sociais e complexas relações de poder. Buscaremos abordar tais nuances a seguir, apresentando de que formas tal processo impactou nas relações médicas e sanitárias na cidade de Manaus e, conseqüentemente nas formas de tratamento dadas às pessoas com deficiência e os ditos “alienados”. Apresentando de que formas os dispositivos disciplinadores e normatizadores implementados na cidade impactaram a vida da população moradora da cidade.

2.1 De Vila da Barra ao Nascimento da nova Manaus

A cidade de Manaus que conhecemos hoje, em seu princípio, apresentava-se bem diferente da atual. Sendo colonizada por Portugal, “[...] as formas de criação de um espaço estruturado para a vivência dos grupos se sobrepõem na visão e desejos de Portugal, idealizando e transplantando modelos de cidade para diversas regiões, incluindo a Amazônia” (Mendonça, 2020, p. 16). A partir disso, temos o início de conflitos culturais entre colonizadores e colonizados e o estabelecimento de uma visão de que os povos indígenas seriam atrasados e selvagens, baseada no determinismo geográfico e influenciada pelos preconceitos de cor e raça.

Inicialmente possessão espanhola, o território hoje conhecido como estado do Amazonas passou a ser explorado por Portugal quando se deu a União Ibérica (1580-1640). A primeira construção portuguesa que objetivava a ocupação territorial na localidade foi o Forte da Barra de São José do Rio Negro, sendo que “[...] O local para a construção do forte fora



bem estudada, assim como a área da futura cidade de Manaus. Assim, o forte foi construído às margens da Ponta do Camanaus, espaço já habitado pelos indígenas Manaós (Mendonça, 2020, p. 17).

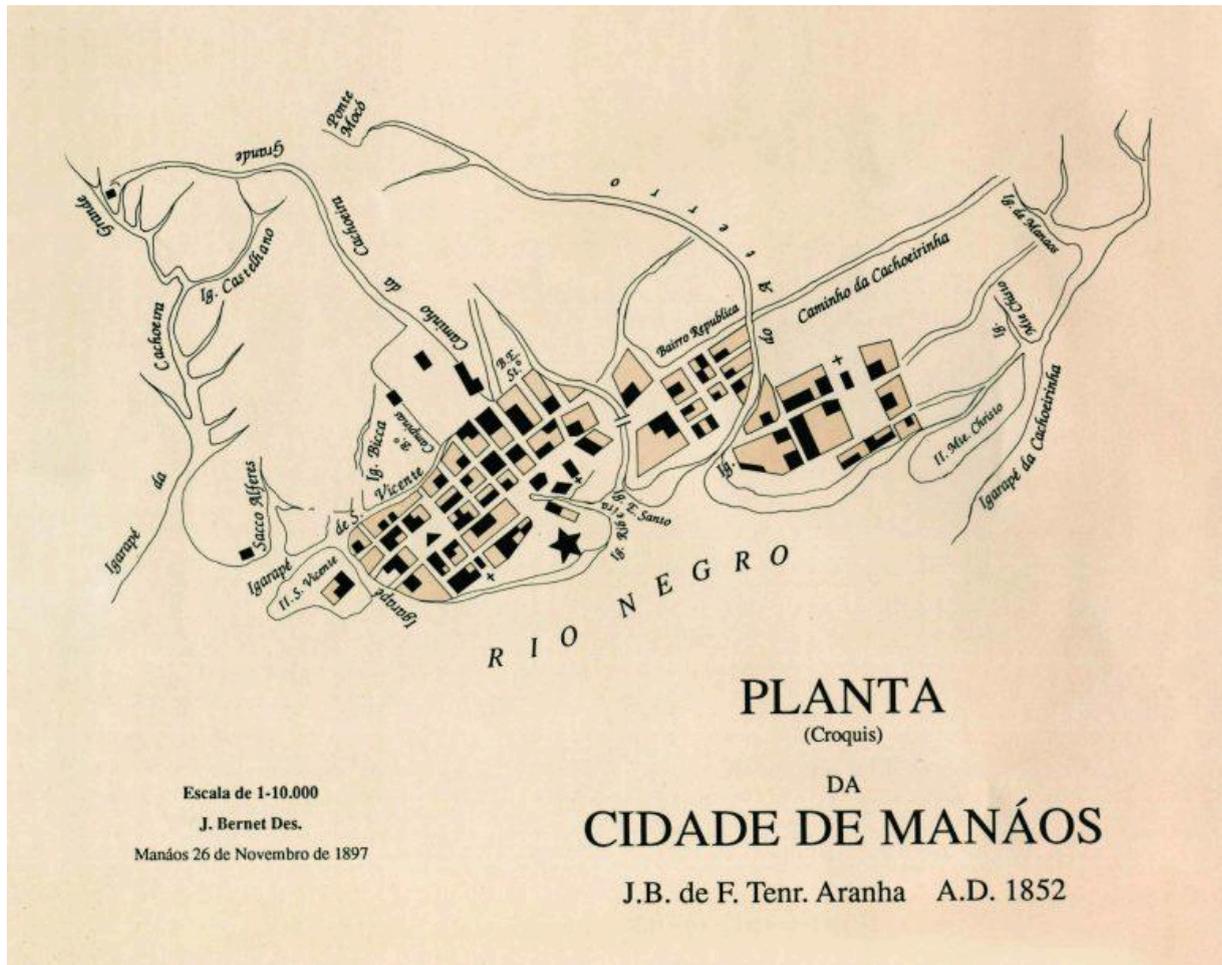
Para Lidiane Álvares Mendes (2016), no século XVII a intensa busca por indígenas que pudessem ser utilizados como escravizados durante a colonização portuguesa, adentra o território que hoje é conhecido como Amazonas. Esse território passa a fazer parte dos contextos de exploração indígena, povoação de Portugal e extração das drogas do sertão, sendo elas: canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeira, salsaparrilha, dentre outras.

Ainda segundo a autora, a primeira edificação construída na região foi uma fortificação de barro e palha, erguida às margens do Rio Negro e que inicialmente, foi chamada de Fortaleza da Barra. Mais tarde, a partir do crescimento do povoado, passou a chamar-se Vila da Barra do Rio Negro e, naquele momento, não ultrapassava seis mil habitantes, em sua maioria indígenas e mestiços.

O processo de colonização e ocupação da localidade que hoje denomina-se Manaus, foi um processo lento e só possuiu drástica mudança após o *boom* da exportação da borracha. Segundo Ana Maria Daou (2014), no ano de 1848 a Vila da Barra do Rio Negro foi elevada à categoria de cidade, em 1852 tornou-se a capital da Província do Amazonas e, em 1856, passou a chamar-se Manaus. Para Júlio Santos da Silva (2012), a província do Amazonas foi a última província criada no Brasil Império. Segundo o autor, suas dimensões geográficas compreendiam o antigo território pertencente à Capitania de São José do Rio Negro.

Até o momento em que ocorreu o aumento da exportação do látex e a receita do Estado passou a elevar-se, a Vila da Barra era uma localidade que, mesmo sendo a capital da Província do Amazonas, não contava com uma grande estrutura, tampouco prédios construídos de forma elaborada. Tal cenário gerava incômodo na elite e comentários de diversos viajantes que passavam pelo local. Para Daou (2014), o espaço urbano que se formava quando da elevação à categoria de Província possuía um sentido político, sendo um local privilegiado do fazer civilizador e local da consolidação da distinção para a elite formada no período provincial.

Figura 1: Planta da cidade de Manaus no ano de 1852.



Fonte: Instituto Durango Duarte.²

A seguir, apresentar-se-á um quadro que comporta o recenseamento da população residente da cidade de Manaus, entre o período de 1852-1920, onde pode verificar-se a influência da economia exportadora de borracha no aumento populacional da cidade.

² <https://idd.org.br/iconografia/planta-da-cidade-de-manaos-de-1852/>. In: Um olhar pelo passado, 1897, de autoria de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.



Quadro 2: População residente total do município de Manaus no período de 1852-1920 segundo gênero.

ANO	1852	1872	1890	1900	1910	1920
Homens	-	16.846	20.558	34.713	-	39.291
Mulheres	-	12.488	18.162	30.667	-	36.413
TOTAL	5.081	29.344	38.720	65.380	77.277	75.707

Fonte: Amazonas (1852); Brasil, Recenseamentos Gerais de 1872, 1890, 1900 e 1920, e Anuário Estatístico do Brasil de 1908-1912.³

Apresentado como um período de grande desenvolvimento econômico, de profundas mudanças culturais e de perceptíveis alterações na estética e infraestrutura da cidade de Manaus, o apogeu da economia baseada na exportação da borracha ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX, deixando marcas que perduram até hoje na capital do Amazonas. A vila descrita pelos viajantes do século XVIII como um lugar esquecido, com prédios em ruínas, cortada por igarapés e pontes improvisadas, sem uma classe trabalhadora e com pouquíssimos habitantes, daria lugar a uma Manaus que se mostraria irreconhecível àqueles que a visitaram no passado.

³ *Cidade, Teatro e o "Paiz das Seringueiras": práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX*, de Ana Maria Daou (2014).

Figura 2: Planta de Manaus e arredores no ano de 1906.



Fonte: Instituto Durango Duarte.⁴

Conforme Daou (2014) eram recorrentes os comentários dos viajantes que passavam pela localidade em meados do século XIX, mencionando a precariedade das ruas, a simplicidade das casas, o pequeno comércio e o caráter disperso da população. Acerca do exposto:

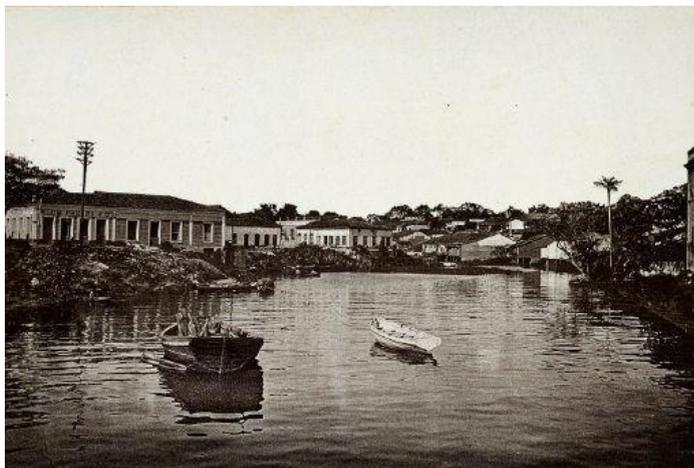
Tudo girava em torno do centro e a vida da cidade era vivida por todos os segmentos sem distinção: “sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias de

⁴ Acervo: Igha – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

barro, ora rua, ora igarapé; numa porta uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco”. Estes são os contrastes que Lallemand relata, de onde conclui que “em Manaus todos mandriam, todas as categorias e classes em geral, de cor, livres e escravos (Avé-Lallemand, (1859, p. 100 *apud* Dias (2019, p. 29).

Na imagem exposta abaixo, pode-se observar a cidade antes de completar o processo de remodelação e modernização, onde muitos igarapés são aterrados para tornarem-se largas avenidas visando a melhor circulação e escoamento de mercadorias, bem como melhorias estéticas seguindo os padrões europeus.

Figura 3: Igarapé do Espírito Santo, antes de ser aterrado e tornar-se a Avenida Sete de Setembro.



Fonte: George Huebner/Acervo Instituto Moreira Salles. 1900c.

Tais mudanças foram financiadas pelo acúmulo de capital advindo da exportação da borracha e protagonizadas por uma pequena elite aliada ao governo do Estado que, juntos, passaram a adotar discursos de “civilização”, embelezamento, higienização e modernização da cidade. No entanto, segundo Daou (2014, p. 43):

Aparentemente isoladas e via de regra identificadas com o crescimento da cidade advindo da economia da borracha, as alterações urbanas ocorridas em Manaus na última década do século XIX devem ser entendidas como a expressão local de um movimento mais geral que ocupou as elites, tendo em vista a implantação de cidades ou seu remodelamento, segundo padrões distintos do que foi a urbanização promovida pelo império.



As profundas mudanças vivenciadas pela cidade de Manaus e seus moradores ao final do século XIX, não foram um processo isolado. Acompanhavam uma demanda nacional e internacional pela modernização e “civilização” do país, em especial das suas capitais, com a finalidade de apresentar um país apto a receber os investimentos econômicos europeus. A cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, é um exemplo da corrida pela modernização do país visto que, entre os anos de 1902 e 1906 a cidade, especialmente seu centro, passou por intensas reformas urbanas, ocorrendo, de acordo com Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva (2019) duas reformas concomitantemente: uma realizada pelo governo municipal e a outra pelo governo federal.

Sendo a reforma municipal gerida pelo então prefeito Pereira Passos e, durante a realização, foram priorizados os aspectos comportamentais, buscando “civilizar”. Já na reforma federal, que ocorreu na gestão de Rodrigues Alves e foi dirigida principalmente por Lauro Muller e Francisco Bicalho, foram priorizados os aspectos urbanísticos e sanitários. Para Silva (2019, p.2):

A Reforma Urbana Pereira Passos foi uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio de arquitetura, ideias e costumes. A Europa, especialmente as cidades de Paris e Londres, era tida como um modelo de civilização, progresso e modernidade a ser seguido. O progresso era sinal de desenvolvimento material; a civilização de comportamento pautado em um ideal burguês europeu; a modernidade no embelezamento e no saneamento relacionada a sair de um passado colonial e se adequar a um novo presente, certamente europeu. Dessa forma, as mudanças na capital tiveram um caráter urbanístico, sanitário e também comportamental, e a transformação da cidade se deu em um nível simbólico-espacial. Uma frase muito usual na época era “o Rio civiliza-se”, que demonstra todo esse imaginário.

As intervenções realizadas na cidade de Manaus buscavam romper com os costumes herdados de indígenas e com a influência do Império. A elite e o governo buscavam, desta forma, apresentar uma cidade repleta de modernidade, civilização, beleza arquitetônica e estética segundo os moldes dos grandes centros urbanos ocidentais. Para Deusa Costa (2014, p. 43):

No aspecto físico, a Manaus da virada do século, no processo de metamorfose que sofreu para modernizar-se, viu suas precárias pontes de madeira transformando-se em aterros, e outras sendo construídas em ferro e alvenaria; o calçamento de ruas centrais com paralelepípedos de granito, pedra tosca e madeira; a iluminação pública

mudando de querosene ou óleo de tartaruga para gás ou energia elétrica; os prédios públicos construídos em estilo europeu; o abastecimento de água encanada, no centro, e em bicas, na periferia; a viação urbana feita a partir dos modernos bondes e, ainda, cento e trinta linhas telefônicas, só para citar setores de infraestrutura básica, na área central da cidade.

No entanto, para a autora, “[...] muitas dessas transformações – já incorporando o discurso da modernização – esboçaram-se muito antes, por parte de um pequeno segmento da sociedade” (Costa, 2014, p. 44). Porém, de acordo com Deusa Costa (2014), foi a partir da economia baseada na exportação da borracha que as transformações foram ganhando novo ritmo, justificadas pela alegação de que a cidade necessitava apresentar-se à altura de sua nova função de centro comercial, que possuía alta demanda advinda de países da Europa e dos Estados Unidos.

De acordo com Avelino (2008) a Amazônia já exportava borracha desde meados de 1830, porém, em quantidades modestas para a chamada “Indústria da Borracha”, localizada em países industrializados. As quantidades exportadas eram modestas em decorrência das mudanças de temperatura que impactavam negativamente no produto.

Esta limitação só foi superada após o processo de vulcanização (1839) empreendido por Charles Goodyear que torna a goma elástica resistente ao calor e ao frio. Assim, a chamada “borracha vulcanizada” passou a ter utilização ampliada. Rodas dentadas, correias, mangueiras e outros produtos passaram a ser produzidos tendo-a como matéria-prima (Avelino, 2008, p. 67).

Tabela 1: Produção de Borracha na Amazônia entre os anos de 1827 a 1860.

ANO	KG	ANO	KG
1827	31.365	1846	673.725
1830	156.060	1850	1.446.550
1836	189.225	1856	1.906.000
1840	388.220	1860	2.673.000

Fonte: Weinstein, Bárbara (1993, p.22 *apud* Avelino, 2008, p. 68).⁵

⁵ Weinstein, Bárbara. A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.



Para tanto, podemos observar que o aumento nos níveis de exportação da borracha, que proporcionou e viabilizou a implementação de desejos já antigos da elite manauara de civilizar e embelezar a cidade, só puderam acontecer em decorrência da demanda internacional pelo látex, ocorrendo em decorrência de uma imposição e controle estrangeiro e refletindo, assim, na arquitetura, costumes, hierarquia social, saúde e urbanização da cidade.

A borracha propiciou a Manaus o alargamento de seu espaço e a redefinição de sua organização. Pela cidade transitavam milhares de toneladas do produto para exportação, vindas dos mais distantes seringais da região amazônica, e circulavam vários tipos de mercadorias e pessoas. A capital do látex adquiriu nova fisionomia, corrigem-se acidentes de terrenos, organizou-se o diagrama de nivelamento da cidade, a fim de estabelecer normas aos novos projetos de construção: aterraram-se igarapés, estes muitas vezes usados como via de comunicação, fonte de abastecimento d'água e local de lazer (Dias, 2019, p. 37).

Dias (2019) conta que, a partir de 1890, Manaus sofreu um primeiro grande surto de urbanização devido aos investimentos propiciados pela acumulação de capital advindo da exportação do látex. Com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros e novos moradores para a cidade, os governantes passaram a idealizar e implementar planos de embelezamento e higienização.

Conforme Souza (p. 88 *apud* Dias, 2019, p. 30), modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais desse período passa a ser o grande objetivo dos administradores locais. A cidade necessitava apresentar-se moderna, limpa e atraente para aqueles que a visitassem a negócios ou que pretendessem estabelecer moradia. A política seria a transformação de Manaus defendendo a dominação do grupo que iria geri-la, assumindo uma nova configuração social condizente com a nova função da cidade – grande exportadora do látex e importadora de produtos estrangeiros.

Para que tal objetivo fosse alcançado, seus habitantes precisaram expropriar-se de antigos costumes provincianos, de costumes herdados de indígenas e de tudo aquilo que fosse de encontro aos moldes europeus de modernidade e civilidade. Para Daou (2014) a formação da cidade e a imposição de uma imagem de cidade moderna estavam ligadas à construção e auto representação da elite.

Segundo Mesquita (2005), a construção de avenidas largas e pavimentadas eram realizadas com a finalidade de estabelecer um novo padrão de civilização almejado,

destacando-se o aterro de Igarapés, o nivelamento de aterros, o calçamento de ruas, a instalação de serviços de distribuição de água potável, o sistema de esgotos, a implantação de rede de iluminação pública e serviços de telefonia, os serviços de bonde, a construção de prédios públicos, o ajardinamento de praças, dentre outras transformações.

Almejando acompanhar o ritmo da modernidade imposto pela Europa, em especial da cidade de Paris, novos estilos e técnicas foram incorporadas às construções públicas e particulares. “O que fica evidente no Período da Borracha é a utilização de referências neoclássicas concomitantes à utilização de outras referências estilísticas” (Dias, 2013, p.34). Dentre elas pode-se citar o neobarroco e o neogótico. Segundo Dias (2013), neste período a arquitetura estava mais voltada às questões estilísticas e decorativas e utilizava-se de novas tecnologias e métodos.

E, para cumprir o objetivo de embelezar e modernizar a cidade, o governo utilizou mão de obra indígena e de imigrantes que foram atraídos pelo discurso do fausto. Quando estes não se dirigiam diretamente aos seringais, trabalhavam em obras e outros serviços na cidade. Buscou-se trazer para a cidade artistas, engenheiros e arquitetos de renome nacional e internacional, visando explorar o que era mais moderno naquele momento: a arquitetura revivalista (Dias, 2013). Para tanto, parte dos materiais utilizados nas construções eram importados da Europa:

Manaus, desde quando a migração para a região começou a se intensificar, lá pela década de 1870, em resposta ao incentivo feito pelo aparelho administrativo montado com a instituição da Província do Amazonas, em 1852, objetivando repovoar e explorar economicamente a região sempre funcionou como principal ponto de chegada e partida para a circulação do contingente humano migrante e imigrante que se dirigia ao Amazonas. As pessoas chegadas do Nordeste, do estrangeiro e da própria região, primeiro desembarcavam na cidade e depois se distribuíam pelo interior do Estado, fosse para os seringais – majoritariamente, já que o espaço de extração da goma elástica aí se situava – ou para os pequenos centros urbanos como Itacoatiara, Parintins, Silves, Urucará, Maués e Barreirinha. (Dias, 2013).

Conforme Deusa Costa (2014), com a finalidade de atrair migrantes estrangeiros (em especial os europeus), buscou-se construir uma imagem positiva da cidade, promovendo propagandas que evidenciassem as potencialidades econômicas da região e objetivando distanciar-se da imagem criada pelos primeiros viajantes que passaram pela região. Qual a finalidade de atrair mão de obra estrangeira em detrimento da mão de obra nacional ou até



mesmo regional? Segundo a autora, esperava-se que a mão de obra migrante estivesse melhor preparada para a execução dos serviços urbanos, “[...] visto que era oriunda de países onde se desenvolviam mecanismos de controle e disciplina no espaço fabril, nos quais tempo e produtividade caminhavam juntos” (Costa, 2014, p. 54).

A hipótese da “preferência” na busca por atrair e utilizar a mão de obra migrante em detrimento da local, pode caracterizar-se pela difusão da imagem negativa associada ao indígena, visto como incapaz, incapacitado e preguiçoso por não se adequar aos novos padrões almejados. Enquanto aos estrangeiros, que eram vistos como mais capacitados, eram reservados os postos de trabalho citadinos, aos imigrantes pobres e sem estudos eram relegados os postos de trabalho no porto ou, principalmente, no interior, nos seringais. No entanto, ainda pode-se vislumbrar a resistente presença dos trabalhadores nacionais, reivindicando postos de trabalho na cidade:

[...] quem sustentou na Amazônia a indústria extrativista foi a imigração nacional, por meio dos nordestinos. Já em relação ao mercado de trabalho urbano, a maior parte dos estrangeiros que para cá veio fixou-se nas principais cidades, dando suporte aos setores de serviços, disputando o mercado de trabalho com os mestiços regionais e os nordestinos (Costa, 2014, p. 54-55).

Dentre os administradores da cidade de Manaus que puseram em prática a remodelação da cidade, destaca-se o governador Eduardo Ribeiro, um dos principais responsáveis pelos planos de higienização e embelezamento da cidade, materializando em um curto espaço de tempo grandes obras como a construção do Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Palácio do Governo, Instituto Benjamin Constant, dentre outras (Mesquita, 2005). Posteriormente, foi seguido por seus sucessores em empreendimentos que visavam a implementação de melhorias, a remodelação da cidade e de seus moradores, bem como de seus hábitos. Conforme Daou (2014, p.101):

O maranhense e tenente-engenheiro Eduardo Gonçalves Ribeiro, cognominado O Pensador, foi governador do Amazonas de 1892 a 1896 e durante sua administração a capital do estado passou por significativas alterações urbanísticas, o que fez prevalecer sobre esse período administrativo e solene o dirigente do estado a ideia de “grande transformação”, sintetizada na expressão “cidade moderna”.

Figura 4: Teatro Amazonas.



Fonte: George Huebner/Acervo Instituto Moreira Salles. 1900 c.

2.2 A política de higienização e embelezamento

O processo de embelezamento, higienização e modernização da cidade de Manaus não ocorreu sem conflitos. A cidade de Manaus que era apresentada e vendida pela elite e pelo governo não era para todos. O “fausto” possuiria um público alvo restrito e bem delimitado. Àqueles trabalhadores convocados à linha de frente e demais atores sociais que não se encaixassem na cidade que a elite intelectual, a elite extrativista e o governo desejavam criar, seriam excluídos e segregados.

Tal processo não ocorreu do dia para a noite e, para implementá-lo, o governo utilizou-se de mecanismos e instituições disciplinadores e normatizadores, a exemplo dos Códigos de Postura e da Polícia, que visavam normatizar novas leis e disciplinar o uso de espaços públicos e privados, bem como estabelecer costumes e hábitos importados das nações vistas como “mais civilizadas” e punir todos aqueles que “atrapalhassem” a nova imagem da cidade de Manaus, almejada pela elite e pelo governo.

Pouco a pouco, todos aqueles atores sociais indesejados e tidos como fora dos padrões estéticos, sociais e laborais, impostos pela elite intelectual e extrativista foram “convidados” a se retirar do centro, de forma compulsória ou influenciada por outros mecanismos, como o

econômico e o legislativo. A exemplo dos códigos de postura que “normatizavam padrões de comportamento e regulamentavam as construções” (CASTRO, 2008, p. 46) ocasionando, desta forma, a segregação espacial onde “a cidade é demarcada por cercas, ou melhor, por fronteiras imaginárias que delimitam os espaços comuns e definem o lugar de cada coisa e de cada morador” (Silva, 2016, p. 57).

O espaço urbano pensado, idealizado e organizado para se fazer conhecer, impressionar e atrair os investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo em que projeta para o mundo prosperidade e civilização, dentro da versão burguesa de uma cidade ideal, cria também as próprias contradições (DIAS, 2019, p. 95).

A exemplo do exposto acima, temos o Decreto nº 5, de 10 de Janeiro de 1890 que institui os Códigos de Postura. Em seu primeiro capítulo trata do “aformoseamento da cidade” e apresenta normas para edificações e aqueles que desejam construí-las, apresentado no livro *Posturas Municipais Amazonas (1838-1967)*, organizado por Patrícia Melo Sampaio (2016, p. 77):

Art. 1º - Ninguém poderá edificar ou reedificar prédio, muro ou cerca dentro do perímetro urbano desta cidade sem prévia licença da Municipalidade que mandará seu engenheiro, com assistência do Fiscal do distrito, determinar o alinhamento e marcar o nível em que devem ficar as soleiras das portas exteriores.

Art. 2º - Os proprietários quando tiverem de pedir alinhamento para novos prédios deverão apresentar o desenho respectivo do qual, depois de aprovado, não poderão se afastar, sob pena de multa de trinta mil réis ou seis dias de prisão, além de serem obrigados a demolir a sua custa o que não tiver sido feito de acordo com o mesmo desenho. [...]

Art. 9º - Fica proibida a edificação de casebres ou pequenos quartos dentro do alinhamento das ruas e praças desta cidade, sem que os donos ou possuidores dos terrenos levantem no alinhamento um muro, tendo pelo menos dois metros e meio de altura. - O contraventor incorrerá na multa de trinta mil réis ou seis dias de prisão.

Art. 10º - Os proprietários dos terrenos onde já existirem estes casebres ou pequenos quartos são obrigados a levantar o dito muro dentro de um ano a contar da data da publicação deste Código, - O infrator incorrerá na mesma pena do artigo do artigo antecedente.

A partir dos artigos do Código de Posturas expostos acima, pode-se observar as medidas normatizadoras, fiscalizadoras e punitivas empregadas pelo governo com a finalidade de implementar novos padrões de construção (principalmente na área central da



cidade). Tais padrões dificultavam a permanência de muitos trabalhadores que sequer possuíam o suficiente para custear uma vida com dignidade de acesso a itens básicos. Além dos padrões impostos para as edificações, previam-se severas punições àqueles que burlassem as novas leis.

Utilizando-se de dois mecanismos abordados por Silva (2016), citando Althusser, como Aparelhos Repressivos do Estado (aqueles que atuam através do governo, da administração, do exército, da polícia, dos tribunais e prisões) e Aparelhos Ideológicos do Estado (aqueles que atuam através de instituições como a igreja, família, escola, justiça, política, direito, cultura, dentre outras), a camada mais desprivilegiada da sociedade manauara foi manipulada e, em certos casos, banida da vida social e dinâmica da cidade.

O que se percebe, ao se tentar recuperar a constituição histórica de Manaus como capital da borracha, é que o poder público, aliado aos interesses privados, desenvolveu uma política de repressão, exclusão e dominação contra pessoas ou grupos que emergem na cidade, e que não se enquadram nos conceitos e valores da elite local (Dias, 2019, p. 96).

A partir dos conflitos gerados pelos contrastes entre o luxo e a pobreza, o governo e as classes dominantes foram impelidos a tomarem medidas que afastassem do centro da cidade todos aqueles que fossem um risco para a imagem da cidade. Assim, foram criadas instituições para abrigar pessoas com deficiência intelectual e pedintes. A maioria dos hospitais foram transferidos para o mais distante possível, assim como os cemitérios. Conforme Dias (2019), viu-se a necessidade do desenvolvimento de políticas que visassem proteger e preservar a ordem no espaço urbano, excluindo pobres, desocupados, doentes, pedintes, prostitutas, vadios, dentre outros, pois estes eram tidos como ameaças a essa ordem.

[...] uma política de separação e isolamento desses segmentos em bairros distantes da área central, em se tratando de trabalhadores, e, para os marginalizados do processo produtivo, o poder público desenvolveu uma política de reclusão em ambientes afastados e fechados, tais como penitenciárias, hospitais, asilos de mendicidade, hospícios e colônias agrícolas. As ações de iniciativa privada também colaboravam para manter a imagem da cidade isenta de perturbações, a cidade do “fausto”, quando por iniciativa de piedosas senhoras da sociedade, são fundadas a Sociedade Beneficente Amparo da Pobreza e a Liga Protetora da Pobreza. (Dias, 2019, p. 134).



Em mensagem lida pelo então governador Silvério José Nery, ao Congresso:

Outro mal que está se desenvolvendo com grande incremento é o da mendicidade. Assolados pela secca os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, famintas as populações, fugindo á crueldade da estação, os que viram seus lares invadidos pela miseria tiveram de abandonar o torrão natal, procurando abrigo em logares onde a lucta pela vida fosse menos cruel. Aproveitando-se da concessão do governo federal milhares de pessoas tomam passagem nos diversos vapores com destino a esta cidade; os fortes, aptos para o trabalho, seguem para o interior a extrahir borracha, mas os invalidos e os doentes de miseria orgânica ficam n'esta cidade a esmolar, apresentando o triste espetaculo de exhibição de chagas e outros de sorte a excitarem a compaixão e a caridade publica. A mendicidade, como diz Vieira de Araujo, é uma contravenção contra a ordem publica, punida pelo Código Penal, art. 391 e 395; é bem verdade que as providencias a dar pela policia são de pouca monta; a sua acção para ser efficaz deve ter o auxilio dos particulares com a criação de asyls e casas de beneficencia, a semelhança do que se fez em diversos paizes e mesmo no nosso, em alguns Estados, e sujeitos á fiscalização. Infelizmente neste Estado não existem casas de tal ordem onde possam se abrigar os desprotegidos da sorte. E' de desejar que isto não continue, devendo o Estado dar as providencias que foram convenientes, auxiliando efficazmente e ao mesmo tempo fiscalizando as instituições de beneficencia que se crearam.⁶

A partir da fala acima citada, podemos observar aspectos importantes que merecem destaque, sendo eles: o crescente aumento da imigração (principalmente de nordestinos vítimas da seca); menção às concessões dadas pelo governo para incentivar a imigração para a cidade; os imigrantes considerados saudáveis deveriam dirigir-se aos postos de trabalho nos seringais, enquanto os tidos como “inválidos” e “doentes” permaneceriam na cidade a pedir esmolas; proibição da mendicidade a partir do Código Penal; o pedido de ajuda do governo aos particulares para a criação de um asilo, tendo em vista que a cidade não possuía ambiente adequado para atender esses indivíduos.

Em mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, pelo Cel. Raymundo Affonso de Carvalho, a mendicidade volta a ser pauta:

A vadiagem de menores e a mendicidade vão augmentando de modo a já ser preciso aos poderes publicos lançar as suas vistas sobre estes cancores sociaes, em outras épocas desconhecido entre nós. A repressão de uma e a protecção á outra devem ser objecto de estudo e consideração dos srs. Representantes.⁷

⁶ Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 1.ª sessão ordinaria da 6.ª legislatura. Pelo Governador do Estado Exm. Sr. Dr. Silverio José Nery. Em 10 de julho de 1904.

⁷ Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinaria da sexta legislatura. Pelo Cel. Raymundo Affonso de Carvalho, presidente do Congresso Legislativo no exercicio de Governador do Estado. Em 10 de julho de 1908.



Na mensagem acima, podemos observar a preocupação do Estado em relação à vadiagem de menores e à mendicidade, vistas como problemas sociais. Devendo-se a primeira ser repreendida e a segunda, protegida. Uma hipótese para a importância dada a essas duas questões reside no fato de ambos indivíduos (o menor vadio e o mendicante), encontrarem-se à margem do processo produtivo.

Já em uma mensagem lida à Assembleia Legislativa pelo então governador do estado, Pedro de Alcantara Bacellar:

[...] com a assistência á mendicidade, se pratica um acto de caridade, em proveito geral, e que, substituindo a esmola pelo trabalho remunerado, ocupando temporariamente o homem valido, evitasse-lhe a humilhação de ser mendigo, o vexame de ser preso, exercendo a mais delicada da fôrma de assistência experimentada pela sociologia. A extinção da mendicidade, occasional ou professional, conforme nos diz Paul Deschanel, é uma questão de assistência e uma questão de repressão também, assistência preventiva para os mendigos occasionaes, repressiva repressiva para os habituaes, propriamente vagabundos.⁸

A partir da mensagem acima, pode-se depreender o cunho assistencialista e caritativo relacionado à assistência aos mendicantes. Salientando-se que, como pode ser observado, não só era dada assistência como, àqueles que possuíssem condições de trabalhar, o dito “homem válido”, eram dadas ocupações com as quais pudesse se manter. Dá-se ênfase, ainda, na proibição da mendicância e a punição dada aos infratores (a prisão).

⁸ Mensagem lida perante a assembléa legislativa na abertura da segunda sessão ordinaria da Nona Legislatura. Pelo Exm. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado. A 10 de julho de 1917.

Quadro 3: Mapa demonstrativo dos indigentes internados na Santa Casa de Misericórdia e Asilo de Mendicidade, por esta Delegacia, de 1.º de maio de 1914 a 28 de abril de 1914.

Meses	Homens		Mulheres	
	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiras
Maio	33	9	7	-
Junho	11	4	2	1
Julho	18	-	12	-
Agosto	24	7	11	2
Setembro	22	2	12	2
Outubro	14	6	4	-
Novembro	20	6	3	-
Dezembro	30	9	6	1
Janeiro	17	4	2	-
Fevereiro	12	4	5	-
Março	25	6	2	-
Abril	16	6	8	1
Total	242	63	64	7

Fonte: Delegacia do 1.º Districto, em Manaus, 30 de abril de 1914. O delegado, Freitas Bastos.⁹

Diversas obras estavam sendo executadas na cidade, dentre elas a construção do hospício que funcionará como alojamento provisório para alienados, pois, tidos como sujeitos que poderiam colocar em risco a segurança e a saúde pública, eles não poderiam circular

⁹ Mensagem lida perante a Assembléa Legislativa por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914. Pelo Exm. Sr. Governador do Estado Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa.



livremente pela cidade. E aqueles que não possuíssem pessoas que poderiam responsabilizar-se por eles deveriam ser tutelados pelo Estado. Sendo encaminhados, na maioria das vezes, ao hospício ou à cadeia pública, quando eram acusados de perturbação à ordem pública.

Com o advento da República em 1889, pouca coisa mudou com relação à saúde pública. Somente cidades que experimentavam uma relativa prosperidade econômica possuíam condições orçamentárias para investir na saúde pública. Como Manaus estava experimentando um crescimento econômico, a cidade pode investir na saúde, e aconteceram alguns avanços. Mas é bom frisar que esses avanços se limitavam aos moldes do que era entendido por “saúde pública”, quer dizer, ações localizadas em momentos epidêmicos (Silva, 2012, p. 80-81).

A seguir, abordaremos de forma sintetizada os cenários das práticas e políticas públicas voltadas à saúde na cidade de Manaus na passagem do século XIX para o século XX, com a finalidade de melhor compreender como esses cenários influenciaram no tratamento que as pessoas com deficiência e os alienados receberam neste período.

2.3 As práticas de saúde e medicina na cidade de Manaus

No Brasil Colônia as atividades e serviços ligados à saúde eram exercidos por instituições religiosas, ligadas à Metrópole ou realizados por atores sociais que detinham conhecimentos advindos das culturas indígenas ou comunidades tradicionais. Não sendo raro o intercâmbio cultural entre religiosos e a população local. De acordo com Figueira (2021) a Companhia de Jesus constituía-se como uma das principais sociedades religiosas a exercerem serviços de assistência à saúde no Brasil Colônia, realizando a chamada “Medicina Jesuítica”:

Nesse período, tivemos a chamada Medicina Jesuítica, a partir da segunda metade do século XVI, onde padres e irmãos da Companhia de Jesus foram de fato os médicos, os enfermeiros e os boticários dos indígenas, dos povoadores, dos colonizadores. Faltavam profissionais [...], contando com poucos cirurgiões e não havia físicos, pois as precárias condições socioeconômicas não os atraíram para esse novo povoado em formação. Tratando-se de pessoas bem instruídas e bem orientadas, os jesuítas foram permitidos aplicar seus conhecimentos da arte médica europeia e, ao mesmo tempo, procuraram inteirar-se da prática médica indígena [...], em uma verdadeira troca de culturas, visando à cura de quem dela necessitasse.



Foram eles os primeiros cirurgiões-barbeiros, os barbeiros e os boticários (Figueira, 2021, p. 26).

Segundo o autor, foi no período colonial que surgiram os primeiros hospitais ligados às Irmandades de Misericórdia. Os mesmos possuíam poucos recursos e não eram capazes de atender a alta demanda. Esses hospitais eram “[...] locais onde pobres e obscuros habitantes, brancos, mestiços e negros buscaram o socorro, transformando enfermarias e as boticas dos estabelecimentos da Companhia em hospitais da população e farmácias dos doentes necessitados” (Figueira, 2021, p. 27).

As questões ligadas à saúde, no período colonial, possuíam cunho assistencialista e emergencial. Contando com poucos recursos e mão de obra qualificada, buscava-se atender a população aliando-se conhecimentos da medicina portuguesa e práticas curativas indígenas (quando da existência de uma relação minimamente cordial entre colonizador e colonizado).

O autor Emílio Figueira (2021) cita como principais acometimentos à saúde naquele momento as feridas, a mortalidade infantil, doenças de pele, males venéreos, verminoses variadas, problemas oculares, anemia, febres, chagas, tumores, dores de cabeça, paralisias, cólicas, males do estômago, males do coração, males dos ossos, mordidas de cobra, insônias e as epidemias, como a de varíola.

Durante o Brasil Império, de acordo com Silva (2012), as ações voltadas à saúde pública possuíam como impedimento a ausência de uma estrutura que as comportasse. De qualquer forma, o Império destinava maiores investimentos às cidades e/ou localidades que maior retorno econômico dessem ao mesmo.

Ainda segundo o autor, as principais medidas voltadas à saúde pública no Brasil Império foi a abertura de duas faculdades de Medicina, uma localizada na Bahia e outra no Rio de Janeiro, ambas no ano de 1822; bem como a criação, entre os anos de 1849-1851 da Junta Central de Higiene Pública que possuía caráter fiscalizador e regulador, além de coordenar as atividades da Polícia Sanitária, vacinação e exercício da medicina. Segundo o autor, neste período, o Brasil enfrentava constantes e assoladoras epidemias:

Com uma atuação ínfima, o nascente Estado imperial brasileiro restringia sua atuação à criação de enfermarias e lazaretos provisórios. Isso quando a província ou cidade era atacada por alguma epidemia, já que a assistência médica ainda estava sob os cuidados de instituições filantrópicas, como as Santas Casas, ou entidades

mutualistas, como a Beneficência Portuguesa (ESCOREL & TEIXEIRA, 2008, p. 336 *apud* Silva, 2012).

Para Samuel Lucena de Medeiros (2020), na Província do Amazonas a população acabava recorrendo a cuidados caseiros e informais e, “[...] em casos mais específicos, a um dos únicos lugares indicados por fontes documentais referentes às três primeiras décadas dos oitocentos. Fala-se do então citado Hospital do Lazareto” (Medeiros, 2020, p. 26). Segundo o autor, este hospital é citado no Código de Posturas da Câmara Municipal da Vila de Manaós, no ano 1838, e o mesmo localizava-se nas redondezas da vila e mantinha-se através de ajuda financeira de entidades filantrópicas e do Estado.

No período histórico que compreende a Província, as ações de saúde pública estavam voltadas principalmente para o combate às epidemias que surgiam e levavam muitos a óbito, principalmente a parcela mais pobre da população, visto que a mesma possuía pouco ou nenhum acesso à saúde institucionalizada e recorria às atividades como as de curandeiras, parteiras, benzedeadas e utilizava-se de ervas ou demais produtos medicinais cuja constituição estava atrelada a conhecimentos indígenas e tradicionais.

Sendo, de acordo com Silva (2012), o principal obstáculo à construção de uma mínima estrutura de atendimento à população, no período provincial, a ausência de médicos capacitados, tendo em vista que os únicos existentes atuavam na Enfermaria Militar, localizada na Ilha de São Vicente, sendo a mesma a única em toda a Província. No entanto, ressalta-se que tal enfermaria atendia apenas indivíduos do sexo masculino.

Tal cenário já gerava conflitos entre aqueles que realizavam atividades não normatizadas de cura e os médicos (ainda escassos), tendo em vista que a medicina buscava estabelecer-se como ciência e o médico como o (único) profissional capacitado para responder e exercer atividades ligadas à saúde, buscando, desta forma, deslegitimar as outras atividades, chamando-as de “charlatanismo” e aqueles que as exerciam de “charlatões”.

Tem-se assim um contexto histórico em que: a) a medicina era apenas *uma das artes* de curar e buscava alterar esse *status* com base num discurso que começava a caracterizá-la como científica e, em face de tal, merecedora de ser a prática *oficial* apropriada para prescrever procedimentos e remédios, além de gerir ações de saúde pública; b) o próprio aparato burocrático-administrativo do Império ainda estava se estruturando e, em diversas áreas da gerência pública, não possuía profissionais habilitados para alavancar as ações (de saúde, de obras públicas, de educação, etc); c) com esse aparato ainda pouco estruturado e diante das dimensões geográficas do



novo Estado Nacional era difícil auferir dados estatísticos que embasassem ações administrativas com maior segurança (quase sempre os administradores reclamavam da ausência de dados seguros); d) some-se a todos esses aspectos a corrupção dos homens públicos (Silva, 2012, p. 75).

Ao final do período provincial no Amazonas, já se falava acerca da necessidade de construção ou transferência de hospitais para locais afastados das habitações. Em relatório do Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, no anexo nº 3, como medida de higiene é solicitada:

[...] a atenção de V. Exc., é a mudança do hospital dos variolosos para outro local, pois cercado, como está o actual, de moradores que vivem quase em contacto com os doentes ali, fácil é a propagação do mal, e nenhuma providencia possível descobro para que seja impedida a sua comunicação do centro da população desta cidade onde vivem durante o dia e d'onde regressão a noite. O hospital deve estar collocado em local isolado e de difícil comunicação com a cidade. O actual está em pessimo estado carecendo de completa reconstrucção pelo que é fácil fazer-se aquisição de outro terreno onde possa, com vantagem para a hygiene publica, ser construido um novo.¹⁰

A partir do relatório acima apresentado, podemos observar não somente o interesse na construção dos hospitais fora do perímetro urbano devido a preocupação com a higiene e salubridade urbana. Podemos observar também, a precariedade no atendimento à saúde da população, tendo em vista a condição estrutural do hospital.

Os hospitais não foram os únicos a serem transferidos para o mais distante possível do centro da cidade de Manaus, a partir do estabelecimento das políticas higienistas os cemitérios passam a ser preferencialmente construídos ou transferidos para os limites da cidade (Carvalho, 2023, p. 63).

De acordo com a autora Juliane Lima Carvalho (2023) a Europa Ocidental passou a ver o enterramento como um problema de saúde pública entre o final do século XVIII e o século XIX, passando a afastar esses locais e levando-os para fora das cidades. O Brasil segue o exemplo Europeu a partir da segunda metade do século XIX, em decorrência das epidemias que assolaram o país. Mediante este cenário, os médicos e higienistas passam a defender a transferência dos cemitérios para longe do centro das cidades, objetivando tornar as cidades mais higiênicas e salubres.

¹⁰ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1.ª sessão da 19. legislatura da Assembleia Provincial do Amazonas, em 5 de setembro de 1888.



Na cidade de Manaus, a partir do artigo 337 da Lei nº 639, de 13 de setembro, que promulga o Código de Postura de 1910: “Os cemitérios ou lugares de inumações deverão ser instalados longe dos centros populosos, a 300 metros, pelo menos, afastados das habitações.”¹¹

A partir do apogeu da borracha e da incorporação e implementação de hábitos e costumes europeizados na cidade de Manaus, com o intuito de apresentar uma imagem bela, civilizada e limpa, muitos costumes e hábitos regionais foram expressamente proibidos por mecanismos disciplinadores e normatizadores, como os Códigos de Postura. Os tratamentos medicinais herdados de culturas indígenas, estavam no rol de práticas a serem abolidas. Considerados inferiores e cientificamente ineficazes, os mesmos acabavam por ser um lembrete da Manaus que se desejava apagar. Já no Código de Posturas municipais do ano de 1848, no capítulo 5, intitulado “dos curandeiros, loucos e elefantiacos”:

Art. 33 - Toda pessoa que se intitular Pajé, ou que a pretexto de tirar feitiços, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguém para simular curas por meio supersticioso e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações e outros embustes incorrerá na multa, assim como o dono da casa, de vinte mil réis, ou oito dias de prisão, em qualquer dos casos.¹²

Os conhecimentos dos ditos curandeiros, parteiras, dentre outros, passaram a ser percebidos pela elite e pelo governo, a partir de um olhar científico e acabaram sendo desqualificados e, a prática dessas atividades, proibida. O olhar, o conhecimento e a prática médica imperavam. No entanto, “[...] o saber médico não é produzido nem pensado fora de um contexto social e político e a própria produção ou proliferação de doenças está inserida em um tempo espacial [...]” (Silva, 2012, p. 55).

As políticas públicas de saúde empregadas na cidade entre o final do século XIX e início do século XX buscavam, principalmente, a prevenção e contenção de epidemias, considerando os saberes e práticas médicas ocidentais. Os médicos atuantes na cidade de Manaus e no Brasil, desta feita, passaram a inserir-se em debates científicos nacionais e internacionais visando a incorporação de práticas e conhecimentos médicos tidos como

¹¹ Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967). Organização de Patrícia Melo Sampaio. - Manaus: EDUA, 2016, p. 210.

¹² Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967). Organização de Patrícia Melo Sampaio. - Manaus: EDUA, 2016, p. 22.

“avançados” e a difusão da imagem de uma cidade e de um país civilizados. Para tanto, tornou-se necessário coibir qualquer prática e disseminação de saberes que fossem de encontros com os objetivos civilizatórios e modernizadores das elites, do governo e da medicina.

Com o crescimento desordenado da cidade, em decorrência do crescente fluxo migratório motivado pelo apogeu da borracha, e o limitado acesso a atendimento médico, houve um aumento de epidemias que vitimou, principalmente, a parcela mais pobre da população.

Para o primeiro ano da República no Brasil, temos os dados do Recenseamento Geral realizado em dezembro de 1890, no nos quais aparece para o Estado do Amazonas um crescimento impressionante no quadro demográfico, justificado pelas levas migratórias, abertura de navegação, alta demanda do látex amazônico, entre outros motivos. Assim, naquele ano, o Amazonas mostrava uma população de 147.915 pessoas, e sua capital 38.720 habitantes (Medeiros, 2020, p. 36).

A exemplo das epidemias que assolaram cidades do Brasil República, tempos a epidemia de varíola vivenciada pelo Rio de Janeiro na primeira década do século XX, com altos índices de mortalidade. Chegando ao ponto de tornar-se obrigatória a vacina da população contra a varíola.

No entanto, tal obrigatoriedade não foi bem vista pela maioria da população do Rio de Janeiro, tendo em vista que a instituição da Lei que tornava a vacina contra a varíola compulsória, um estopim para uma revolta da população: “O fator imediatamente deflagrador da Revolta da Vacina foi a publicação, no dia 9 de novembro de 1904, do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola.”¹³

O autor Nicolau Sevckenko em seu livro intitulado *A Revolta da Vacina* (2018), aponta que a vacinação da população do Rio de Janeiro contra a varíola caracterizava-se como um interesse do governo e possuía motivações sanitárias, econômicas e sociais. Tendo em vista que, naquele momento, o governo e as elites buscavam apresentar para os países “civilizados” e industrializados, um Brasil moderno, “civilizado” e saudável, com a finalidade de construir uma imagem confiável para adquirir empréstimos e renegociar dívidas internacionais.

¹³ SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. - São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 17.



No entanto, ainda segundo o autor, a aplicação da lei de vacinação compulsória da população contra a varíola foi abrupta e abrangeu desde recém nascidos a idosos, gerando diversas reclamações entre os moradores do Rio de Janeiro, que já passavam por sucessivas mudanças em decorrência das reformas urbanas implementadas no Rio de Janeiro.

Para Sevckenko (2018) Inflammada pela oposição ao governo do então presidente Rodrigues Alves (1902-1906), através da criação da criação da Liga Contra a Vacina Obrigatória, ultrapassa motivos partidários. A população da cidade reivindicou o protagonismo da Revolta da Vacina e posicionou-se contra as diversas medidas que estavam sendo implementadas na cidade que acabavam por cercear a população de menor poder aquisitivo da população. “[...] Para os amotinados, não se tratava de selecionar líderes ou plataformas e, sim, mais crucialmente, de lutar por um mínimo de respeito à sua condição de seres humanos.”¹⁴

A vacinação compulsória contra a varíola, na capital do Brasil República, desta feita, representou não somente uma preocupação sanitária, mas também interesses políticos e econômicos de um país que buscava apresentar uma imagem hegemônica, civilizada e “limpa” aos países considerados “civilizados”, fazendo parte de um processo mais amplo de modernização do país.

Na cidade de Manaus, apesar do aumento da receita do estado em decorrência da exportação da borracha, salienta-se que o cenário da saúde pública não sofreu grandes mudanças entre o Império e a República, sendo que a maioria das instituições de saúde presentes haviam sido construídas ainda durante o período provincial. E, de acordo com Medeiros (2020), os serviços institucionalizados de saúde realizados por médicos em Manaus, ainda eram muito restritos na virada para o século XX.

¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. - São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 30.

Quadro 4: Instituições de saúde da cidade de Manaus construídas entre 1855-1910.

Ano	Instituição	Localização	Motivo da Criação
1855	Hospital Militar de São Vicente	Na Ilha de São Vicente	Destinado ao atendimento dos militares
1867	Hospital de isolamento do Umirisal	Ficava distante da capital 3km na margem esquerda do rio Negro no lugar chamado o Umirisal	Era uma casa coberta de palha que atendia os pobres elefantíacos, depois de varíola e outras doenças
1880	Santa Casa de Misericórdia de Manaus	Na Rua 10 de Julho no Centro Histórico de Manaus	Atender os indigentes e toda a população civil, uma vez que esta era atendida no hospital militar
1889	Hospício Barão de Manáos	Chácara do Dr. João Hosannah de Oliveira	Para tratamento dos alienados da Província
1893	Hospital Português Beneficente do Amazonas	Avenida Joaquim Nabuco, n.º 1.359, no Centro de Manaus	O hospital atendeu majoritariamente a colônia portuguesa radicada em Manaus
1894	Hospício dos Alienados Eduardo Ribeiro	Funcionou primeiro em uma ala da Santa Casa, depois foi transferido para um prédio na rua Ramos Ferreira	Para o tratamento dos alienados de todo o estado do Amazonas
1905	Laboratório Liverpool School of Tropical Medicine	Na rua Monsenhor Coutinho no Centro da cidade, próximo a praça Antônio Bittencourt	Prestava atendimento aos doentes de febre amarela, principalmente ingleses e alemães

Fonte: Tabela elaborada por Júlio Santos da Silva (2012) e parcialmente modificada pela autora.

Para Medeiros e Santos (2022), no período conhecido como *belle époque*, vivenciado pela cidade de Manaus entre o final do século XIX e o início do século XX, durante o apogeu da exportação da borracha, o acesso às práticas de manutenção da saúde foi formalizado a partir da sua institucionalização, da proibição da manipulação e uso de métodos e medicamentos caseiros e legitimação de farmácias e dos médicos registrados. Para os autores, a legitimação da saúde institucionalizada, formal e moderna, gerou um conflito no campo

material e simbólico. Tendo em vista que a elite buscava afirmar a cultura ocidental como sendo superior às culturas amazônicas, como possuidora de um discurso único e oficial deslegitimando, assim, quaisquer outros discursos em oposição a este.

Ao longo deste capítulo, buscou-se abordar as principais mudanças ocorridas na cidade de Manaus, na passagem do século XIX para o século XX. Apresentando como os discursos de embelezamento, higienização e salubridade refletiram na arquitetura, saúde pública e na vida de indivíduos tais como os ditos “inválidos”, como os mendicantes e como os atores sociais que apresentaremos no próximo capítulo: os “alienados” e as pessoas hoje entendidas como “pessoas com deficiência”.



3. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

A percepção ocidental acerca da pessoa com deficiência sofreu múltiplas transformações ao longo da história, passando por continuidades e discontinuidades. A visão do que seria deficiência e quem seria a pessoa com deficiência foi influenciada por aspectos científicos, culturais e religiosos.

Ao longo deste capítulo, abordaremos por quais transformações a percepção acerca da deficiência passou, principalmente no Brasil e na cidade de Manaus, bem como quem era o “alienado”, personagem tão presente nas ocorrências em periódicos na cidade de Manaus no período escolhido para a pesquisa, como será visto no terceiro capítulo.

Utilizando-se como base teórica autores como Gustavo Martins Piccolo com o livro intitulado *O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária* (2022), Maria de Jesus do Carmo de Araújo com a dissertação *Instituições médicas para alienados na cidade de Manaus 1880-1927* (2017), Emílio Figueira com o livro *As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de gritos e silêncios* (2021), Vera Portocarreto com *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria* (2022), dentre outros.

3.1 A percepção da deficiência

A percepção ocidental acerca da deficiência e da pessoa com deficiência é determinante em como esse indivíduo é visto e tratado no Brasil e, no caso deste trabalho, em Manaus. Como abordado anteriormente, na passagem do século XIX para o século XX, a cidade de Manaus buscou incorporar traços e valores europeus, com o objetivo de entrar no rol de cidades “civilizadas”. Como veremos a seguir, tal contexto implicou na implementação de diversas medidas que modificaram o olhar depositado sobre a pessoa com deficiência.

Hoje a pessoa com deficiência é entendida pela legislação brasileira como sendo, segundo a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, a pessoa que possui algum impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, quando em contato com uma ou



mais barreiras, tende a obstruir sua participação plena e segura na sociedade, em igualdade de condições com pessoas que não possuem deficiência. Tal indivíduo não é o mesmo observado nas páginas dos documentos oficiais e periódicos do final do século XIX e início do século XX.

Para Gustavo Martins Piccolo, autor do livro *O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária*, no que tange às pessoas com deficiência: “[...] presumimos de antemão que fomos precedidos por um tipo de selvageria que eliminava ou excluía as mesmas [as pessoas com deficiência] da vida social” (Piccolo, 2022, p. 25). No entanto, segundo o autor, tal pensamento exprime um preconceito e prejudica a compreensão do “fenômeno deficiência”, pois cria generalizações indevidas, sendo uma dessas generalizações o uso da categoria deficiência como se ela existisse e fosse utilizada da mesma forma em diferentes tempos e sociedades:

A ideia de deficiência como agrupamento de pessoas com impedimentos físicos, sensoriais, mentais ou psicológicos não é universal, nem transcende distintas temporalidades. Evidente que em tempos pré-modernos é facilmente constatável pela literatura a existência de pessoas com impedimentos de variadas ordens, contudo não estavam encampados sob uma categoria ultra generalizadora. Havia os cegos, surdos, mudos, coxos, aleijados, retardados, loucos, anões, monstros, mas não o deficiente, que é um conceito de nosso tempo, esculpido sob uma lógica radicalmente distinta daquela expressa pela Idade Média ou Antiguidade (Piccolo, 2022, p. 26).

Tal generalização pode acarretar na invalidação da diversidade cultural, podendo expressar uma ideia etnocêntrica de que há um “ponto de partida” e um “ponto de chegada” para as sociedades e suas culturas, fomentando, assim, a ideia de que as culturas desenvolvem-se de forma linear e de que há culturas superiores a outras. Para Everardo P. Guimarães Rocha (1988, p. 5), o etnocentrismo:

[...] é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano - sentimento e pensamento - vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas.



Para tanto, torna-se necessário esclarecer que a percepção de deficiência apresentada e desenvolvida no decorrer deste trabalho, seguindo Piccolo (2022), surge e se desenvolve a partir do século XVIII, na Europa e acaba por difundir-se no Brasil e em Manaus, a partir da incorporação de costumes, hábitos e valores europeus. No entanto, tal visão poderia diferenciar-se da adotada em outros períodos históricos, em outras culturas e sociedades, a exemplo das sociedades indígenas, tendo em vista que as mesmas possuíam e possuem diferentes cosmogonias e diferentes formas de perceber o corpo e a saúde. A percepção que as culturas indígenas possuíam e possuem acerca da deficiência também é diversificada, não sendo prudente generalizar uma visão de um grupo como sendo a de todos os indígenas, tampouco considerá-las atrasadas, inferiores ou primitivas em relação a outras culturas.

Tal afirmativa pode ver-se expressa nas páginas de periódicos e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus no período elegido para esta pesquisa que, apesar de se delimitar entre o final do século XIX e início do século XX (período em que o termo “deficiência” já existia), os termos “deficiência” ou “pessoa com deficiência”, relacionados à indivíduos com algum comprometimento físico, sensorial ou intelectual, ainda eram pouco utilizados.

Nesse sentido, nessas fontes eram predominantes o uso de termos como “alienado”, “aleijado”, “cego”, “surdo” e “surdo-mudo”. O uso dos conceitos “deficiência” e “pessoa com deficiência”, como um guarda-chuva que abrange todos esses indivíduos, só têm seu uso popularizado no Brasil no final do século XX. Essa popularização, em grande medida, deveu-se a partir de políticas educacionais voltadas para este público, tais como a criação de escolas e institutos para pessoas surdas e cegas, por exemplo, bem como a organização política e social de pessoas com deficiência. Para Piccolo (2022, p. 32):

[...] a pessoa com deficiência não é algo previamente definido pela natureza. Não se nasce deficiente, mas torna-se deficiente, situação determinada pela relação dialética entre sujeito e os significados que a cultura atribui àquilo que considera a essência do corpo não apto e desajustado.

Para melhor compreendermos o cenário e formas de representação da pessoa com deficiência na cidade de Manaus, entre o período de 1890 a 1920, a ser abordado detalhadamente no terceiro capítulo desta pesquisa, faremos uma breve abordagem histórica acerca do desenvolvimento ocidental da visão sobre as pessoas com deficiência, com enfoque



na Europa, tendo em vista que o Brasil e a cidade de Manaus buscarão incorporar discursos médicos, científicos e elementos culturais deste continente.

De acordo com Samanta Araujo Freire (2020), compreender como a sociedade se relaciona com a deficiência, e como busca representá-la em diferentes épocas e contextos, implica a relação dessa temática com a cultura da mesma, seus valores, crenças e percepções. Assim sendo, os termos utilizados para referir-se a pessoa com deficiência possuem significação direta com o olhar que a sociedade detém sobre esse ator social.

Para Freire (2020), existem quatro modelos de compreensão sobre o que hoje entendemos como deficiência, sendo eles: **1) modelo caritativo, 2) modelo médico, 3) modelo social e 4) modelo baseado em direitos**. Abordaremos mais detidamente neste espaço, os modelos caritativo e médico, tendo em vista que tais modelos são os mais presentes na cidade de Manaus no período entre 1890 e 1920.

Tendo o modelo caritativo ligações diretas com o advento do Cristianismo, o mesmo possui forte cunho assistencialista e religioso. Para Freire (2020, p. 64):

Os princípios da filosofia cristã deram origem ao chamado Modelo Caritativo, considerado o primeiro modelo conhecido de compreensão da deficiência. Nesse modelo, o deficiente é visto como alguém incapaz que necessita de uma pessoa que cuide dele constantemente, e a deficiência representa um fardo, sendo impossível para essa pessoa ter uma vida independente. Aqui, o deficiente é considerado uma vítima da sua própria situação, levando uma vida de angústia e sofrimento, sendo por isso digno de pena, e em muitos casos o próprio deficiente acaba incorporando essa imagem de incapacidade e dependência.

É a partir do modelo caritativo que serão criadas instituições de cunho assistencialista para atendimento e tratamento de indigentes e doentes, dentre eles as pessoas com deficiência. No Brasil, são exemplos destas instituições o denominado Asilo dos Inválidos da Pátria e as Santas Casas de Misericórdia. De acordo com Figueira (2021, p. 59):

Inspirado em inúmeras tendências internacionais, algumas autoridades brasileiras começaram a se preocupar com os chamados “inválidos da pátria”. Em 1794, o vice-rei, conde de Rezende, mandou instalar em um prédio de uma chácara na Rua do Senado (hoje Rua dos Inválidos, na cidade do Rio de Janeiro) a primeira instituição destinada a assistir soldados reformados por invalidez ou incapacitados para os serviços ativos nas Forças Armadas. Infelizmente, entre o período de 1816 a 1841, não há registros do que teria acontecido ao antigo Asilo dos Inválidos.



Em oposição ao modelo caritativo, o modelo médico da deficiência traz uma concepção acerca da deficiência mais racional e desvinculada da religião. Tal fato pode estar relacionado ao seu contexto de surgimento, tendo em vista que, segundo Freire (2020, p. 65):

A deficiência enquanto objeto de estudo tem origem com o Renascimento, período em que as sociedades passam por grandes mudanças, devido sobretudo à libertação dos dogmas e crenças medievais, e ao desenvolvimento de uma filosofia humanista. O Renascimento trouxe mudanças significativas para o cenário sociocultural, como, por exemplo, a instituição dos direitos universais, o desenvolvimento da medicina e da ciência, a valorização da condição humana, entre outros avanços, que foram fundamentais para o surgimento de um novo olhar sobre as pessoas com deficiência. Essas mudanças contribuíram para uma compreensão racional da questão da deficiência, em detrimento às explicações de cunho religioso que predominavam na Idade Média.

A partir da adoção do modelo médico acerca da deficiência, que se estabelece entre os séculos XVIII e XIX (porém só se populariza no século XX), a pessoa com deficiência passa a ser vista como uma pessoa “anormal” e “doente” que, não se encaixando nos parâmetros sociais do que era tido como normal, deveria ser medicamente tratada para corresponder às expectativas do que a sociedade entendia como um indivíduo saudável e, assim, integrar-se à sociedade. Para Freire (2020, p. 66):

O modelo médico tem como princípio básico a *normalização*, segundo a qual o deficiente deve chegar o mais perto possível do padrão de vida considerado normal. Partindo desse princípio, a pessoa com deficiência deve se esforçar ao máximo para adaptar-se à sociedade como ela está configurada, pois só assim estará apta para exercer seus direitos e frequentar os ambientes sociais. Para que isso ocorra, deve-se recorrer a tratamentos, aparelhos e outros meios que permitam reduzir suas limitações. Além disso, os deficientes devem ser assistidos por profissionais e, conseqüentemente, aqueles que tiverem algum progresso estarão aptos para integrar-se à comunidade.

No terceiro capítulo desta pesquisa, apresentaremos casos noticiados na imprensa manauara, onde pode ser observada a preocupação de cunho médico e a utilização de tecnologias que possam contribuir para que a pessoa com deficiência retorne à suas atividades laborais (a exemplo de um homem que estava cego em função da catarata e após a cirurgia pôde retornar ao trabalho no seringal); e possa estabelecer uma comunicação com pessoas que não possuem deficiência (como é o caso do uso de uma tecnologia que permitiu que uma pessoa surda entendesse parcialmente o que estava sendo comunicada a ela por um ouvinte).



Apesar de serem apresentados como períodos bem delimitados, os modelos referentes à compreensão da deficiência e da pessoa com deficiência passaram por continuidades e descontinuidades. A exemplo do Brasil, e especificamente da cidade de Manaus, durante o Brasil Império é que se iniciava a assistência às pessoas com deficiência, possuindo cunho assistencialista e caritativo. Posteriormente, durante o início da República o caráter assistencialista existia concomitantemente ao modelo médico. Para tanto, abordaremos no próximo tópico as instituições criadas no Brasil que atendiam e tratavam as pessoas com deficiência.

3.1.1 As instituições para pessoas com deficiência no Brasil

A sociedade brasileira passa a prestar assistência e a tratar mais detidamente as pessoas com deficiência a partir da segunda metade do século XIX, sendo que, de acordo com Figueira (2021, p. 93) “[...] no Brasil, a concepção de deficiência e as práticas a ela relacionadas foram construídas, ao longo de nossa história, como questões relativas aos ambientes hospitalares e assistenciais”.

Apesar da assistência às pessoas com deficiência ter se iniciado no Brasil durante o século XIX, as instituições que atendem este público surgem principalmente a partir da segunda década do século XX, a partir da adoção de políticas educacionais e de uma maior participação das famílias e das próprias pessoas com deficiência.

Na cidade de Manaus, porém, as instituições que receberam as pessoas com deficiência e os ditos “alienados”, que não possuíam família ou eram indigentes, acabaram sendo os Asilos de Mendicidade, A Santa Casa de Misericórdia e o Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro. Focando-se, desta forma, nos cunhos assistencialista e médico, que acabam coexistindo na cidade neste período.

Em fala do Presidente da Província do Amazonas, dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas, apresenta-se a ausência de uma instituição na região que cuidasse da educação de meninos cegos, sendo os mesmos enviados a instituição fundada pelo Império, o Instituto dos meninos cegos e surdos mudos:

Na corte existem fundados pelo Governo Imperial, dous estabelecimentos que proporcionam seguros meios de ensino e educação aos infelizes privados dos principais sentidos da vida. O Imperial Instituto de surdos mudos e dos meninos cegos. São elles dirigidos por administrações zelosas e desveladas, sob a immediata e constante inspecção do Governo, e ahi alem de excellente tratamento, recebem aquelles infelizes a instrucção compativel com o seu estado, educação moral e religiosa, e até os cegos, no estudo da música, encontram lenitivo para o infortunio de que foram victimas. Esta provincia não esta em circunstancias de fundar taes estabelecimentos; mas, contribuindo annualmente em favor delles, conforme os seus recursos, póde adquirir direito a enviar-lhes alguns dos seus filhos como alumnos internos, em numero correspondente ás pensões com que contribuir.

A partir da fala lida acima, pode-se depreender que, mesmo com a ausência de uma instituição que atendesse e tratasse da educação de meninos cegos, havia a preocupação de envio de alguns desses indivíduos ao instituto imperial, onde receberiam educação, tratamento e até aprenderiam música. Abaixo apresentar-se-á uma tabela contendo as principais instituições conhecidas, criadas no Brasil para acolhimento e tratamento das pessoas com deficiência.

Quadro 5: Fundação de instituições voltadas à pessoa com deficiência no Brasil.

Nome	Fundação	Cidade
Deficiência Visual		
Instituto Benjamim Constant - IBC	12 de setembro de 1854	Rio de Janeiro
Instituto de Cegos Padre Chico	27 de maio de 1928	São Paulo
Fundação para o livro do Cego no Brasil - FLCB	11 de março de 1944	São Paulo
Deficiência auditiva		
Instituto Santa Terezinha	15 de abril de 1929	Campinas



Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para deficientes auditivos Hellen Keller	13 de outubro de 1852	São Paulo
Instituto Educacional São Paulo - IESP	18 de outubro de 1954	São Paulo
Deficiência Física		
Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	1 de agosto de 1931	São Paulo
Lar-Escola São Francisco	1 de fevereiro de 1943	São Paulo
Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD (hoje o termo foi trocado para deficiente)	14 de setembro de 1950	São Paulo
Deficiência Intelectual		
Instituto Pestalozzi de Canoas	Ano de 1926	Canoas
Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais	5 de abril de 1935	Belo Horizonte
Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro	Ano de 1948	Rio de Janeiro
Sociedade Pestalozzi de São Paulo	15 de novembro de 1952	São Paulo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro	11 de dezembro de 1954	Rio de Janeiro
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE São Paulo	4 de abril de 1961	São Paulo

Fonte: Figueira, 2021.



Para tanto, pode-se depreender ao longo deste item a visão que foi sendo desenvolvida acerca da pessoa com deficiência, na cultura ocidental e como a mesma refletiu no acolhimento e tratamento da pessoa com deficiência. Ao longo do terceiro capítulo, retomaremos esse debate ao apresentar as formas de representação desse indivíduo na imprensa manauara.

3.2 Quem era o “alienado”?

Na atualidade, com o advento da globalização, da internet e das redes sociais, onde há uma maior circulação de discursos, imagens, informações e mensagens, é comum a utilização de imagens com tom humorístico e que, às vezes, podem ser utilizadas como crítica social. É o caso dos famosos “memes”. Neste trabalho, citaremos um em específico, muito difundido em redes sociais no Brasil inteiro: o “meme do doido do centro”.

Tal imagem apresenta um ator social muito presente no cotidiano e imaginário social dos grandes centros urbanos, apresentado muitas vezes como um indivíduo instável, perigoso e que deve ser temido. Porém, tal imaginário não foi estabelecido na atualidade e é fruto de um contexto cultural, médico e político pretérito. Apesar de existirem descontinuidades com os conhecimentos que possibilitaram o estabelecimento desse imaginário acerca desse indivíduo, o mesmo ainda permanece difundido na atualidade.

Segundo Fabrício Ribeiro (2006, p.36), na Europa:

[...] antes do século XVIII, os loucos não eram internados sistematicamente e ocupavam um lugar na gramática das cidades. Eram considerados embaixadores de um saber inacessível aos habitantes comuns da vida social, compartilhavam do espaço comunitário, não havendo a necessidade de privá-los da vida em liberdade. O que conhecemos atualmente como transtorno mental, segundo os manuais de psiquiatria, foi, em outras épocas, entendido de forma diferente e inserido no seio da cultura através de mecanismos diversos.

Para o autor, a loucura só passa a ser caracterizada como enfermidade a partir do século XVIII, quando a mesma passa a ser objeto de estudo do saber médico e surge o hospital psiquiátrico como local de diagnóstico, tratamento e recuperação dos ditos “loucos”.



A loucura e seu hospedeiro deveriam, desta forma, ser mantidos longe dos olhares da sociedade e ao alcance do controle exercido pelos médicos.

De acordo com Foucault (2010) a noção de loucura expressa no século XIX, é histórica e essencial à temporalidade do homem. Ou seja, os diferentes períodos históricos, os diferentes contextos culturais, econômicos e sociais vão influir diretamente sobre a percepção da loucura e a relação da(s) sociedade(s) com a mesma. Não sendo, a noção de loucura, estática, atemporal e universal.

Para tanto, não há possibilidade de dissertar acerca do indivíduo tido como “alienado” sem abordar o contexto cultural, médico e político pelo qual passava o país, ao final do século XIX e início do século XX. Para Jurandir Freire Costa (2006), a Psiquiatria e as ciências humanas tiveram seu surgimento no século XIX visando justificar teoricamente as práticas de disciplina corporal, cujas mesmas objetivavam “[...] a criação de um sujeito apto a submeter-se às exigências econômicas, sociais e políticas da sociedade europeia daquele século” (Costa, 2006, p. 22). Para Carvalho e Amarante (2000, p. 44), na França, ao final do século XVIII e início do século XIX:

A idéia de uma experiência fundamental da loucura está finalmente (ou será inicialmente?) encoberta por uma nova conceituação: ‘doença mental’. Ao discursar sobre a loucura e ao investir sobre o louco, a psiquiatria produz seu objeto na superfície do saber médico-psiquiátrico. A psiquiatria se constitui partindo da experiência médica moderna, da experiência clínica e, como tal, tem como categoria central de análise a ‘doença’, rótulo encobridor e objeto criado sobre o silêncio forçado a experiência trágica da loucura. O louco, de desrazoado à Idade Clássica e despossuído da razão pelo alienismo, vai sendo transformado por sucessivos golpes de força em ‘doente mental’.

A nível nacional, Portococarreto (2000, p. 33) esclarece que desde sua constituição, no século XIX até o início do século XX, a psiquiatria brasileira teve como base a escola francesa, a partir de Pinel, cujo mesmo popularizou-se no Brasil a partir dos textos de Esquirol. Segundo a autora, os mesmos serviram de base para a criação do Hospício Pedro II, porém, a partir do final do século XIX, tal modelo passou a ser contestado, passando a ser substituído pela teoria de Kraepelin.

Para Araújo (2017, p. 93), no Brasil, destacam-se dois cientistas da psiquiatria que tiveram grande influência: João Carlos Teixeira Brandão e Juliano Moreira, sendo ambos considerados referência na causa alienista no Brasil.

A partir de Juliano Moreira, a psiquiatria impõe-se como saber necessário à sociedade porque se mostra cada vez mais científica, à medida que tenta derivar seu saber da medicina. A partir do século XIX, a cientificidade do saber médico é exigida e oferecida como uma das bases da prática dirigida à conservação da saúde da população concebida como um todo. O médico, devido ao seu conhecimento das causas sociais da doença, afirma sua função de auxiliar na manutenção do equilíbrio da sociedade. Da mesma forma, a medicina mental atua (cientificamente) sobre as causas da doença mental e da anormalidade mental e moral como a delinquência, o alcoolismo etc., lutando contra a ameaça que os doentes e deficientes mentais constituem para o desenvolvimento moral e econômico da sociedade brasileira (Portocarreto, 2000, p. 34-35).

Figura 5: Juliano Moreira.



Fonte: Primeiros Negros.

De acordo com Maia (1961 *apud* Costa, 2006, p. 34), Juliano Moreira foi nomeado por Rodrigues Alves como diretor do Hospital Nacional dos Alienados e, a partir dele, a psiquiatria ganha um novo ímpeto. Influenciando na criação, em 1903, da primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados.

Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a cidade de Manaus passava por diversas mudanças na passagem do século XIX para o século XX. A nível nacional, o cenário não difere significativamente. Este caracterizava-se como um período de transição, visto que o Brasil tornou-se uma República, em 15 de novembro de 1889, passando por diversas rupturas e conflitos políticos. Assim, para o país, assim como a cidade de Manaus, a psiquiatria brasileira também sofreu transformações neste período. Para Portocarreto (2002, p. 34):



A passagem do século XIX para o século XX é significativa para a história da psiquiatria no Brasil, pois representa uma mudança na atitude dos alienistas brasileiros. Aparece a preocupação em participar da produção científica ocidental não mais como meros receptores e repetidores sem rigor teórico – situação em que permaneceram durante muito tempo –, mas como pesquisadores de seus fundamentos. As pesquisas inserem-se, então, diretamente nos parâmetros com os quais vinha se trabalhando na Europa nessa época.

Para Araújo (2017), Manaus não importou da Europa apenas a arquitetura, os costumes e os hábitos, mas também o discurso médico. Segundo a autora, é forte a influência dos Franceses Philippe Pinel e Jean-Étienne Esquirol na psiquiatria praticada na cidade. Possuindo, ambos, uma ligação com a medicina da mente, “[...] tendo em comum a associação da psiquiatria com comportamentos sociais e morais, portanto, diretamente relacionados à nova cidade que era construída com e/ou para o capitalismo” (Araújo, 2017, p. 93).

As teorias da psiquiatria brasileira, no século XIX, acabam apresentando o mesmo enfoque classificatório de Pinel e Esquirol. A doença mental é descrita a partir de seus sintomas que são diferenciados em entidades nosográficas¹⁵ e são agrupados utilizando-se os mesmos princípios das ciências naturais, porém, são enfatizados os critérios de caráter moral: “[...] os atos praticados independentemente da vontade, prevalecem sobre a desordem intelectual, as desordens da inteligência também aparecem no quadro nosográfico, mas deixam de ser fundamentais para a classificação dos distúrbios psíquicos, na medida em que casos de loucura sem delírio também são estudados” (Portocarreto, 2002).

Esquirol define a loucura a partir de uma classificação de monomanias de três tipos diferentes, de acordo com sua determinação pela inteligência, pela afetividade ou pelo instinto, que se opõem a outras formas de loucura, determinadas pela desrazão, como a demência e a idiotia, formas em que há ausência de inteligência, sendo, portanto, incuráveis. O primeiro tipo de monomania é a intelectual, ou seja, uma lesão parcial da inteligência, que caracteriza uma desordem concentrada num único objetivo ou numa série limitada de objetos, presente no delírio. O segundo tipo é a monomania afetiva, cuja desordem se apresenta no comportamento, sem alterar a inteligência, mas os hábitos, o caráter e as paixões. O terceiro tipo é a monomania instintiva, ou “monomania sem delírio”, que afeta a vontade; a alienação, nesse caso, não é uma desordem intelectual nem moral; o alienado é impulsionado por uma “força irresistível, por arrebatamento que não pode vencer, por um impulso cego, ou uma determinação irrefletida, sem interesses, sem motivos” (Esquirol, 1838 II, 803-804 *apud* Portocarreto, 2002, p. 42).

¹⁵ O termo “nosografia” possui cunho médico e faz referência à descrição e explicação das doenças.



Para tanto, Esquirol determina que a alienação caracteriza-se como uma **desordem do comportamento** que se insurge **contra a ordem social** por meio de seus atos involuntários, podendo ser curada apenas pela **imposição** de normas através de um processo de reeducação, de um tratamento moral. Esquirol formula, desta forma, o princípio de isolamento, argumentando que a cura apenas poderá ser exitosa caso o louco seja afastado e posto em um lugar longe das causas de sua loucura, que, segundo ele, estariam inseridas na própria sociedade e na família. O espaço deveria ser medicalizado, terapêutico e organizado para ser instrumento de cura (Portocarreto, 2002).

Na passagem do século XIX para o século XX, as transformações pelas quais a psiquiatria brasileira passava eram influenciadas por uma maior participação dos psiquiatras brasileiros em debates científicos e o contato dos mesmos com profissionais europeus. Buscava-se mais que apenas descrever sintomas, buscava-se dimensionar “[...] a influência da civilização na produção de doenças mentais, a importância da educação, as degenerescências, os diferentes modos de assistência” (Portocarreto, 2022, p. 36). De acordo com a autora, neste período exigia-se a conceituação de alienação mental como uma doença moral ou física.

Como veremos mais detalhadamente no item seguinte e no terceiro capítulo, representados muitas vezes pela elite, como perturbadores da ordem pública e agitadores, o protagonismo obtido pelos ditos “alienados”, surgia em contextos de saúde e segurança pública. Seus nomes eram expostos nas páginas dos periódicos em pequenas notas ou matérias mais detalhadas que, em certos momentos, os apresentavam como perigosos e perturbadores da moral e ordem pública.

Neste período há a união do discurso médico e político e o “alienado” passa a ser visto como um doente patológico e moral, sendo, no Decreto Federal Nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903 (Assistência a Alienados), no Art. 1º, caracterizado como sendo um indivíduo que possui alguma moléstia mental, congênita ou adquirida. Segundo este decreto, qualquer indivíduo tido como alienado que comprometer a ordem pública ou a segurança das demais pessoas seria recolhido a um estabelecimento destinado a “alienados”, porém, lá permanecia apenas caso a alienação fosse comprovada.

Parte essencial da teoria psiquiátrica do século XIX está baseada na destituição do louco enquanto produtor de um saber e na eficácia do hospital psiquiátrico como modelo de tratamento – lugar operador de práticas para docilização dos corpos, tendo em vista que a loucura era considerada uma doença de características

especiais, justificando um tipo de intervenção singular. Para a psiquiatria da época, a cura da doença mental passaria necessariamente por um tratamento moral, dentro dos limites do hospital. A instituição psiquiátrica se organizava em torno do saber médico, que localizava a possibilidade de restabelecer a racionalidade do louco pela permanência no hospital, condição indispensável ao processo de transformação do paciente em um ser útil e obediente (Ribeiro, 2006, p. 37-38).

Para Mendes (2016, p. 40):

Era necessário isolar o louco dos espaços públicos ou privados, confinando-os a uma vida de reclusão, e, sobretudo, utilizando seus corpos e mentes em experimentos através das novidades medicinais que surgem e ganham amparo com o andamento da medicina social e o esquadramento das grandes instalações públicas como as Santas Casas de Misericórdia.

Os alienados, principalmente os considerados indigentes que não possuíam recursos ou alguém que prestasse os mínimos cuidados a eles, acabavam tornando-se tutelados pelo governo, com a finalidade de retirá-los das ruas e direcioná-los a um local onde pudessem ter ao mesmo tempo abrigo, tratamento e pudessem deixar de representar uma ameaça à ordem urbana. Logo, “[...] o processo de internação constituiu-se como um modelo oportuno de eliminar do contexto social a loucura, considerada heterogênea e nociva à ordem desejada” (Ribeiro, 2006, p. 38).

3.2.1 Instituições para alienados

O princípio do que viria a ser a assistência aos alienados no Brasil, deu-se ainda durante o Brasil Império, em 1841, quando da criação do Hospício Pedro II. Naquele momento, buscava-se retirar os loucos das ruas, onde circulavam livremente. Para Gonçalves (2013 *apud* Navarro, 2015, p. 24-25):

Dom Pedro II cria, através do decreto de 1841, o Hospício Pedro II, sendo o primeiro hospital psiquiátrico do Brasil e da América Latina. O hospital tinha em sua concepção o modelo de estrutura e tratamento aplicado nas instituições asilares estabelecidas na França.

No entanto, a partir da proclamação da República, o Hospício Pedro II passa a denominar-se Hospício Nacional de Alienados em 1890, sendo, a partir daquele momento, gerido pelo Estado. Segundo Raquel Maria Navarro (2015), foi criada a primeira lei brasileira dirigida ao alienado, em 1886, que, conforme a autora, foi resultado da articulação política do deputado que tornou-se o primeiro psiquiatra diretor do Hospício Nacional de Alienados: Teixeira Brandão. “No ano de 1903 é aprovada a Lei Federal de Assistência aos Alienados nº 1.132, de 22/12/1903, que buscava reorganizar a assistência aos alienados” (Navarro, 2015, p. 25). Tal legislação estabelecia, em seu primeiro artigo, que: “o individuo que por molestia mental, congenita ou adquirida, comprometer a ordem publica ou a segurança das pessoas, será recolhido a um estabelecimento de alienados”. Porém, de acordo com a mesma, a reclusão dos ditos alienados só seria efetivada após a comprovação da alienação. De acordo com Alves (2010, p. 22):

[...] Em um dos relatórios da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sobre a salubridade geral, publicado em 1830, pela primeira vez tratava-se da questão do louco como um problema médico-social. Este relatório, que tinha como objetivo informar às autoridades sobre as condições sanitárias e de atendimento das instituições de saúde do Rio de Janeiro, tendo como foco principal a Santa Casa de Misericórdia, comentou, dentre outras coisas, sobre a necessidade de criação de espaços distintos no hospital para o atendimento de certos tipos de patologia. E diante disto, a questão da construção de um espaço apropriado para as moléstias mentais foi apresentada de forma sistemática pela primeira vez, dando início a discussões e publicações sobre o tema.

Figura 6: Hospício Nacional de Alienados.





O Hospício Pedro II e, mais tarde, Hospício Nacional de Alienados, possuía como objetivos o tratamento e acolhimento de alienados considerados indigentes, buscando, desta forma, o recolhimento destes indivíduos para que os mesmos não circulassem pela cidade em busca da caridade pública ou causando agitação nas ruas. Para Alves (2010, p. 24):

Com uma pitada de ciência, preconizada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que em 1835 foi elevada à Academia Imperial de Medicina, ampliando sua relação com o Estado brasileiro. E também com um punhado de filantropia, representada pelos esforços e alianças caritativas obtidas por José Clemente Pereira. E uma porção de política, através do Governo Imperial que em 1841 decretou, juntamente com a maioria de Pedro II, a criação de um Hospício homônimo ao monarca. Cada um desses elementos esteve presente e teve participação em proporções relativas ao espaço e notabilidade que possuíam no cenário brasileiro do século XIX.

A legislação de Assistência aos alienados restringia-se a tratar, quase exclusivamente, da internação dos ditos alienados. Ressaltando, no entanto, em seu terceiro artigo, que “O enfermo de alienação mental poderá ser tratado em domicílio, sempre que lhe forem subministrados os cuidados necessários”. A lei 1.132, segundo Araújo (2017, p. 108), “[...] ao mesmo tempo que ajudava nos direitos dos alienados, também acabava se tornando um sistema disciplinador a partir do espaço fechado, não somente para o doente de alienação, mas aquele de ausência moral”.

Conforme Costa (2006), a psiquiatria praticada no Rio de Janeiro (lugar onde foi estabelecido o Hospício Nacional de Alienados), nas primeiras décadas do século XX, “era um produto do atraso da psiquiatria no Brasil”. Para o autor, até Juliano Moreira, citado no tópico anterior, a psiquiatria havia apenas reproduzido o discurso teórico da psiquiatria francesa e seguia práticas de pessoas que não eram especialistas na área, como os religiosos. Juliano Moreira, desta forma, busca mudar esse cenário inaugurando uma psiquiatria “cujos fundamentos teóricos, práticos e institucionais constituíram um sistema psiquiátrico coerente” (Costa, 2006, p. 36).

Em Manaus, o Código de Postura do ano de 1848, já possuía um artigo dedicado aos chamados “loucos”:



Art. 34 - Toda pessoa, que cuidar de um louco furioso, será obrigada a conservá-lo em boa guarda, ou recolhê-lo ao hospital, onde o houver. Mas se a alienação for pacífica bastará apenas usar dos meios necessários para que enfermo não divague pelas ruas. Demonstrada a negligência de quem tratar dele, será o infrator incurso na multa de vinte mil réis, ou oito dias de prisão, e o doido recolhido ao lugar competente (Sampaio, 2016, p. 22).

Nota-se, a partir deste artigo, que havia a preocupação em não deixar que os ditos “loucos” divagassem pelas ruas. Explicitando ainda a distinção entre o “louco furioso” e o “louco pacífico”. Pode-se notar ainda que o artigo apenas fala do recolhimento a um hospital quando este existir, levantando a questão de que, naquele período, tal estabelecimento ainda não existia na região.

Na cidade de Manaus, antes mesmo do advento da República, a criação de uma instituição que atendesse aos ditos alienados já era solicitada. O Hospício Eduardo Ribeiro é popularmente reconhecido como o primeiro hospício da cidade. No entanto, em 1889 foi criado o Hospício Barão de Manaós.

De acordo com Silva (2012), durante o período provincial eram frequentes as reclamações para a construção de um hospital para os “alienados”. Sendo assim, no início do ano de 1889 na chácara do Dr. João Hosannah de Oliveira, onde também funcionava uma olaria, foi inaugurado o hospício “Barão de Manaós”, primeira instituição destinada exclusivamente para o acolhimento dos “alienados” na cidade de Manaus. Porém, o mesmo passou por um curto período de funcionamento, como aponta Navarro:

[...] O hospício funcionou por pouco tempo na chácara do Dr. João Hosannah de Oliveira, onde estava instalada uma olaria. Nesse início de República, a província passou a ser estado do Amazonas. O hospício foi extinto, ficando sem local específico para alienados. Assim, em 1894 o atendimento aos doentes passou a funcionar numa das alas da Santa Casa e na cadeia pública do estado, para os casos de diagnóstico de doença mental (Navarro, 2015, p. 44).

Para Araújo (2017), a instalação do Hospício Barão de Manaós foi improvisada e de caráter emergencial, não possuindo um planejamento prévio e colocando os alienados à mercê de um tratamento inadequado e sem condições básicas de higiene e funcionamento. Segundo a autora, apesar de ser uma situação alarmante, não foi a motivação para o fechamento da instituição. A motivação residia no fato de que o local passou a receber imigrantes cearenses, considerada uma demanda prioritária na época. Assim, em 15 de maio de 1889, pelo então



presidente da Província, Dr. Joaquim de Oliveira Machado, a instituição foi fechada. Após o fechamento do Hospício Barão de Manaós, a Santa Casa passou a receber os “alienados”.

De acordo com Navarro (2015), devido à ausência de capacidade física e técnica, a Santa Casa não possuía capacidade de comportar a assistência aos alienados, sendo solicitada, então, a criação do asilo de alienados, que se deu a partir da lei nº 65/1894. No entanto, salienta-se que, mesmo após a criação do mesmo, seu funcionamento não se deu de imediato.

Figura 7: Hospital Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Santa Casa de Misericórdia. Foto: Gil. Revista da Associação Comercial do Amazonas (ACA) de 10 de fevereiro de 1930.

No entanto, apresenta-se o questionamento: de que forma era realizado o diagnóstico de alienação? Quais critérios utilizados? A partir de quais sintomas a alienação era constatada? Quais seriam essas ações que caracterizariam um indivíduo como alienado? Em suma, qualquer indivíduo que apresentasse embriaguez, agitação, agressividade, condutas consideradas fora da moralidade, como a prostituição ou que perturbasse a ordem pública, eram tidos à conta de alienados. Os suspeitos de alienação eram, geralmente, identificados pela polícia e recolhidos para posterior averiguação e encaminhamento ao hospício, caso

comprovada a alienação. Essa comprovação era realizada pelo médico da polícia, não sendo o mesmo um especialista em alienação mental.

Notamos que a polícia agia para manter a segurança dos cidadãos, mas também para que fosse mantida a ordem e a conduta na cidade. Neste sentido, agia com a autoridade necessária para encaminhar os alienados que, sem família que os acolhesse, que por ventura tivessem sido recolhidos à delegacia, ao Hospício. Desta feita, após o atestado do médico responsável na delegacia, era feito o encaminhamento do doente para o Hospício de Alienados [...] (Araújo, 2017, p. 110).

Para Lopes (2011 *apud* Navarro, 2015, p. 45) as principais ações que determinavam o procedimento asilar no Brasil e em Manaus, naquela época, eram: 1) isolamento do mundo exterior, de forma que o dito alienado pudesse ser reprimido; 2) composição da ordem no asilo, onde era estabelecida uma hierarquia bem como o estabelecimento de uma norma para utilização do tempo e do espaço; 3) relação de autoridade e soberania entre o médico, os auxiliares e o alienado por meio da vigilância.

Em uma mensagem lida pelo então governador Eduardo Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1894, foram citadas diversas obras, dentre elas a construção de um hospício para alojamento provisório dos ditos “alienados”:

Estam sendo executadas:

Aterro dos igarapés do Espírito-Santo e d’Alfandega, calçamento e paralelepípedo de granito das ruas Municipal, Instalação e Governador Victorio, construção dos palacios do Governo e da Justiça, do Theatro Amazonas, e dos predios que funcionam os Institutos Benjamin Constant e de Artes e Officios, de casas para escolas publicas, reservatorio no alto do Mocó, do Hospicio para alojamento provisorio dos alienados [...].¹⁶

No mesmo documento, na página seguinte, dentre as obras que estão sendo projetadas pelo Governo, é citada a “[...] construção de um hospício para alienados no terreno do Estado situado na Cachoeira Grande á face oeste da Estrada Epaminondas [...]”.¹⁷

¹⁶ Mensagem, Snr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de 10 de julho de 1894, p. 38.

¹⁷ Mensagem, Snr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de 10 de julho de 1894, p. 39.

No período anterior à construção de um hospício que funcionasse em um prédio único e atendesse e tratasse os “alienados”, os mesmos eram abrigados em um prédio anexo à Santa Casa de Misericórdia: “[...] Anexos ao Hospital porem em predios separados, funcionam o Hospicio de Alienados e Hospital destinado ao tratamento de variolosos.”¹⁸

Em uma mensagem lida pelo Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, então governador do estado, lida ao Congresso dos Representantes, no ano de 1897, é citado um impasse em relação aos “alienados” internados no Hospício de Alienados anexo à Santa Casa de Misericórdia, que viviam em situação precária e desumana, visto que o prédio funcionava apenas como “depósito de loucos”. O impasse residia entre transferi-los para a Capital Federal ou deixá-los onde estavam.

[...] Anexo ao Hospital funciona o Hospicio de Alienados, que, embora desprovido do essencial á sua organização, comtudo bons e reaes serviços váe prestando. A assistencia de alienados nesta cidade ainda não existe, o serviço que ora é feito atesta sómente um insignificante esforço, humanitaria tentativa do meu antecessor. Pelas disposições permanentes da lei orçamentaria fui autorizado a fazer transportar para a capital da Republica os loucos existentes no Hospicio Eduardo Ribeiro, entrando para isso em acordo com o Governo Federal. Ainda não me foi possivel dar execução a esta medida, attenta a delicadeza do assumpto e a certas dificuldades que se me antolharam. Devo dizer-vos que a questão não deixou preocupar-me profundamente, merecendo serio e detido estudo. Nas condições em que está o Hospicio, nenhum serviço humanitario póde prestar vantajosamente, é um depositario de loucos, e nada mais. Cumpre ao Estado fundar um serviço de assistencia com todas as exigencias da sciencia psychiatica, embora tenha que despender grande somma de dinheiro. Assim, só assim, os infelizes ali recolhidos, sujeitos a um tratamento serio e rigoroso, poderão melhorar ou mesmo recuperar as faculdades mentaes. No intuito de de ficar habilitado a tomar uma resolução final e decisiva sobre transporte dos loucos para a capital da Republica ou a sua permanencia no Hospicio de Manaós, peço-vos estudardes detalhadamente o assumpto, facultando-me os meios de acção necessários para dum modo satisfactorio agir com segurança e acerto.¹⁹

O trecho da mensagem acima citada, apresenta o estado precário da pretensa ajuda humanitária aos “alienados”, que possuía como objetivos não somente o tratamento destes indivíduos, como também os restituir à sociedade em pleno gozo de suas faculdades mentais. No entanto, tais objetivos estavam longe de se concretizar. Além de não proporcionar adequado tratamento aos “alienados”, o Hospício não atendia as necessidades básicas dos indivíduos ali abrigados.

¹⁸ Mensagem Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso dos Srs. Representantes, em 01º de março de 1896, p. 17.

¹⁹ Mensagem Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, lida ao Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 04 de março de 1897, p. 18.



No entanto, no mesmo documento citado anteriormente, é informado que “[...] No orçamento da despesa da Santa Casa de Misericórdia figura o Hospício de Alienados com a verba de 41.840\$000.”²⁰

Abaixo, apresentar-se-á uma tabela constando todos os gastos do Estado relativos aos anos de 1897 a 1909, envolvendo a assistência prestada aos alienados na cidade de Manaus:

Tabela 2: Relação da dívida do Estado do Amazonas de 1897 a 1909.

Credor	Origem da Dívida	Importâncias
Manoel de Miranda Leão	Aluguel da casa que serve de Hospício de Alienados	12:000\$000
Santa Casa de Misericórdia	Fornecimento de medicamentos para a Cadeia, Hospício do Umirisal e Instituto Benjamin Constant	8:321\$281
Almeida Pereira & C. ^a	Cessão de Gastão Bandeira no atestado de medição definitiva das obras extraordinarias do Hospício de Alienados	2:160\$000
Carlos Augusto Duarte	Cessão de Gastão Bandeira no atestado da medição definitiva da construção do Hospício de Alienados (saldo)	18:400\$000
Gastão Bandeira	Atestado de obras extraordinarias do Hospício de Alienados (saldo)	64:675\$869
Gastão Bandeira	Idem das obras do mesmo hospício (saldo)	2:886\$585

²⁰ Mensagem Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, lida ao Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 04 de março de 1897, p. 19.



J. A. Cruz & Irmão	Cessão de Gastão Bandeira, atestado de medição do Hospício de Alienados	100:000\$000
Manoel de Miranda Leão	Aluguel do predio que serve de Hospício de Alienados	12:000\$000
Maria Joaquina do Espirito Santo	Cessão de Carlos A. Duarte, cessionario de Gastão Bandeira no atestado de construcção do Hospício de Alienados. Importancias	1:000\$000
Affonso Dias de Souza	Cessão de Bretislau de Castro Junior, no atestado da 2. ^a e ultima medição dos serviços do Hospício de Alienados	5:000\$000
Bretisláo de Castro Junior	Atestado de medição dos serviços feitos no Hospício de Alienados	189:775\$334
Di Jeorane Dominic	Cessão de Bretisláo de Castro Junior, em atestado de obras no Hospício de Alienados	3:329\$800
Domingos F. Dias	Cessão de Bretisláo de Castro Junior, em atestado de obras do mesmo Hospício de Alienados	20:733\$640
Manoel de Miranda Leão	Aluguel da casa ocupada pelo Hospício de Alienados	12:000\$000

Fonte: Relatório dos chefes de repartições.²¹

²¹ Mensagem Lida perante o Congresso dos Representantes por occasiao da abertura da sessão ordinaria da setima legislatura, em 10 de julho de 1910, pelo Exmo. Governador do Estado Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Acompanhada dos Relatórios dos chefes de repartições.



Cabe ainda ressaltar a vontade do Estado em estabelecer um serviço não só de acolhimento aos “alienados”, mas também de tratamento, em consonância com o que estava sendo realizado a nível nacional e internacional na psiquiatria. A respeito disso, no *Jornal do Commercio*, em 1907, é publicada uma carta intitulada “Molestias mentaes”, escrita pelo alienista Juliano Moreira que encontra-se em anexo neste trabalho.

Na referida carta podemos destacar alguns pontos relevantes, a exemplo do intento da psiquiatria brasileira em participar dos debates e instituições internacionais e de buscar melhor aparato científico e metodológico para melhor tratar da questão da alienação mental. A exposição desta carta em um jornal da cidade de Manaus, pode expressar a concordância (em se tratando do público alvo do *Jornal do Commercio* que será abordado no terceiro capítulo) acerca dos intentos da psiquiatria brasileira.

Para Araújo (2017), no ano de 1897 a situação dos doentes mentais continuava precária. Permaneciam sob os cuidados da Santa Casa, ainda que em prédio separado, sem que um estabelecimento adequado ao tratamento dos doentes tivesse sido construído, visto que, desde o ano de 1894, os “alienados” encontravam-se, segundo a autora, em um prédio pertencente ao Estado no atual bairro de Aparecida e, na virada do século, foram transferidos para a chácara Cruzeiro de propriedade de Manoel de Miranda Leão, na rua Ramos Ferreira.

Os séculos XVIII e XIX constituíram o hospital como instituição adequada para isolar o louco dos condicionantes adversos ao seu bem-estar. As pretensões de poder do médico sobre a loucura correspondem claramente aos fundamentos da modernidade: decidir o seu destino iluminados pela razão, buscar em si os fundamentos, ser soberano sobre o bem e o mal. Assim, a proposta do manicômio se faz apropriada para o restabelecimento do sujeito louco intimamente associado ao internamento (Ribeiro, 2006, p. 49).

Serão apresentados a partir deste ponto, documentos que demonstram o interesse e preocupação do governo do estado em legitimar a institucionalização e o tratamento aos “alienados” do ponto de vista dos cuidados médicos ocidentais. Impondo, desta forma, um olhar médico acerca desses atores sociais.

Em mensagem do então Governador do Estado, Exm. Senr. José Cardoso Ramalho Junior, lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão ordinária em 10 de julho de 1899:



[...] um hospício de alienados é necessário, que não podem eles continuar como se acham. A casa onde funcionava esse hospício foi condenada e convem que os loucos, os desgraçados que perderam a razão, ou temporariamente ou para sempre, encontrem, uns, o restabelecimento das suas faculdades sob um tratamento confiado a clínicos-psiquiatras especialistas, outros, um asylo em que lhes seja dado arrastar a existência, sem estarem sujeitos às zombarias, molejos com que, infelizmente, uma parte inconsciente da humanidade soe tratar a loucura. De certo curareis de tão humanitários assumptos, não será com insensibilidade que deixeis de dotar o Amazonas de hospitais dignos de saber lá fora que somos homens, que praticamos a caridade, a mais bela e santa das virtudes humanas.

A partir do trecho acima citado, pode-se depreender alguns aspectos do esforço empreendido pelo governo para estabelecer assistência aos “alienados”: o primeiro deles reside no fato de que o hospício para alienados, naquele momento, ainda não possuía um local com infraestrutura adequada, proporcionando segurança e o tão prometido tratamento aos “alienados” do estado. O segundo aspecto observado no trecho da mensagem consiste no poder do olhar médico a respeito da loucura e da alienação. O terceiro aspecto consiste na menção ao tratamento conferido aos ditos “loucos”, pela sociedade amazonense à época, onde os mesmos eram alvos de “zombarias”.

De acordo com Araújo (2017) a casa onde estava funcionando o Hospício de Alienados, além dos problemas de edificação, enfrentava a insalubridade do local onde estava situada a chácara. Localizada próxima a vários igarapés, por não ter ainda naquela data sido aterrada aquela parte da cidade, somando os problemas estruturais e clínicos a doenças contraídas pelos internos em função da localidade do prédio.

Em um quadro demonstrativo do movimento dos doentes da Santa Casa de Misericórdia e do Hospício Eduardo Ribeiro, é possível observar, dentre outros dados, o movimento de entrada e saída do Hospício Eduardo Ribeiro:


Quadro 6: Movimento dos doentes da Santa Casa de Misericórdia e do Hospício Eduardo Ribeiro.

Existiam em 1.º de Janeiro	Santa Casa de Misericórdia	Hospício Eduardo Ribeiro
		38
Entraram	3.147	40
Total	3.285	54
Saíram curados	2.180	6
Saíram a pedido	140	1
Saíram melhorados	288	7
Saíram por diversos motivos	155	-
Saíram para mudar de ares	-	3
Falecidos	357	15
Total	3.120	32
Ficaram em tratamento	156	22
Total	3.285	54

Fonte: Relatório Santa Casa de Misericórdia.²²

Pode-se observar, a partir do quadro acima que, no ano de 1901, houve um alto índice de entrada no Hospício Eduardo Ribeiro, somando 40 (quarenta) pessoas que ingressaram na instituição. Em comparação, no entanto, o número de saídas é relativamente baixo, tendo saído apenas 6 (seis) indivíduos “curados”, 1 (um) a pedido, 7 (sete) melhorados e 3 (três) por mudança de ares. O número de falecimentos, em contrapartida, é de 15 (quinze). Tendo permanecido em tratamento, 54 (cinquenta e quatro) indivíduos.

²² Anexo nº 21 da mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 2ª Sessão ordinária da 4ª Legislatura, pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado Silverio José Nery, em 10 de julho de 1902.

Em uma mensagem do ano de 1907, pelo então Governador do Estado Dr. Antônio Constantino Nery, é mencionado o atraso das obras de construção do que parece ser o prédio definitivo do Hospício:

[...] Devo ainda mencionar o Hospício de Alienados, cujas obras, devido à grande distancia, a que se acham, do centro da cidade, não têm tido o acceleramento de outras de inicio mais recente; mas, apesar das difficuldades de transporte do material, pretendo ve-las brevemente concluidas.²³

No entanto, em 1908, acusa-se a impossibilidade da realização da conclusão de algumas obras, dentre elas a do Hospício de Alienados, tendo em vista a situação financeira do estado. Limitando-se, portanto, à realização de alguns reparos:

[...] Limitei-me a ordenar concertos e reparos em alguns edificios que delles careciam, como simples medida de conservação. Nem mesmo o predio destinado á repartição do Archivo Publico, Estatitistica e Bibliotheca e o Hospicio de Alienados, quase concluidos, puderam ser acabados. O estado angustioso das nossas finanças, [...] e as enormes sommas gastas anteriormente, muitas das quaes ainda estão por pagar, não permitiram levar a cabo as referidas obras, que absorverão ainda mais de uma centena de contos de réis na sua definitiva conclusão.²⁴

Em mensagem lida perante a Assembleia Legislativa pelo então Governador do Estado, menciona-se o estado do Hospício, apresentado em um relatório de autoria do diretor da instituição, o Sr. Dr. Turiano Meira:

[...] renova as considerações já anteriormente feitas sobre a impropriedade do predio em que foi installado o estabelecimento, o estado de ruinas a que chegou e a insalubridade do local, onde o impaludismo impera endemico. [...] o local é improprio para o estabelecimento, em virtude das febres palustres ali reinantes, parece-me que seria conveniente a mudança do Asylo para uma das alas do predio de propriedade do Estado, no *Pensador*, onde esta installado o Asylo de Mendicidade. Com pequeno dispendio podem ser feitas as adaptações necessárias

²³ Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da primeira sessão ordinária da sexta legislatura, pelo Governador do Estado Dr. Antonio Constantino Nery, em 10 de julho de 1907, p. 38.

²⁴ Mensagem, lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura pelo Cel. Raymundo Affonso de Carvalho, 10 de julho de 1908, p. 39.

[...].²⁵

Acompanhando o relatório, o então diretor do Asylo de Alienados, apresenta ainda, no anexo, o movimento de doentes no período que compreende maio de 1914 até abril de 1915. Sendo que, no Asylo, existiam 38 (trinta e oito) internados; entraram 54 (cinquenta e quatro); saíram curados 38 (trinta e oito); e faleceram 10 internados.

No ano de 1915, em decorrência dos problemas estruturais e de insalubridade pelos quais a instituição passava, que estava em péssimas condições, ocorreu aumento substancial de casos de impaludismo entre os internos. Sendo cogitado pelas autoridades, segundo Araújo (2017), a mudança do hospício para uma ala do Asilo de Mendicidade, tendo em vista que os cofres públicos não seriam capazes de financiar a reforma do prédio onde funcionava o hospício, muito menos a construção de outro.

Apesar da criação do Hospício de Alienados na segunda metade de 1890 e da construção do que almejava-se ser o prédio onde funcionaria a instituição ter iniciado em 1905, as obras de construção não chegaram a ser totalmente finalizadas, sendo realizados apenas reparos pontuais antes da transferência dos internos, que se deu apenas em meados da década de 1920, muitos anos após a criação do hospício e do início das obras de construção.

Uma hipótese que pode ser atribuída a estes fatos, é o declínio na exportação da borracha, ao final da primeira década do século XX, porém, o mesmo só viria a ser fortemente sentido pelos cofres públicos a partir da segunda década do século XX. O que nos faz questionar se os motivos econômicos seriam os únicos para o cenário decadente da assistência aos alienados na cidade de Manaus.

O Hospício de Alienados da cidade de Manaus funcionou, no período elegido para essa pesquisa (1890 a 1920), como uma instituição que recolhia das ruas indivíduos ditos “alienados”. Geralmente, estes indivíduos recolhidos das ruas eram indigentes e, segundo as autoridades policiais, causam desordem pública. Além de visar funcionar como uma instituição que oferecia tratamento e buscava a cura de seus internos, o Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro funcionou também como um local de assistência para aqueles que não possuíam casa e nem meios para manter-se.

²⁵ Em mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, então Governador do Estado, em 10 de julho de 1915, págs. 43-44.

No entanto, como analisado nos documentos, o hospício funcionava de forma precária e não atendia as necessidades básicas de seus internos, além de ter demorado muitas décadas até que os alienados pudessem ser transferidos até o prédio oficial destinado ao hospício. Prédio esse que nunca teve suas obras totalmente completas.

Aqueles que mais sofrem os impactos negativos advindos das profundas mudanças implementadas na cidade de Manaus são aqueles tidos como “indesejáveis” (pelas elites e pelo governo) nesta nova cidade que foi construída. Entre eles encontravam-se os pobres, indígenas e “alienados”, dentre outros, que tiveram sua liberdade tolhida, suas poucas opções de lazer proibidas e suas casas tomadas.

A sociedade “civilizada” da Europa convencionou que a imagem correspondente à “cidade moderna” deveria apresentar aspecto seguro, civilizado e belo. Equipar estes espaços com os princípios requisitados era promover uma série de melhoramentos urbanísticos e arquitetônicos; instalar uma série de serviços públicos, assessorados pela indústria, e promover a o embelezamento da cidade. As questões de higiene e segurança pública se impunham como tarefa fundamental e justificam a primeira providência a ser tomada, que era a classificação dos espaços, através da ordenação racional de suas vias e comunicações (Mesquita, 2005, p. 84).

As obras de embelezamento e higienização da cidade de Manaus possuíam na Europa sua maior inspiração. Buscavam romper com tradições indígenas e imperiais e abrir as portas da cidade para tradições tidas como modernas e civilizadas. Para tanto, buscou por meio de Códigos de Postura, normas para manter a higiene e salubridade pública, para normatizar habitações, hábitos e costumes. Enfim, normatizar um novo padrão social e cultural visando, desta forma, colocar Manaus no rol das cidades civilizadas e modernas, buscando atrair investimentos estrangeiros e atrair imigrantes letrados para compor a gama de profissionais qualificados para atuar em diversos tipos de serviços.

Essas mudanças urbanas, sociais e culturais, no entanto, não visavam abranger a todos. Excluindo e segregando para bairros afastados, cadeias públicas, hospícios, asilos de mendicância ou leprosários todos aqueles indivíduos que pudessem colocar em risco a imagem de uma Manaus civilizada, bela e moderna. Incluíam-se neste rol de indesejados, as pessoas com deficiência, até então, denominadas com termos como “alienado”, “aleijado”, “paralytico”, dentre outros.



Ao final do século XIX e início do século XX, visando atender aos anseios de modernização e embelezamento da cidade, com a finalidade de torná-la mais aprazível aos olhos de investidores europeus, a cidade de Manaus passou não apenas por mudanças estéticas, mas também por mudanças na saúde pública e sanitária da cidade. Tais mudanças compunham o processo de embelezamento e higienização da cidade. De acordo com Mendes (2016, p. 20):

A desodorização do espaço público e privado, a profilaxia das ruas, ruelas, becos e moradias, e principalmente, a desinfecção destes locais, isolando os personagens que ora não eram vistos mas que, com os novos moldes implantados através da modernização copiados da Europa, passaram a fazer parte do cotidiano manauara incomodando os olhos da elite que se formava.

Incluídos no grupo de “indesejados”, encontravam-se os indivíduos denominados pela sociedade, naquele período, de “alienados”. Segundo Mendes (2016), estes eram indivíduos vistos como causadores de desordem pública e possuíam má fama. E que, por não atenderem aos novos padrões exigidos socialmente, passaram a ser facilmente percebidos de forma negativa.

Novas formas de pensar as causas acerca da loucura surgiram, mas a metodologia do enclausuramento se perpetuou, agora de uma forma ainda mais violenta, cientificamente justificada pelo aparato teórico da psiquiatria. Ao lançar as luzes da razão sobre o fenômeno da loucura, a ciência acabou por ofuscar os olhos dos defensores do modelo manicomial, cegando-os para as práticas desumanizantes que eram utilizadas. A constituição da loucura como doença estava fundamentada em uma sistematização conceitual que excluía a própria loucura, prática que a destituiu como portadora de um saber de si mesma, submetendo-a a um lugar marginalizado. No processo em que a loucura vai se tornando objeto de conhecimento de uma ciência, a dimensão do sujeito vai se esvaziando, enclausurado nos porões do silêncio, predicado do discurso da ciência moderna (Ribeiro, 2006, p. 50).

Para tanto, tornou-se necessário, aos olhos do poder público e da elite, que os indivíduos tidos como “indesejáveis” fossem agrupados em um local onde pudessem ficar longe dos olhos da população. Este discurso segregador mesclava-se a um discurso assistencialista, onde a elite que detinha o poder apresentava-se preocupada com a sorte daqueles desprovidos de recursos financeiros, doentes e “alienados”. Para Mendes (2016, p. 28) “[...] a intenção de retirá-los das ruas, ruelas e becos, dos quartinhos nos fundos das residências, dando espaço aos discursos modernizadores, normatizadores e médico alienistas



estavam mais apurados que o da bondade e solidariedade caracterizadas nas falas dos governantes.”

Os loucos são sistematicamente internados por apresentarem, no cotidiano da vida, atos que não condizem com sujeitos guiados pelo projeto moderno de emancipação do homem pelas vias da razão. A modernidade coloca a racionalidade em posição de destaque, tornando-a referência e produtora absoluta de conhecimento. Todo acontecimento e fenômeno do mundo pode ser capturado, explicado e justificado pela ciência iluminista. A natureza é agora serva do homem e o pensamento moderno substitui radicalmente todo conhecimento estabelecido anteriormente (Ribeiro, 2006, p. 44).

Os indivíduos identificados como “alienados” eram, muitas vezes, detidos pela polícia e posteriormente encaminhados ao asilo de alienados. Muitas vezes, nenhum diagnóstico é apresentado para determinar se os mesmos caracterizam-se como “alienados”. Bastava que os mesmos cometessem alguma atitude fora dos padrões vigentes nos Códigos de Postura implementados para que fossem vistos como ameaça à ordem pública. Conforme Mendes:

Os alienados, transgressores e indesejáveis passam a ser dispositivos da classe dominante, que com a prerrogativa de ordenação e moralização estabelecem, tanto na esfera social quanto na econômica, maneiras de segregar os doentes sociais, fazendo com que eles passem a orbitar nas nos subúrbios, contribuindo, juntamente com o discurso médico-alienista, ao êxito nesta empreitada (Mendes, 2016, p. 38).

Neste esforço civilizador e modernizador, a imprensa surge como uma aliada da elite e do governo, atuando como mecanismo propagador de padrões e normas. Tal cenário se deu, principalmente, em periódicos comandados por indivíduos pertencentes ao seletivo grupo da elite intelectual da cidade. Segundo Mendes (2016), a forma como os “alienados” eram representados nas páginas dos periódicos, contribuía para reforçar os estereótipos que giravam em torno desses indivíduos tidos como loucos.

Os locais para onde eram levados os “alienados” eram preferencialmente distantes, sendo esse um dos motivos pelos quais a obra de construção do hospício teve seu prazo postergado, visto que ocorreram problemas logísticos para transporte de mão de obra e materiais para a construção. Tanta distância possuía relação direta com a necessidade que o governo e a classe médica via em distanciar esses indivíduos do restante da sociedade. Buscando, desta forma, propagar a imagem de uma cidade civilizada, moderna, ordeira e



limpa. Aqueles sujeitos que não faziam parte da cadeia produtiva, seja por não possuírem um ofício ou não possuírem condições físicas e mentais para o trabalho, eram direcionados a locais como o asilo de mendicidade, o hospício, a Santa Casa de Misericórdia ou até mesmo aos seringais. Segundo Picollo (2022, p. 32):

Tal raciocínio, ao pressupor a necessidade de apartar ditos corpos dos processos de socialização, obedece a uma gramática moral arbitrária impermeável à razão e à experiência ao conferir o interdito como único espaço passível de ser ocupado pelas pessoas com deficiência. Aludido significado não se dá devido a convicção arrebatadora de que as pessoas com deficiência não podem exercer atividades produtivas e ocuparem espaços coletivos, pelo contrário, manifesto entendimento comporta um dogma que primeiro escolheu ser impermeável a experiência da deficiência e depois se manifestou pela sua rejeição. Sua origem é a discriminação e não a reflexão.

Ao longo deste capítulo buscou-se apresentar a percepção acerca da deficiência, da pessoa com deficiência e do chamado “alienado”, com enfoque nos conhecimentos e olhar médico e psiquiátrico ocidental sobre esse indivíduo na cidade de Manaus. Visto que o saber médico buscava impor sua legitimidade e soberania sobre outros conhecimentos e saberes. No próximo capítulo desta pesquisa, abordaremos a pessoa com deficiência e o “alienado” sobre um novo viés: o dos periódicos e documentos oficiais.



4. A REPRESENTAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA IMPRENSA E DOCUMENTOS OFICIAIS EM CIRCULAÇÃO EM MANAUS ENTRE 1890 E 1920

Busca-se apresentar, ao longo deste capítulo, a(s) forma(s) de representação da pessoa com deficiência na cidade de Manaus, em periódicos em circulação na cidade de Manaus no período escolhido para análise na presente pesquisa. Observar-se-á, ao longo do capítulo, os termos utilizados para referir-se à pessoa com deficiência, adjetivos utilizados e os contextos nos quais esses indivíduos usualmente estavam inseridos.

Como principais fontes teóricas e documentais deste capítulo foram utilizados o livro *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*, de 2015, da autora Maria Luiza Ugarte Pinheiro e a dissertação *Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o jornal do commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)*, de 2014, da autora Priscila Daniele Tavares Ribeiro, o livro *Imprensa e História do Brasil*, de 1988, da autora Maria Helena Rolim Capelato; e documentos e jornais em circulação na cidade de Manaus entre o final do século XIX e início do século XX.

4.1 A imprensa na cidade de Manaus

Como fonte para as informações apresentadas nesta pesquisa, foram utilizados jornais e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus entre os anos de 1890 a 1920, consultados a partir da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Os mesmos foram escolhidos em função da disponibilidade de ocorrências que envolviam e mencionavam as pessoas com deficiência em suas páginas.

Para Maria Helena Rolim Capelato (1988) até a primeira metade do século XX os historiadores brasileiros assumiram duas posturas em relação ao chamado “documento-jornal”, sendo elas: 1) o desprezo (acreditava-se que o jornal era uma fonte suspeita) ou 2) o enaltecimento (acreditava-se que o jornal era um repositório da verdade). Alexandre Nogueira Avelino (2008) corrobora tal informação visto que, para o autor, o uso da imprensa periódica como fonte para a pesquisa histórica ganhou terreno a partir de 1970, a partir da superação das noções de “fonte suspeita” e “repertório da verdade”. Inicialmente,

segundo o autor, os jornais eram vistos com desconfiança tendo em vista que não eram documentos comprovadamente produzidos por agentes do governo. Em contrapartida, delineou-se um cenário onde surgiu a ideia do “fato verdade”, apresentando os fatos jornalísticos como fidedignos da realidade, imparciais e neutros. Para o autor, tal cenário modifica-se em entre 1970 e 1980:

No processo de reavaliação do tratamento dispensado pelo historiador às fontes históricas, os jornais passaram a se apresentar como espaços de representação de inúmeros aspectos da realidade. A partir deste momento, a atenção se voltou para os elementos constitutivos da construção dos textos jornalísticos. Esta postura foi difundida e acabou influenciando os historiadores que caminharam no sentido de romper com a postura que via os jornais como “fonte suspeita” ou, inversamente, como “repertório da verdade” e permitiu estabelecer questões que procuravam elucidar não o fato jornalístico em si, mas a construção desse fato. Atentou-se que na construção do fato jornalístico os elementos subjetivos e os interesses do jornal interferiam decisivamente. Desta forma, a tarefa preliminar de identificar os elementos construtores do fato se tornou central na construção historiográfica, uma vez que possibilitou identificar e localizar o jornal socialmente e, assim, melhor compreender a logicidade de seus discursos e a emergência de projetos de intervenção social e política que, por vezes, eles buscavam encobrir (Avelino, 2008, p. 24).

Para Capelato (1988) a imprensa pode ser um instrumento de manipulação de interesses e para intervenção na vida social. Considerando-se que “[...] na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses, aos quais o jornal está vinculado” (Capelato, 1988, p. 22). Conforme Avelino (2008, p. 24-25) por meio da imprensa:

[...] tornou-se possível recuperar dimensões sociais importantes, notadamente as lutas, os ideais, os compromissos e os interesses de diversos setores que compõem a sociedade. A imprensa possibilitou um melhor conhecimento das sociedades no nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, dentre outros aspectos.

A partir das contribuições dos autores acima citados, pretende-se, neste capítulo, não apenas mencionar as notícias veiculadas na imprensa manauara que foram protagonizadas por pessoas com deficiência, mas também entender o que as motivava, quais interesses estavam em jogo e quais discursos e conhecimentos as embasaram.



Antes de apresentarmos as formas de representação das pessoas com deficiência na imprensa manauara, é válido rememorar o processo de desenvolvimento da imprensa no Brasil e na cidade de Manaus. De acordo com Capelato (1988) a imprensa oficial encontrou obstáculos para se desenvolver no Brasil, mesmo após a chegada da Família Real (1808), quando ocorreu a criação da Imprensa Régia, acontecimento que impulsionou a criação, segundo a autora, de diversos jornais na capital e nas províncias.

A Coroa Portuguesa sempre criou obstáculos ao seu desenvolvimento para impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem através das folhas impressas. Além disso, os núcleos urbanos eram pouco significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população do campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes. Estes fatores representaram empecilhos para a consolidação da imprensa (Capelato, 1988, p. 38).

Tal cenário de dificuldade do estabelecimento e desenvolvimento da imprensa no Brasil Colônia e durante o Império, podia ser visto também na Província do Amazonas, visto que, para Pinheiro (2015) a presença da escrita era tímida e estava circunscrita nos setores mais privilegiados da sociedade que detinham um certo nível de instrução:

Convém enfatizar que o problema do baixo nível de escolaridade formal da população (que pelo entendimento das autoridades públicas locais deveria contemplar o controle normativo da língua falada e escrita), somava-se outro, também de grandes proporções, mais ligado à força de uma tradição de oralidade herdada tanto das culturas indígenas regionais, quanto da sertaneja nordestina emigrada para a região nas últimas décadas do século XIX. Trata-se de reconhecer que, ao longo de todo o século XIX, para a maioria da população indígena regional, a língua portuguesa era ainda uma “novidade” não de toda assimilada, já que em vastas áreas da Província a língua geral, ou “Nheengatu”, era largamente utilizada como elemento básico de comunicação interna das comunidades (Pinheiro, 2015, p. 51).

Segundo a autora, instituições e estabelecimentos voltados à prática da leitura, só passaram a ser construídos na cidade, na fase final do período Provincial. Sendo eles: uma sala de leitura, com cerca de 1.200 livros, a partir da Lei nº 205 de 17 de maio de 1870; o Gabinete da Leitura, em 1874, que caracterizava-se como um espaço privado, aberto pelo comerciante Bernardo de Oliveira Braga, funcionando anexo à uma livraria da cidade e, para



utilizar-se do mesmo era necessário o pagamento de uma mensalidade de 3\$000; e a Biblioteca Pública Provincial que surge apenas em 1883.

Mesmo com o aumento da oferta de locais voltados ao consumo da leitura, para Pinheiro (2015), a prática da leitura ainda continuava circunscrita ao círculo de uma pequena elite letrada. Uma hipótese apresentada pela autora, é que além da pouca instrução da população na norma culta da língua portuguesa, reside no alto custo dos livros que, em comparação com os jornais, tinham um valor muito elevado.

Assim sendo, a imprensa manauara surge quase concomitantemente à Província do Amazonas, sendo os primeiros jornais ligados ao Governo Provincial. Um fato que possibilitou o surgimento da imprensa, segundo Pinheiro (2015) foi a chegada da primeira prensa à cidade de Manaus, em 1851, em decorrência da elevação da categoria de Província e da necessidade da criação de uma mínima estrutura de funcionamento para a mesma.

Segundo Capelato (1988), a partir da segunda metade do século XIX, começam a surgir os jornais republicanos, a exemplo de *O Apóstolo* (1849), de Minas Gerais; *Jornal do Commercio*, *Correio Paulistano*, *Diário de Pernambuco*, dentre outros. Para a autora, nos jornais partidários da República circulavam críticas ferrenhas ao Império. Tais jornais eram reflexo dos intentos políticos e sociais daqueles que almejavam o fim da Monarquia e o advento da República.

Após a implementação da República, de acordo com a autora, os jornais ligados à República buscavam criar uma “[...] imagem harmoniosa, unitária e festiva da República. Todos enfatizavam o contentamento popular” (Capelato, 1988, p. 44). As imagens de festa e vitória do bem em detrimento do mau, são difundidas na imprensa:

[...] ênfase no novo, [...] insistência na índole pacífica do brasileiro e pela presença do par *ordem e progresso*, simbolizado nas metáforas de luz e trevas. Todos esses elementos reforçam a idéia de que o antigo regime - a monarquia - fora vencido pelas forças representativas da modernidade (Capelato, 1988, p. 45).

O intento de difundir a vitória do bem sobre o mal, a harmonia, e hegemonia, não estava expresso apenas na imprensa. Apresentava-se também nas artes plásticas, a exemplo da pintura, como abordado por Marcos Napolitano (2022, p. 13-14):



Quando observamos o famoso quadro *Proclamação da República*, pintado por Benedito Calixto e 1893, podemos ter a falsa sensação de que o nascimento do regime republicano no Brasil foi um desfile militar cívico e ordeiro [...]. Aliás, é bem provável que o objetivo do quadro fosse esse mesmo, de acordo com as regras ufanistas da pintura histórica do século XIX: cristalizar a imagem de um momento histórico grandioso e de personagens heroicos, pautados pela ordem e pelo civismo, minimizando a ruptura republicana com a velha ordem política da Monarquia.

Figura 8: Proclamação da República - Quadro de Benedito Calixto.



Dimensões: 123,5 x 200 cm - Óleo sobre tela - Data 1893
Pinacoteca Municipal de São Paulo (SP).²⁶

Para tanto, pode-se depreender que a imprensa e também outras formas de expressão, a exemplo das artes plásticas, foram utilizadas como ferramenta para agir sobre a sociedade de acordo com interesses políticos e sociais daqueles que detinham o poder. Representando a sociedade e as relações que a permeavam de acordo com os interesses daqueles que detinham o poder de representar.

Para Stuart Hall (2016, p. 31), a representação “[...] é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Segundo o autor, existem três abordagens acerca da representação: 1) a abordagem reflexiva; 2) abordagem intencional; e 3) abordagem construtivista.



Quadro 7: Teorias da representação

Teoria	Significado
Abordagem reflexiva	O sentido repousa no objeto, pessoa, ideia ou evento no mundo real, sendo que a linguagem atua como um espelho, refletindo o verdadeiro sentido, como ele já existe no mundo.
Abordagem intencional	Oposta à abordagem reflexiva. Argumenta que é o interlocutor quem impõe seu sentido ao mundo através da linguagem. O autor determina o significado das palavras.
Abordagem construtivista	Essa abordagem reconhece o caráter público e social da linguagem. De acordo com ela, nem as coisas ou seus usuários podem fixar os significados na linguagem. As coisas em si não significam, nós é que atribuímos e construímos sentido por meio de sistemas representacionais, conceitos e signos. Segundo essa abordagem, não se pode confundir o mundo material com as práticas e processos simbólicos pelos quais representação, sentido e linguagem operam.

Fonte: Stuart Hall (2016).

Para Tomaz Tadeu da Silva (2014) ao longo da história da filosofia ocidental a representação esteve ligada à busca de formas apropriadas de tornar o “real” presente, de apreendê-lo da forma mais fiel possível através de sistemas de significação. Apresenta-se a representação em duas diferentes dimensões: a representação externa (pintura, linguagem, etc.) e a representação interna ou mental (representação do “real” na consciência. Para Silva (2014, p. 91), no pós-estruturalismo:

[...] o conceito de representação incorpora todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem. Isto significa questionar quaisquer das pretensões miméticas, especulares ou reflexivas atribuídas à representação pela perspectiva clássica. Aqui, a representação não aloja a presença do “real” ou do significado. A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.

A partir da perspectiva da História Cultural, e das contribuições de Roger Chartier:

As representações inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações” (Chartier, 1990, p. 17). E essas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano (Barros, 2005, p. 139).

Para Barros (2005) a noção de “representação” busca corrigir lacunas que surgem em noções mais ambíguas. Podendo, as representações, incluir o modo de pensar e de sentir, coletivos ou individuais, porém, não se restringindo a eles. Para o autor, as formas de representação: “[...] podem ainda ser apropriadas ou impregnadas de uma direção socialmente motivada” (Barros, 2005, p. 137). Sendo associadas assim, segundo o autor, a ideologias que buscam agir sobre determinado circuito de representações, visando resultados sociais.

No que diz respeito à cidade de Manaus, pode relacionar-se ao acima exposto no que diz respeito à imagem criada acerca dos “cegos”, “aleijados”, “alienados” e “surdo-mudos”, como veremos mais à frente. A elite, o governo e a imprensa buscaram dirigir as formas de representação desses indivíduos com o intuito de atingir objetivos como demonstrar a importância do trabalho e da ordem para a sociedade.

Desta feita, destaca-se o cenários, contextos e discursos em voga no período escolhido para análise da representação acerca da pessoa com deficiência nos periódicos e documentos oficiais na cidade de Manaus (1890-1920), onde o modelo predominante acerca da deficiência e da alienação mental, era o modelo médico. No entanto, o modelo caritativo ainda se fazia muito presente na cidade sendo, este período, caracterizado por profundas reformas higienizadoras e profunda influência das elite intelectual e extrativista no governo e na imprensa.

De acordo com Pinheiro (2015), a “Imprensa Oficial” surge na cidade de Manaus apenas no período republicano, em 1892, durante o governo de Eduardo Ribeiro. Tendo em vista que “[...] na virada do século XIX para o século XX, o Amazonas partilhou com outras regiões do país da agitada atmosfera cultural que favoreceu a emergência de um vigoroso processo de editoração jornalística” (Pinheiro, 2015, p. 73).



Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015) divide a imprensa da cidade de Manaus em dois períodos distintos: um que vai da criação do primeiro jornal da cidade, o *Cinco de Setembro* (criado em 1851), até 1880; e o segundo após 1880. Segundo a autora, o primeiro momento da imprensa manauara foi um período “embrionário”, com a circulação de um número modesto de jornais, baixa qualidade gráfica e de lenta expansão. Os jornais eram em sua maioria manuscritos, pequenos e efêmeros. Em contrapartida, o segundo momento da imprensa manauara caracterizou-se:

[...] pela proliferação de uma grande e diversificada quantidade de jornais que, embora ainda mantivessem muitas das características do período anterior, começaram já a mostrar sinais de significativo avanço não só em relação ao processo de composição e editoração gráfica, mas também no sentido de ampliação da qualidade editorial, consolidando a presença e participação de um grupo cada vez mais amplo de intelectuais, que faziam das páginas dos jornais um campo fértil para a contínua troca de ideias e para o desenvolvimento do debate político (Pinheiro, 2015, p. 78-79).

Para a autora, embora essas duas fases possam ser bem marcadas, a transição de um período para outro não se deu de forma abrupta. Sendo “[...] um processo lento e contínuo de aprendizagem e aperfeiçoamento” (Pinheiro, 2015, p. 79). Para tanto, salienta-se que o processo de crescimento e desenvolvimento da imprensa na cidade de Manaus, deu-se em decorrência de alguns fatores propiciados pelos contextos cultural, econômico e político, vivenciados pela cidade e pelo país.

De acordo com Durango Duarte (2015) o jornal *Cinco de Setembro*, que foi o primeiro periódico impresso da cidade de Manaus, possui sua data de lançamento em 3 de maio de 1851, em conceito áulico, predominante no Brasil naquele período, visto que, apenas atos governamentais eram publicados. Segundo o autor, em janeiro de 1852 teve seu nome alterado para *Estrela do Amazonas*, até o ano de 1866. Seu proprietário era o tipógrafo Manoel da Silva Ramos, que era paraense e mudou-se para a região a convite de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, também paraense e primeiro presidente da Província do Amazonas.

Posteriormente, em 9 de julho de 1866, o periódico passou a circular com o nome de *O Amazonas* e, cerca de um mês depois, passou a adotar o nome de *Amazonas*, mudando sete anos depois para *Diário do Amazonas* e, em 1874 voltou a chamar-se *Amazonas*. Segundo Duarte (2015, p. 16):

[...] Assim como mudava de nome - cinco vezes em vinte e dois anos -, o jornal alternava sua orientação política, como todos os demais. Inicialmente, era órgão do Partido Conservador, depois se tornou Liberal. Após a Proclamação da República, passou a defender os interesses do Partido Democrata, do Republicano e, finalmente, do Republicano Federal.

Como abordado anteriormente, o apogeu da economia baseada na exportação da borracha acarretou diversas mudanças para a cidade de Manaus. O acúmulo de capital advindo desta economia, foi um dos fatores que possibilitou o desenvolvimento da imprensa na cidade de Manaus. Para Ribeiro (2014), a imprensa amazonense passou por diversas mudanças, destacando dentre elas a incorporação de novos estilos jornalísticos e a aquisição de novas tecnologias, tais como o telégrafo, o telefone e as máquinas de linotipo, a partir deste período.

Com efeito, todos os impactos das transformações socioeconômicas do final do século XIX marcaram profundamente a imprensa amazonense, ampliando-a e diversificando-a. Por outro lado, a relação entre o avanço do periodismo e a dinamização do ambiente cultural e a conseqüente ampliação da cultura letrada na capital amazonense não deve ser considerada um processo de mão única. Em outras palavras, convém não entendermos a imprensa como passiva, apenas sofrendo a ação desse “progresso” ou dele decorrendo (Pinheiro, 2015, p. 153).

Para Duarte (2015) o surgimento de publicações independentes foi incentivado pelo ápice da economia amazonense a partir da exportação da borracha. Essas publicações possuíam caráter mais acadêmico, intelectual e sindical. Segundo o autor, os jornais considerados mais estruturados, que possuíam melhor qualidade de impressão e eram publicados com maior periodicidade, possuíam uma carteira de anunciantes, viabilizando assim, parte de suas despesas, o restante das despesas sendo financiadas por grupos políticos que, também davam o tom editorial.

A imprensa não só foi influenciada pelo processo modernizador que se estabeleceu na cidade, mas também contribuiu para esse processo a medida que, a exemplo dos jornais que possuíam ampla ligação com o governo e as elites, disseminou discursos e contribuiu para o protagonismo da elite e sua visão acerca da cidade. Os jornais utilizados como fonte, dependendo a quem pertenciam, suas motivações e objetivos, referiam-se e apresentavam as pessoas com deficiência ou “alienados” de diferentes perspectivas.



Ao realizar buscas pelos termos “pessoa com deficiência”, “deficiência” ou “deficiente”, em periódicos e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus no período de 1890 a 1920, pode-se constatar que tais termos não eram utilizados com o intuito de fazer referência a pessoas com comprometimentos físicos, intelectuais ou sensoriais. Conforme Silva (1987 *apud* Figueira, 2021) pessoas com deficiência, no decorrer do século XIX, no Brasil, eram comumente denominadas, dentre outros termos, como: “aleijadas”, “manetas”, “pernetas”, “mancas”, “paralíticas”, “ceguinhas”, “loucas”, “bobas” e “defeituosas”.

Salienta-se que tais termos acima citados, são **generalizadores**, no período histórico abordado nesta pesquisa, não eram utilizados para demarcar um grupo e uma identidade social, mas sim para generalizar e buscar homogeneizar um grupo heterogêneo de indivíduos que possuíam como única característica em comum, algum comprometimento de natureza física, sensorial ou intelectual.

Nos periódicos utilizados como fonte desta pesquisa, pessoas com algum comprometimento físico, intelectual, mental ou sensorial eram usualmente denominadas: “aleijado”, “alienado”, “cego”, “surdo” ou “surdo-mudo”. Possuindo maior expressão e constância, a aparição do termo “alienado”. A seguir, apresentaremos um pouco de alguns dos periódicos utilizados como fonte desta pesquisa.

Diário Oficial - Criado a partir da Lei nº 01 de 31 de agosto de 1892, pelo Governador Eduardo Ribeiro, a Imprensa Oficial do Amazonas constitui-se em uma autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo estadual. A instituição foi efetivamente instalada em 15 de novembro de 1893, a partir da publicação do Diário Oficial. A Imprensa Oficial do Amazonas, caracteriza-se como sendo uma das primeiras da região, em decorrência do apogeu da exportação da borracha (Imprensa Oficial, 2024).

A Federação - Este jornal passou a circular em 1º de janeiro de 1884, na Província de São Pedro (RS), ainda durante o Brasil Império e possuía forte cunho político-partidário. Possuindo como missão divulgar os ideários republicanos, combatendo, para tanto, o regime monárquico e defendendo a criação da República Federativa no Brasil e o término da escravidão. O jornal foi impresso até 17 de novembro de 1937, quando se instalou a ditadura do Estado Novo (1937-1945), comandada por Getúlio Vargas, que decretou o fechamento do jornal (Observatório da Imprensa, 2016).



Quo Vadis? - Segundo Ivana Luísa de Souza Gomez (2009), as informações acerca deste jornal são de difícil acesso. Porém, chegou-se ao nome do Sr. Adriano Xavier, apontado como o jornalista à frente do jornal. O periódico teria surgido em decorrência do descontentamento em relação à política republicana da época, apresentando fortes críticas ao governo. De acordo com a autora, algumas pautas do jornal são “o descontentamento com a corrupção e os desmandos políticos, o tratamento da questão social, da carestia e custo de vida, e principalmente quando se trata de jornais que foram perseguidos e fechados [...]” (Gomes, 2009, p. 16).

Correio do Norte - De acordo com Deborah Vilhena Trindade (2011) o *Correio do Norte* foi fundado em 1906 e possuiu como proprietários Adriano Jorge e Heliodoro Balbi e ao longo dos anos possuiu diversos diretores, dirigentes e redatores. O jornal apresentava em suas páginas duras críticas ao governo e, segundo a autora, assumia um forte cunho político. Veiculando, no entanto, notícias abrangentes relacionadas com a dinâmica internacional e também pequenos acontecimentos da cidade de Manaus. Para a autora o periódico possuía como público alvo as classes menos abastadas da cidade, tendo em vista que “[...] as mazelas vividas por essas pessoas eram cotidianamente denunciadas no periódico, um indicativo de que também era lido por elas” (Trindade, 2011, p. 17).

O periódico que apresenta o maior número de ocorrências é o *Jornal do Commercio*, em sua maioria relacionadas ao termo “alienado”. Segundo Ribeiro (2014) em sua primeira edição, datada de 02 de janeiro de 1904, o *Jornal do Commercio* apresentava como foco a questão comercial. Tendo seu surgimento atrelado a ausência “[...] de um jornal na cidade de Manaus que defendesse os interesses comerciais da região” (RIBEIRO, 2014, p. 31). Ainda segundo a autora, o *Jornal do Commercio* possuía ampla ligação com o Governo e a elite intelectual da cidade. Seu corpo editorial era composto por membros da elite intelectual que fizeram ou almejavam fazer parte da vida política:

A maioria das pessoas que fizeram parte da primeira fase do jornal veio de outras cidades e frequentou a faculdade de direito. Esses intelectuais valiam-se do campo da imprensa como patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Maria Luiza Ugarte Pinheiro afirma que foi nas páginas da imprensa local que a intelectualidade amazonense, no final do século XIX e início do século XX, ganhou visibilidade e respeitabilidade no interior da sociedade local (Ribeiro, 2014, p. 48).



Segundo Duarte (2015) no ano de fundação do *Jornal do Commercio*, circulavam na cidade de Manaus cerca de dezoito jornais. O jornal possuía correspondentes em Portugal e nas principais cidades do interior do Amazonas. Após o falecimento de seu proprietário, Rocha dos Santos, em 9 de dezembro de 1905, os herdeiros do mesmo passaram a controlar o jornal até 1906, quando foi vendido para Adolpho Lisboa, época em que Alcides Bahia atuou como diretor do jornal (1906-1907), seguido por Henrique Rubim e posteriormente, por Francisco Tavares da Cunha Melo.

No ano de 1907, Vicente Torres da Silva Reis passa a ser o novo dono do *Jornal do Commercio*, “[...] Em sua gestão, ele modernizou o parque gráfico do periódico, substituindo as máquinas tipográficas pelas linotipos alemães (o JC foi o primeiro no Brasil e o terceiro na América do Sul a ter esse equipamento)” (Duarte, 2015, p. 17). Ainda segundo o autor, Vicente Reis permaneceu à frente do jornal até 1943, quando o foi vendido para os Diários Associados, que era um conglomerado midiático pertencente a Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, paraibano. Nos anos que se seguiram, o *Jornal do Commercio* foi dirigido por: João Calmon (1943-1946), Frederico Barata (1947-1961), João Calmon (1962-1966) e Epaminondas Barahuna (1959-1984). Em 4 de dezembro de 1984 o *Jornal do Commercio* foi vendido para o amazonense Guilherme Aluizio de Oliveira Silva.

O *Jornal do Commercio* e outros periódicos citados ao longo desta pesquisa, foram fundados (em sua maioria) ao final do século XIX e início do século XX, período em que a cidade de Manaus passou por intensas modificações urbanísticas, arquitetônicas, culturais, econômicas, sociais e sanitárias. Para Ribeiro (2014, p. 93-94) a imprensa foi uma grande aliada do governo na difusão e manutenção de hábitos e da visão modernizadora:

Diversos órgãos ligados ao interesse do governo atuaram no disciplinamento de hábitos e costumes da população local como: Chefatura de Segurança Pública, Distritos Policiais, Diretoria Geral de Instituição Pública, Diretoria Geral da Repartição de Higiene, Polícia Sanitária, entre outras. A imprensa também ganhou destaque nesse processo de implantação e difusão de hábitos de modernidades. Uma vez que era produzida pelas elites cultas locais, chamou para si a responsabilidade de ser “missionária” e “guardiã” da civilização; e a ela caberia interpretar, selecionar, reforçar e criticar os caminhos seguidos para que a cidade se modernizasse.

Conforme Ribeiro (2014) os periódicos em circulação no Amazonas, no período concernente à exploração do látex, caracterizavam-se como importante meio para propagação



de ideias, imagens e representações sobre a cidade. As visões que serão apresentadas a seguir, a respeito da pessoa com deficiência e o “alienado” possuem, em sua maioria, um transmissor do discurso bem demarcado. Aquele que possui o poder de “falar por” e determinar como estes atores sociais eram apresentados. “[...] Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (Silva, 2014, p. 91). Para tanto, abaixo apresentar-se-á como as pessoas hoje entendidas como “pessoas com deficiência” e “pessoas em sofrimento mental”, eram representadas, caracterizadas e tratadas, a partir dos periódicos e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus, entre o período de 1890 a 1920.

4.2 O “Aleijado”

Neste item, apresentaremos as formas de representação, os adjetivos utilizados e quais os contextos protagonizados pelo ator social denominado no período entre o final do século XIX e início do século XX, como “aleijado”. Salienta-se que tal termo emprega-se nesta pesquisa para fazer referência a indivíduos com comprometimentos físicos, unicamente no período escolhido para a pesquisa tendo em vista que, atualmente, este é considerado um termo pejorativo, sendo utilizando no lugar deste os termos “pessoa com deficiência” ou “pessoa com deficiência física”.

Em matéria veiculada no jornal *Quo Vadis?*, de 1903, s/n:

Hontem, ás 9 e meia horas da manhã, foi victima da imprevidencia de um dos motoristas da viação, um pobre homem aleijado de nome Manoel de Mattos e Silva. A funesta occorrenca teve lugar na Avenida Eduardo Ribeiro, esquina da rua Quintino Bocayuva, quando descia o bond n. 8, que nessa occasião fazia a linha das -Saudades-. A infeliz transeunte foi colhido pelo referido bond, sendo arrastado cerca de trez metros. Verificou-se um ferimento profundo abaixo da ultima costella do lado esquerdo, interessando as vertebrae; diversas escoriações na parte superior do pé esquerdo e uma contusão na região glutea, conforme o parecer dos medicos legistas, que consideraram graves as offensas recebidas. O motorista Raphael Perciquino, de nacionalidade italiana, foi preso em flagrante em quanto o conductor José dos Passos da Costa Lima, evadia-se, sendo mais tarde capturado. A victima foi recolhido a Santa Casa de Misericordia onde recebe tratamento.

Nota-se, na matéria acima apresentada a utilização de termos como “pobre homem aleijado” e “infeliz transeunte”, para referir-se à vítima do atropelamento. Tais termos são



utilizados não apenas para fazer referência ao acidente do qual o mesmo foi vítima, pois referem-se também à condição física do indivíduo, buscando inspirar pena e indignação no leitor.

Em outra matéria, de 30 de dezembro de 1909, do *Correio do Norte*, intitulada “A caridade dos Nerys”:

Ainda hontem esteve em nosso escriptorio, acompanhado por uma de suas filhinhas, o infeliz aleijado Domingos José de Lima, que novamente nos relatou a estupidez selvagem com que o sr. Giovannini o maltratou quando foi buscar na redacção do Amazonas as esmolos que lhe davam direito os dois cartões que aquella empresa lhe havia distribuido anteriormente. Ao nosso confrade Jornal do Commercio, foram feitas as mesmas declarações que noticiamos relativamente ao desagradavel incidente havido com aquelle desgraçado na redacção do orgam do sr. Silverio Nery.

A nota acima citada, também apresenta a utilização do termo “infeliz” para fazer referência a um homem “aleijado”, utilizando-se ainda o termo “desgraçado”. Tal nota, apresenta um cenário com uma vítima (o homem “aleijado”) e o antagonista (o homem que maltrata o “aleijado”). A nota apresenta ainda um quadro onde torna visível as situações de atritos e simpatias entre os jornais da cidade, ao passo que na nota refere-se ao *Jornal do Commercio* como “confrade” e tece fortes críticas ao *Amazonas*.

De acordo com Capelato (1988) os jornais buscam atrair seus leitores e para cumprir tal intento usam diversos artificios considerando seu público alvo e também seus interesses políticos e sociais. Conforme a autora, a linguagem utilizada nos jornais pode variar de acordo com seu público leitor, assim como as notícias apresentadas.

Em uma breve nota no *Jornal do Commercio*, um indivíduo denominado “aleijado” aparece em um contexto diferente dos acima citados. O mesmo é acusado de realizar ameaças e insultos a uma vizinha. “Queixou-se na delegacia do 1. districto Felismina Maria de Jesus, residente no bairro do Mocó que Raymundo de tal, aleijado, seu vizinho, a insultar e ameaçar. Foram tomadas as providencias”²⁷.

Em outra breve nota do *Jornal do Commercio* é mencionada uma operação para tratar a catarata de um homem “aleijado”. “[...] Foi tambem operada a catarata de que soffria Joaquim Borges do Nascimento, pobre aleijado que vivia da caridade publica pelas ruas da

²⁷ *Jornal do Commercio*, 1909, s/n.



cidade”²⁸. O mesmo indivíduo aparece posteriormente no *Jornal do Commercio*, agora não mais sendo citado e sim em uma nota de sua autoria, agradecendo ao médico que realizou sua cirurgia.

Venho por meio da imprensa agradecer os bons e desinteressados serviços prestados à minha pessoa pelo habil e humanitario Dr. Moura Brasil Filho. Sou cego e aleijado ha muitos annos e sempre soffrendo da vista e apezar de não encherger ainda estou livre dos padecimentos que me afflingiam, graças ao Dr. Moura Brasil Filho, que tratou-me, durante sua estadia aqui, gratuitamente. Só tenho para o Dr. Moura Brasil Filho a graça de Deus, desejando ao mesmo muitas felicidades durante toda sua vida.²⁹

A nota de agradecimento de Joaquim Borges, foi a única ocorrência encontrada durante a realização dessa pesquisa, que apresenta um indivíduo autodenominando-se “aleijado”. Diferencia-se das demais também, por ser uma ocorrência onde foi disponibilizado um espaço de fala e expressão para este ator social, onde o mesmo pôde expressar seu agradecimento ao médico que o atendeu gratuitamente, tendo em vista que o mesmo não possuía meios para custear o tratamento tendo em vista que “vivia da caridade pública”. Levando-se ainda em consideração seu status social e condição física, na época vista apenas como doença, tal ocorrência não é comum, caracterizando-se como uma exceção dentre as aparições das pessoas com deficiência na imprensa naquele período.

Em matéria intitulada “Coração de fera – Por causa de um pedaço de carne espancou um aleijado”, pertencente ao *Jornal do Commercio*, apresenta-se um homem “aleijado” que vivia de esmola que, ao pedir comida na rua, foi agredido:

O portuguez Manoel José de Freitas é cosinheiro e reside à rua Marquez de Santa Cruz, junto ao trapriche vinte, da Manaós *Harbour Limited*. Andando o dia inteiro pela cidade, a rogar um obulo para matar a fome, o aleijado Raymundo Augusto nada obteve. Com o estomago a bater horas dirigiu-se o mendigo para os lados do comercio, onde esperançava conseguir alguma cousa. Passando pela Marquez de Santa Cruz, lembrou-se de pedir, ao cosinheiro do mencionado frege, um pedaço de carne, das sobras da cosinha. Manoel de Freitas, que é homem de mãos bofes negou, terminantemente satisfazer o pedido. O aleijado rogou pela segunda vez, o que enfureceu o deshumano cosinheiro que com um ferro em braza queimou o aleijado em diversas partes do corpo e deu-lhe fortes pancadas. O agredido defendeu-se com uma muleta, applicando em Freitas varias pranchadas. Nesse interim appareceu um guarda civil que levou ambos para a prisão da rua Deodoro.³⁰

²⁸ *Jornal do Commercio*, de 14 de fevereiro de 1908, nº 1398.

²⁹ *Jornal do Commercio* de 24 de março de 1908, s/n.

³⁰ *Jornal do Commercio*, nº 4453. Manaus, 18 de setembro de 1916.



Na matéria acima apresentada, repete-se o quadro onde o indivíduo “aleijado” como dependente da caridade pública e sofrendo um tipo de violência, desta vez, física. Apesar da não utilização de termos como “infeliz” e “desgraçado”, o quadro apresenta uma vítima (o homem “aleijado”) que busca apenas alimento para saciar sua fome e um algoz (o homem que o agride), que nega comida a uma pessoa que passa fome.

Os indivíduos denominados “aleijados” que possuíam algum comprometimento de natureza física, estavam presentes, geralmente, em contextos ligados à caridade pública, à mendicidade, à agressão ou, como será visto posteriormente, a asilos. Esses indivíduos são, geralmente, tratados de 2 formas:

1. Como indivíduos que causam desconforto à vida social, por praticarem a mendicância e apresentarem o que era visto como uma doença física; ou
2. Como indivíduos que inspiravam a pena.

Em decorrência de seus impedimentos de ordem física, os “aleijados” residiam à margem do processo produtivo. Restando-lhes, como recurso para sobrevivência, a mendicidade. No entanto, tal ato era mal visto, principalmente pela elite e pelo governo. Chegando a ser expressamente proibido em instrumentos criados pela prefeitura da cidade para regular hábitos, moradias, costumes, corpos e as atividades laborais: os Códigos de Posturas. “A mendicidade é outro grande mal que ameaça a ordem pública, vista como contravenção passível de punição pelo Código Penal” (Dias, 2019, p. 115).

Para tanto, com o intuito de coibir a mendicidade e afastá-la do Centro da capital, passou-se a adotar a institucionalização da mendicidade. A criação destas instituições buscava retirar esses indivíduos tidos, muitas vezes como “indesejados”, das ruas. Segundo Dias (2019) o poder público recorreu ao auxílio da sociedade privada para a criação de casas de beneficência (os asilos) em que as pessoas que praticavam a mendicância pudessem ser abrigadas.

O “aleijado” aparece como um indivíduo que causa desconforto social “[...] pois no espaço urbano o roubo, a vadiagem, a prostituição, o jogo, a mendicância e a doença de toda ordem contradizem a idealização de cidade ordenada e sem problemas” (Dias, 2019, p. 94).

Levando-se em consideração o modelo médico acerca da deficiência, o “aleijado” insere-se duas vezes neste cenário: uma relacionada à mendicância e outra à doença.

4.3 O “Alienado”

Ao longo deste item, apresentaremos outro ator social, o chamado “alienado”. Salienta-se que, como apresentado no capítulo 2 deste trabalho, que o indivíduo que apresentaremos neste item é fruto daquele período histórico. Podendo ser englobados e denominados a partir deste termo, até pessoas com deficiência intelectual ou transtornos como autismo, tendo em vista a falta de precisão conceitual naquele momento, visto que a psiquiatria ainda buscava firmar-se como ciência e estabelecer métodos e parâmetros para definir quem era o “alienado” e não possuía conhecimentos suficientes para definir a deficiência intelectual e os transtornos.

Nos periódicos em circulação na cidade de Manaus, entre o período de 1890 a 1920, a pessoa “alienada”, surge em contextos relacionados à segurança e à saúde pública. Em matéria, em uma coluna denominada “Occurencias policiaes” do *Diário de Manaós*, é apresentado o recolhimento de um “alienado”: “Foi recolhido á cadeia o alienado Maoel da Cunha Machado”.³¹

No mesmo jornal, na mesma coluna denominada “Occurencias policiaes”, uma matéria apresenta a prisão, no dia anterior, de um homem por estar “alienado”: “Foram presos: Silvana Maria da Gloria, por embriaguez e insultos; José Felismino, por estar alienado; Antonio Ferreira da Silva, por desobediencia á autoridade; Maria de tal, para averiguações policiaes”.³²

No periódico *Amazonas*, em coluna dedicada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, é citado o recolhimento de um “alienado” à cadeia pública, devido a ausência de uma instituição própria para este público: “[...] Foram detidos na cadêa pública, á minha ordem, o alienado Franciso das Horas Gomes, por não haver no Estado estabelecimento proprio para serem recolhidos enfermos de tal especie; [...]”.³³

³¹ *Diário de Manaós*, nº 329, de 09 de junho de 1891.

³² *Diário de Manaós*, nº 90, de 20 de outubro de 1891.

³³ *Amazonas*, s/n, de 03 de setembro de 1892.



Em matéria intitulada “Ataques ao pudor”, veiculada no periódico *Diário de Manaós*, é noticiado o caso de um “infeliz alienado”, que tornou-se o “terror dos habitantes” do bairro Cachoerinha, em decorrência de possíveis atentados ao pudor por ele cometidos contra diversas mulheres:

[...] cumpre-nos o dever de levar ao conhecimento da policia as novas informações que hontem colhimos a respeito do infeliz alienado Manoel Conrado. Segundo nos disseram, tornou-se elle o terror dos habitantes do bairro da Cachoerinha, pelos frequentes ataques que tem feito ao pudor de diversas mulheres casadas, moças solteiras e até meninas de menor idade. Semelhante situação não deve prolongar-se, e á autoridade policial cumpre o dever de providenciar efficazmente para que o pudor, o socego e tranquilidade de uma parte da população desta capital não continuem espostos aos ataques violentos, embora inconscientes, de um infeliz que perdeu o uso da razão.”³⁴

Ainda no mesmo jornal e edição, é noticiado o caso de outro “alienado”:

[...] recebemos o pedido de transmitir uma declaração identica ao sr. chefe de segurança. Trata-se de um outro alienado, de nome Miguel, residente á Rua Saldanha Marinho. A mania deste desgraçado é dar pancada e pancada grossa em toda e qualquer pessoa que se lhe aproxima. Por causa disso, a mulher e filhos desse pobre homem viram-se obrigados a abandona-lo. Os visinhos e transeuntes vivem em continuo sobresalto e mais de um já tem sido atacado de cacete e até de faca em punho. Sabemos que nesta capital ainda não existe um estabelecimento apropriado para effectuar nelle a reclusão desses infelizes. Mas como a sociedade não deve continuar esposta aos perigos que esses dous homens constituem, lembramos ao governo a conveniencia de manda-los para Belem, afim de que alli sejam recolhidos e tratados convenientemente no manicomio recentemente construido. Esta medida é reclamada pela opinião publica e convem que se realize sem perda de tempo.³⁵

Observa-se, nos dois casos apresentados anteriormente, no que diz respeito à representação dos “alienados”, os mesmos eram comumente tidos a conta de “infelizes destituídos da razão” que constituíam-se ameaça aos demais moradores da cidade, às suas famílias (quando possuíam) e à ordem pública. Sendo solicitadas pela sociedade, por meio da imprensa, medidas que garantissem segurança às pessoas diretamente afetadas por esses indivíduos.

³⁴ *Diário de Manaós*, nº 14, de 21 de julho de 1893.

³⁵ *Diário de Manaós*, nº 14, Manaus, 21 de julho de 1893.

Nota-se, nesses dois casos, que maior relevância se dá não à cura ou tratamento dos “alienados”, e sim à transferência dos mesmos para um local onde pudessem ficar reclusos e não mais perturbar a ordem pública. Na ausência de tal local na cidade de Manaus e no Amazonas, sugere-se a transferência dos “alienados” ao manicômio recém-inaugurado, em Belém.

Na coluna intitulada “Segurança Pública”, do *Diario Oficial*, referente às ocorrências do dia 1 de fevereiro de 1895, é mencionada a transferência de um “alienado” de Lábrea ao Hospício Eduardo Ribeiro: “[...] Tendo sido remetido à esta Chefatura pelo Subprefeito de Segurança do districto de Quiciã, no município de Labrea, o alienado Antonio Amancio Sampaio, promovi a admissão deste no Hospício Eduardo Ribeiro.”³⁶

Ainda na coluna de Segurança Pública, do *Diario Oficial*, é mencionado o recolhimento de outro “alienado” ao Hospício Eduardo Ribeiro: “Em dia 6, a requerimento do mesmo Subprefeito ao Sr. Provedor do Hospício Eduardo Ribeiro, foi recolhido o alienado Antonio Joaquim, a fim de no mesmo receber o tratamento preciso.”³⁷

Permanecendo na coluna “Segurança Pública” do *Diario Oficial*, em referência ao dia 27 de fevereiro de 1896, é mencionado o envio de um “alienado” de Lábrea para o Asylo de Alienados Eduardo Ribeiro:

Tendo o Juiz Municipa do termo da Labrea me remetido como alienado, o individuo Joaquim Xavier de Azevedo que assassinou no referido termo o cidadão Francisco Assumpção Hebrter, mandei recolher o referido louco ao Asylo de Alienados Eduardo Ribeiro.³⁸

No periódico *A Federação*, é noticiada outra transferência de um “alienado” residente no interior do estado para a capital: “O subprefeito de segurança publica do Humaythá enviou ao dr. chefe de segurança o alienado Joaquim Ribeiro da Silva Leite, para ser recolhido ao Hospicio Eduardo Ribeiro.”³⁹

³⁶ *Diario Oficial*, s/n, 10 de fevereiro de 1895.

³⁷ *Diario Oficial*, s/n, de 11 de abril de 1895.

³⁸ *Diario Oficial (AM)*, s/n. Manaus, 28 de fevereiro de 1896.

³⁹ *A Federação*, nº 698, de 12 de julho de 1900.

Na coluna “Noticias Varias” do *Commercio do Amazonas*, é noticiado mais um recolhimento de um “alienado” ao Hospício Eduardo Ribeiro: “Foi recolhido ao Hospício Eduardo Ribeiro o alienado Rufino de Almeida Lima.”⁴⁰

No período anterior à existência de uma instituição especializada que atendesse os ditos “alienados”, eles eram muitas vezes recolhidos pelo departamento de Segurança Pública. Tal cenário obteve certa alteração quando, a partir da segunda metade da década de 1890, houve a criação de uma instituição para “alienados”.

Como pode-se observar nos recortes feitos de matérias presentes em periódicos, neste período entre 1890/1900, não há menção a diagnósticos ou características que possam ter levado o departamento de Segurança Pública a identificar estes indivíduos como sendo “alienados”. São, em sua maioria, pequenas notas em colunas policiais, pouco detalhadas.

Abaixo, apresentar-se-á uma tabela com o movimento do Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro no decorrer do ano de 1900. A partir dos dados apresentados na tabela, pode-se observar o alto índice de internos falecidos e o baixo número de indivíduos que saíam “curados” da instituição.

⁴⁰ *Commercio do Amazonas*, nº 104, de 1900.

Tabela 3: Movimento do Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro durante o ano de 1900 - Movimento de Doentes.

Passaram do ano anterior	10
Entraram	57
Total	67
Saíram curados	11
Saíram melhorados	9
Saíram a pedido	4
Saíram por motivos diversos	3
Faleceram	26
Ficaram em tratamento	14
Total	67

Fonte: Relatórios diversos e anexos - Directoria de Hygiene Publica do Estado do Amazonas.⁴¹

Ao longo da década de 1900, as matérias que noticiavam o recolhimento de “alienados” ao Hospício Eduardo Ribeiro são constantes. Como a veiculada no *Jornal do Commercio*: “Ao Hospicio Eduardo Ribeiro foi hontem recolhido pela policia o alienado João Joaquim de Oliveira.”⁴²

Em nota do *Jornal do Commercio*, na coluna Várias Notícias, do ano de 1904, s/n, é mencionado outro recolhimento de um “alienado” ao hospício: “Foi hotem recolhido ao Hospício Eduardo Ribeiro o alienado João de tal”.

Em outra matéria também pertencente ao *Jornal do Commercio*, é mencionado o recolhimento de uma “louca” ao asylo de alienados: “Foi pela policia recolhida ao asylo de

⁴¹ Relatorios diversos e anexos - Directoria de Hygiene Publica do Estado do Amazonas. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes na abertura da 1.ª Sessão da 4.ª Legislatura, em 10 de julho de 1901. Anexo n.º 44.

⁴² *Jornal do Commercio*, nº 187 de 09 de junho de 1904.



alienados a louca Theresa Alves do Nascimento”⁴³. Destaca-se que o recolhimento de mulheres tidas como “alienadas” ao Hospício, é pouco mencionado nos periódicos consultados. Sendo mais comum o recolhimento de indivíduos do sexo masculino.

Em uma breve nota no *Jornal do Commercio* na parte de “factos policiaes”, é mencionado o recolhimento de outro indivíduo ao hospício: “Por ordem do provedor da Santa Casa, foi recolhido ao Hospício Eduardo Ribeiro, o alienado José Cezar de Sá Leitão”⁴⁴. Assim como na edição do *Jornal do Commercio*, também na coluna de fatos policiais, é mencionado outro recolhimento. Neste caso, o indivíduo vem do interior: “Foi recolhido ao hospício de Alienados o alienado Pedro Aristides Barros, chegado do Purus a bordo do Cassianá”⁴⁵.

Em matéria intitulada “Um alienado mental”, do *Jornal do Commercio* (AM):

Na lancha *Obidense*, chegou, hontem, na Villa da Bôa Vista do Rio Branco, escoltado por duas praças de policia, o louco Thomas Quimquim Corrêa, o qual naquela localidade se achava commettendo desatinos. Hontem mesmo foi, por intermédio da policia, internado do hospicio Eduardo Ribeiro.⁴⁶

A partir da análise dos trechos retirados dos periódicos em circulação na cidade de Manaus, entre o período de 1890 a 1920, pode-se perceber que os indivíduos denominados “alienados”, que eram recolhidos, em sua maioria, pela polícia e encaminhados ao hospício, eram em sua maioria do sexo masculino.

⁴³ *Jornal do Commercio*, nº 940 de 07 de fevereiro de 1907.

⁴⁴ *Jornal do Commercio* do ano de 1909, s/n.

⁴⁵ *Jornal do Commercio* de 17 de janeiro de 1910.

⁴⁶ *Jornal do Commercio*, nº 4825. Manaus, 02 de outubro de 1917.



Tabela 4: Mapa demonstrativo dos loucos internados no Hospício Eduardo Ribeiro entre 1º de Maio de 1913, a 28 de abril de 1914.

Mezes	Homens		Mulheres	
	Nacionais	Extrangs.	Nacionais	Extrangs.
Maio	-	-	1	-
Junho	1	-	-	-
Julho	-	-	-	-
Agosto	-	1	2	-
Setembro	1	1	1	-
Outubro	-	3	1	-
Novembro	3	-	1	-
Dezembro	1	-	2	-
Janeiro	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-
Março	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-
Total	6	5	8	-

Fonte: Delegacia de Policia do 1.º districto, em Manáos, 30 de Abril de 1914.⁴⁷

⁴⁷ Mensagem Lida perante a Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da segunda sessão ordinaria da oitava legislatura em 10 de julho de 1914 pelo Exm. Sr. Governador do Estado Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa acompanhado dos relatorios dos chefes de repartições. Anexo n.º 6, p. 106.



Quadro 8: Indigentes alienados remetidos ao Hospício E. Ribeiro, de 1º de Maio a 4 de Outubro de 1913, sendo delegado o dr. Raymundo Rocha dos Santos.

Ns.	Nome do Louco	Nacional	Atestado Médico	Data da remessa
1	José Gaspar da Silva	Brasileiro	Dr. J. Ribeiro	2-5-1914
2	Francisca Ribeiro	“	Dr. J. Ribeiro	2-5-1914
3	Maria de Abreu	“	Dr. J. Ribeiro	1-6-1914

Fonte: Delegacia de Policia do 2.º Districto da Capital, Manáos, 30 de Abril de 1914.⁴⁸

No período que compreende 1900 a 1920, ainda é praticamente ausente a menção à laudos médicos e às características e comportamentos que pudessem caracterizar um indivíduo como “alienado”, como justificativa para prisão ou recolhimento ao hospício. O quadro apresentado acima, é uma exceção em meio às fontes analisadas, visto que foi o único documento encontrado que menciona a existência de “atestado médico”. No entanto, os atestados médicos mencionados não foram encontrados.

Em uma hipótese, segundo Araújo (2017), a constatação da alienação poderia ser feita pelo médico da polícia que, no entanto, não apresentava-se como um médico alienista. Sendo a prisão e a constatação de alienação realizadas por meios de padrões de comportamento como agitação, gritos e agressividade. Sendo que, “aos guardas rondantes da cidade, cabia levar à presença da autoridade, para conhecimento do fato, todos os elementos que fossem encontrados em estado de embriaguez ou alienação mental” (Dias, 2019, p. 1908).

⁴⁸ Mensagem Lida perante a Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914 pelo Exm. Sr. Governador do Estado Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições. Anexo n.º 28.



4.4 O “cego”

Ao longo deste item apresentaremos o indivíduo denominado “cego”. Salienta-se que, diferentemente dos demais acima citados (“alienado” e “aleijado”), a denominação “cego” ainda é utilizada e não constitui-se como um termo pejorativo, somando-se a ele também o termo “pessoa com deficiência visual”, nos dias atuais. O uso de um ou de outro termo dependerá da forma pela qual a pessoa se identifica.

Em semelhança ao quadro vivenciado pelos ditos “aleijados”, os “cegos” eram tidos à conta de “infelizes” necessitados de caridade pública, em decorrência da sua exclusão e marginalização do processo produtivo e postos de trabalho. Impossibilitando, assim, que eles possuíssem meios para sua sobrevivência. Restando, desta forma, recorrer à caridade pública. Como apresentado na matéria a seguir, onde é solicitado ao poder executivo a criação de um asilo de mendicidade que pudesse atender, os “infelizes” que se viam obrigados a pedir esmolas nas ruas para sobreviver, incluindo “aleijados” e “cegos”.

Na coluna “Echos do Dia”, do *Commercio do Amazonas*, em uma matéria veiculada que versa sobre a mendicidade na cidade de Manaus:

[...] damos o prado pedindo asylo para aquelles a quem a fatalidade tem ferido. A construcção d’um estabelecimento destinado a amparar a mendicidade, é facto que nos parece de vantagens reconhecidamente benéficas. Manaós, ainda não ha muito, não tinha mendigos. Depois um enxame de necessitados invadio a nossa cidade, e em breve a capital amazonense estará rivalisando nesse terreno com os Estados onde o peditorio mais sobresaé. Lamentamos profundamente os bandos de infelizes que esmolam, nós pedimos para eles um ASYLO, onde vivam, onde possam estar tranquillos, trabalhando n’aquillo que fôr possivel e que não lhes prejudiquem. Está na alçada do poder executivo amparar beneficamente a idéa enunciada. E’ um quadro entristecedor e doloroso esse, de se vêr entulhando os publicos logares homens, mulheres e creanças a pedir esmolas. Aleijados uns, cegos outros, rôtos e famintos, ao sol e a chuva, os desgraçados ficam dias inteiros ao seu posto de amargura a espera dos tostões do transeunte...⁴⁹

De acordo com Edinea Mascarenhas Dias (2019) o Asilo de Mendicidade foi criado apenas em 1910, tendo em vista que os apelos do governo aos setores privados da sociedade, para auxílio nesta questão, demoraram a ser atendidos. É então organizada a “Sociedade

⁴⁹ *Commercio do Amazonas* (AM), nº 452. Manaus, 28 de abril de 1899.

Protetora do Asilo de Mendicidade”, que recebe do governo um prédio para seu funcionamento. A partir da criação do asilo, pelo decreto n.º 1, de 29 de janeiro de 1910 a mendicidade é expressamente proibida na cidade de Manaus e, qualquer pessoa que fosse vista praticando na cidade, seria recolhida ao asilo.

Em matéria veiculada no jornal *A Federação*, intitulada “Esmagamento”:

Ante-hontem, por volta de sete e meia horas da noite, o bond n.º 51, que fazia a viagem circular da Cachoerinha, na ocasião em que passava entre o reservatório d’água e o entroncamento, apanhou o individuo de nome João Joaquim Só que ficou esmigalhado. O desventurado João Joaquim Só contava apenas 23 anos de idade, era solteiro, filho de Joaquim Só, natural do Rio Grande do Norte, morador há doze anos no bairro do Mocó, próximo do referido reservatório, cego e vivia de esmolas; era de cor morena; cabelos lisos, de estatura regular, trajava calça azul, blusa branca e estava com os pés descalços. A vítima era bemquista pelos que o conheciam. [...].⁵⁰

No jornal *Quo Vadis?*, é noticiada a agressão a um homem cego:

Foi hontem recolhido ao xadrez da estação de segurança o individuo José Laurentino de Lima, por ter, na quinta-feira, próxima passada, arremessado um machado sobre a cabeça de seu sogro Francisco Pereira da Silva, cego, maior de 52 anos de idade. O facto deu-se na Cachoeira Grande, onde mora o delinquente. O ferido foi recolhido à Santa Casa de Misericórdia.⁵¹

Nos anos de 1904 e 1905, no *Jornal do Commercio*, somos apresentados a um indivíduo cego de nome Elias, o qual o jornal se refere como sendo “conhecido” dos leitores do jornal. Em matéria intitulada “o pessoal de arrelia”:

O cego Elias já conhecido de nossos leitores e que se constituiu o terror dos moradores do entrocamento, continua na sua faina de bulheuto. De nada lhe serviram os conselhos para que abrandasse a sua cegueira de disturbios, pois o Elias, apesar de cego e de jogar as cartas e os dados e de enchugar os copos nas tabernas, volta a insultar a família de uma praça do 34, desafiando de faca na unha, o mundo inteiro para brigar com elle. O Elias, cego mesmo, jurou matar todos os moradores do Entrocamento ante-hontem á tarde, ás 2 horas. A policia que recolha o Elias á sua protecção.⁵²

⁵⁰ *A Federação*, s/n, em 10 de julho de 1900.

⁵¹ *Quo Vadis?*, 17 de fevereiro de 1903.

⁵² *Jornal do Commercio*, de 1904, s/n.



Já no *Jornal do Commercio*, em breve nota, o mesmo aparece mais uma vez envolvido em um conflito, porém, desta vez o mesmo é recolhido pela polícia: “Elias Ferreira Lima, cego, parahybano, com 31 annos, solteiro e Luiz Pinto de Mesquita, tambem cego, cearense, com 30 annos, travaram-se hontem de razões e desordens, por motivos de ciumes, em virtude do que foram recolhidos ao xadrez da chefatura”.⁵³

Entre os anos de 1904 e 1910, como será apresentado a seguir, foram encontrados agradecimentos, menções e notas relacionadas a operações feitas em indivíduos que estavam cegos ou encontravam-se quase cegos em decorrência da catarata. Expressando, desta forma, a identificação da cegueira como doença e não como a identidade de um indivíduo ou grupo social.

Em 16 de setembro de 1904, no *Jornal do Commercio* de número 224: “Hontem, pela manhã, foram operados na Santa Casa de Misericordia pelo conhecido e competente oculista dr. Duarte Pimentel, os indigentes Militão de Souza, que se achava completamente cego ha alguns annos e Guilherme de Castro, também cego ha bastante tempo”.

No já mencionado *Jornal do Commercio*, na coluna “varias noticias”:

Uma importantissima operação acaba de ser praticada pelo distincto oculista dr. Duarte Pimentel, no olho esquerdo do sr. desembargador Felipe da Cunha Meninéa, do qual se achava completamente cego ha alguns annos, em consequencia de uma cataracta adherente. A extracção foi feita pelo processo de Graoff, com lavagem da camara anterior do olho. A operação foi auxiliada pelo dr. Barretto Prager e foi assistida pelo desembargador Paulino de Mello e tenente-coronel Alipio Meninéa. Não houve accidente durante tão difficil e delicado serviço cirurgico e o operado se acha em boas condições.⁵⁴

Em nota intitulada “Gratidão”, veiculada no *Jornal do Commercio*, é apresentado um agradecimento da esposa de um homem que estava cego em decorrência da catarata:

No dia 4 de janeiro do corrente anno seguiu para Manãos o meu marido Manoel Bruno de Oliveira que se achava completamente cego à alguns annos, em cosequencia de cataractas. Tendo tido a felicidade de ainda encontrar em Manãos o oculista dr. Duarte Pimentel, o meu marido teve a summa satisfação de recuperar a sua vista, depois de uma operação que lhe praticou o illustre oculista. O seu regresso

⁵³ *Jornal do Commercio* do ano de 1905, s/n.

⁵⁴ *Jornal do Commercio*, em 22 de setembro de 1904, nº 229.

ao lar em 19 de fevereiro, causou o maior prazer e alegria a todos os membros de sua família. Como esposa, venho agradecer ao dr. Duarte Pimentel tão relevante serviço, assim como ao sr. José Pereira Vidal e a sua exm.^a família o bom acolhimento e agasalho que deram a meu marido durante o seu tratamento.

Manáos, 22 de fevereiro de 1905.

Maria Virginia da Conceição

Residente em S. Francisco, no rio Solimões.⁵⁵

No *Jornal do Commercio*, é anunciada a realização de mais duas operações: “Ainda hoje nos é agradável noticiarmos mais duas operações de grande importancia feitas pelo eminente oculista dr. Moura Brasil Filho. A primeira foi praticada no coronel Quirino Antonio Ribeiro, que desde ha tres annos, estava cego d’uma catarata senil em ambos os olhos. A operação foi feita em 30 minutos”⁵⁶. No mesmo ano e jornal, na coluna “varias noticias”: “Pelo illustre especialista dr. Moura Brasil Filho, foram praticadas mais as seguintes operações: [...] Raymundo B. Cerqueira, de 6 annos de idade, nascido cégo, de catarata congenita”.⁵⁷

No jornal *Correio do Norte*, em nota intitulada “Importantes operações”:

Pelo notavel oculista dr. Duarte Pimentel, actualmente residente entre nós, foram praticadas mais as seguintes operações, cujos operados se acham completamente restabelecidos e no goso de suas vistas. A extracção de uma cataracta do sr. Antonio D. de Sequeira, o qual se achava cego ha alguns annos. Uma outra extracção de cataracta do olho esquerdo de d. Julia Pedrosa, residente nesta cidade, a qual se achava cega ha mais de anno. [...] A extracção de uma cataracta do olho esquerdo do sr. Francisco Fardano o qual se achava cego ha alguns annos. [...].⁵⁸

E, no *Jornal do Commercio*, outra nota de agradecimento. Porém, desta vez é uma nota feita por um dos pacientes onde o mesmo, além de agradecer o tratamento prestado, menciona que antes da operação encontrava-se afastado do trabalho de seringueiro por se encontrar quase completamente cego e que, após a operação, pôde retornar às atividades laborais.

⁵⁵ *Jornal do Commercio*, s/n, de 22 de fevereiro de 1905.

⁵⁶ *Jornal do Commercio*, nº 13.634, de 11 de janeiro de 1908.

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, nº 1.408, de 24 de fevereiro.

⁵⁸ *Correio do Norte*, nº 408, em 10 de abril de 1910.



O abaixo assignado, cumpre o grato dever de vir publicamente testemunhar ao illustrado clinico oculista dr. Barreto Lins, a sua eterna gratidão pela dedicação e proficiente cuidado com que operou o mesmo abaixo assignado e o assistiu durante o tratamento da catarata de que soffria até até á sua completa cura, a ponto de poder regressar aos seus trabalhos de seringueiro, dos quaes ha muito estava privado, por se achar quasi completamente cego, quando teve a fortuna de recorrer á proficiente competencia profissional do mesmo dr. Barreto Lins, a quem desde já pede desculpas se deste modo vem melindrar a sua habitual modestia.

Rio Juruá, Arnajá, II de janeiro de 1910

Manoel Felipe da Silva.⁵⁹

Em notícia veiculada no *Jornal do Commercio*, intitulada “Um typo desalmado”:

O inspetor policial de São Raymundo apresentou hontem, pela manhã, ao delegado auxiliar o individuo Joaquim Chagas, preso por haver, barbaramente, espancado um pobre cégo de nome Manoel Machado de Souza que teve de receber curativos na Santa Casa de Misericordia.⁶⁰

Observa-se que, à semelhança do “aleijado” os adjetivos utilizados para se referir à pessoa “cega” e os contextos e narrativas nos quais esses indivíduos estavam inseridos, poderiam referir-se à caridade pública, buscando inspirar pena, estando também, em certas ocasiões, ligados a contextos tidos no período como negativos, como é o caso da mendicidade.

No entanto, além de tais contextos, deparamo-nos também com o caso do “cego” Elias, que apesar de possuir sua identidade atrelada à sua deficiência, não foi encontrado em contextos relacionados à caridade pública ou mendicidade, mas nos relacionados à segurança pública. Bem como as diversas menções a cirurgias realizadas em indivíduos que encontravam-se quase ou totalmente cegos. Demonstrando que o modelo caritativo e o médico poderiam coexistir na cidade de Manaus naquele período.

⁵⁹ *Jornal do Commercio*, s/n, de 1 de fevereiro de 1910.

⁶⁰ *Jornal do Commercio*, nº 5732. Manaus, 16 de abril de 1920.



4.5 O “surdo” e/ou “surdo-mudo”

Ao longo deste item, abordaremos em que contextos o indivíduo denominado “surdo” ou “surdo-mudo” era apresentado. Salienta-se que o termo “surdo-mudo” empregado naquele período, hoje caracteriza-se como pejorativo. Podendo, desta forma, ser utilizados os termos “pessoa surda” ou “pessoa com deficiência auditiva”. No entanto, a denominação dependerá da forma como tal ator social se identifica e deseja ser chamado.

No que diz respeito aos indivíduos comumente chamados de “surdo” ou “surdo-mudo”, no período escolhido para a pesquisa os mesmos são protagonistas de contextos trágicos, a exemplo dos constantes acidentes envolvendo veículos, em especial os bondes, de que são vítimas. Em matéria veiculada no *Diário Oficial*:

A’s quatro horas da tarde de hontem, no cruzamento da Avenida de Palacio com a rua Saldanha Marinho, um *trolly* que descia de Palacio novo, carregado de saccos de carvão de pedra, foi de encontro ao cidadão Raymundo Henrique da Costa, que caminhava entre os trilhos, e, lançando este por terra, fez-lhe uma escoriação na face lateral anterior do segundo dêdo do pé esquerdo; uma contusão no bordo interno da região plantar esquerda e uma contusão dous centimentros acima do astragalo, lado esquerdo. [...] se verificou ter sido casual o facto, visto como o encarregado do *trolly* se esforçára por parar este e o offendido, sendo surdo, não ouvira os gritos de alerta que lhe eram dirigidos.⁶¹

Em outra matéria veiculada no *Jornal do Commercio*, intitulada “Sob um bond”, mais um acidente envolvendo um veículo:

Um accidente lamentavel, ocorreu hontem, às 7 e 12 horas da manhã, á rua Municipal, proximidades da primeira ponte da Cachoeirinha. Fazia o seu horario, sem ter até aquelle ponto occorrido nenhum accidente, o bond n. 16 da *Manãos Transway and Light, Company*. [...] Ao aproximar-se da primeira ponte da Cachoeirinha, nas proximidades da avenida Major Gabriel, apanhou um desconhecido que conduzia um pilão às costas. O choque produzido pelo vehiculo no pobre homem que não ouvira a campa eletrica do mesmo, fello cahir immediatamente, passando por cima de ambas as pernas, esmagando-as. Deu caso ao esmagamento a surdez do infeliz que, alem de não prestar atençaõ ao *bond* que se approximava, diminuindo de velocidade, caminhava vagarosamente, não se podendo furtar ao desastre, quando sentiu o choque do vehiculo. O pobre homem, morreu minutos depois do esmagamento.⁶²

⁶¹ Diário Oficial (AM), nº 507. Manaus, 23 de agosto de 1895.

⁶² Jornal do Commercio (AM), s/n. Manaus, 25 de junho de 1909.



Em uma breve nota na coluna “Factos policiais” no *Jornal do Commercio* é mencionado que “com guia da 1º foi recolhida a Santa Casa um indigente surdo e mudo”⁶³. Para tanto, observa-se, a partir da análise dos contextos acima apresentados, o aparecimento da pessoa surda em contextos trágicos, bem como policiais e médicos. O homem surdo, é recolhido pela polícia e encaminhado à Santa Casa, porém, na pequena nota não são explicitados os motivos do recolhimento e nem para o encaminhamento até à Santa Casa. Como hipótese apresenta-se que, por ser indigente, o mesmo não possuía um local de moradia fixa e, somado a isso, por ser visto como um doente, tendo em vista o modelo médico a respeito da deficiência, o mesmo foi recolhido à Santa Casa.

Em notícia intitulada “outro atropelamento”, veiculada no *Jornal do Commercio*, outro acidente de envolvendo um bonde é noticiado:

Um vehiculo da “Tramways” apanhou um traseunte na praça dos Remedios. Já vão entrando na ordem natural dos factos os constantes desastres e atropelamentos causados pelos vehiculos da “Manaós Tramways”, hora tendo como causa directa a impericia dos seus motorneiros, hora em virtude de imprudencias por elles perpretadas no exercicio de sua profissão. Para asseverarmos isto, não nos precisamos reportar a pequenos incidentes, de character passageiro, bastam os factos cuja gravidade tem requerido a intervenção da policia civil e dos quaes hontem se verificou na praça dos Remedios. O bonde, que por ali passava ás nove horas da manhã, fazendo a linha “Avenida Joaquim Nabuco Remedios”, ao principiar a descida da mencionada praça, na curva ainda, apanhou o peruano Custodio, fazendo-lhe um ferimento na testa e várias contusões no corpo. Ao que parece Custodio Tomes é surdo, por quanto não ouviu a sineta do bonde vibrada em tempo, deixando-se por isso apanhar. O carro causador do desastre tem o número vinte e cinco, e na occasião, era guiado pelo motorneiro João Gomes, de chapa numero dezoito. A policia do primeiro districto circunscripção em que o caso acorreu, tomou as providências necessarias, recolhendo João Gomes ao respectivo xadrez e fazendo conduzir a victma aos hospitaes da Santa Casa de Misericórdia.⁶⁴

Para Dhyene Vieira dos Santos (2018) o bonde elétrico configurou-se como sendo um dos principais inventos da modernidade, caracterizando-se como um dos principais meios de transporte urbano, no entanto, “[...] nas primeiras décadas do século XX, poucos acontecimentos em Manaus foram tão noticiados quanto os acidentes de bonde” (Santos, 2020, p. 43). A exemplo da notícia do *Commercio do Amazonas*, intitulada “DESASTRE E MORTE - O BOND N.º 52 - Uma creança morta e outra ferida”:

⁶³ *Jornal do Commercio*, de 20 de julho de 1909.

⁶⁴ *Jornal do Commercio*, de 20 de outubro de 1912, no jornal nº 3055.



Hontem, á 1 hora e 15 minutos da tarde, foi a rua Municipal theatro de um horroroso desastre que compuugiu a quantos tiveram a infelicidade de presenciarem-n'õ. Achavam-se as duas creanças de nome Evaristo e Raymundo, filhos de Paschoal Maria da Conceição, moradora á mesma rua, a brincar descuidosas, quando a menor dellas Raymundo, de 3 annos apenas, foi attingida pelo bond n.º 52, da Manaós Railway, que descia aquella artéria urbana em direcção á Cachoeirinha, quasi em frente á residencia do sr. Major Pinheiro. O seu irmãosinho Evaristo, de 5 annos, dando-lhe um empurrão conseguiu-o jogar fõra da linha, no momento do perigo, mas foi desgraçadamente alcançado pelo vehiculo, que lhe passou sobre as pernas, esmagando-as ambas. Effectou a prisão do motorneiro, Vicente Correa Braga, o cabo do 1º batalhão de segurança, José Rufino, que seguia no mesmo bond. [...] O infeliz Evaristo foi conduzido por populares para a pharmacia Municipal, sendo-lhe prestados os primeiros curativos, ahi, pelo dr. Alfredo Araujo. [...].⁶⁵

A criança atingida pelo bonde, porém, não sobrevive à operação realizada em virtude da necessidade médica de amputação de suas pernas. A outra criança aparentava ferimentos leves. E uma mensagem do lida pelo então governador Siverio José Nery, outro acidente envolvendo um bonde é relatado:

[...] No dia 7 de março ultimo deu-se um lamentavel desastre com o carro do serviço de desinfecção, guiado pelo boleeiro Januario da Fonseca, substituto do effectivo. Na occasião em que este carro atravessava a rua Ferreira Penna, vindo da rua Monsenhor Coutinho, foi alcançado pelo bond n.º 57, não se podendo evitar um choque, do qual resultou ficar inutilizado para o serviço dos animaes que faziam a tracção do carro, sendo tambem ligeiramente o boleeiro e o desinfector José Guerra, e soffrendo o carro algumas avarias. Do inquerido procedido, não só V. Exc. como tambem pela auctoridade policial, a quem foi participado o accidente, ficou averiguada a inculpabilidade do boleeiro, que não pôde suster o carro, em vista da velocidade do bond electrico e de não haver o seu motorista feito soar a campainha de alarme, a tempo de se evitar o desastre. [...].⁶⁶

Uma hipótese apresentada por Santos (2020) para as constantes ocorrências de acidentes envolvendo os bondes, nas ruas da cidade de Manaus reside no fato de que a população ainda não estava habituada ao novo tipo de transporte e suas características diferenciadas:

Esse tipo de situação ocorria porque a percepção de tempo, do deslocamento, era nova no cotidiano desses usuários, e o impacto não era nada agradável. As ruas não eram mais as mesmas, o tempo de deslocamento não era mais o mesmo, era preciso se acostumar com todas as mudanças vivenciadas pela cidade porque à medida em

⁶⁵ *Commercio do Amazonas*, 14 de novembro de 1900, nº 91.

⁶⁶ Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 3.ª sessão ordinária da 4.ª legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado Silverio José Nery em 10 de julho de 1903.

que a cidade ia se expandindo, fomos assistindo um crescimento de reivindicações populares ligadas aos serviços prestados a sociedade (Santos, 2020, p.47).

A exemplo das reivindicações realizadas pela população para que o governo tomasse providências em relação a imprudência dos motoristas dos bondes, denunciada pelos moradores da cidade, em matéria do *Commercio do Amazonas*, intitulada “Motorista imprudente: QUASI ESMAGA UMA CRIANÇA”:

A 2^a delegacia comunicou o agente Pedro Alcantara de Andrade, que hontem [...],o bond n. 6 da Manãos Tramways, que fazia a viagem da Cachoeirinha-circular, guiado pelo motorista n. 8 de nome Francisco Alves, com o conductor Luiz Teixeira, de chapa 49, ao passar em carreira vertiginosa, como sempre, pela estrada Dr. Moreira, já no bairro do Mocó, apanhou com a plata-forma a menina Closett de Oliveira, de 5 annos de idade, amazonense, filha do fallecido Pedro Barbosa, moradora á avenida Ayrão n. 21, no referido bairro. Além de grandes escoriações por todo o corpo, a criança soffreu dois profundos ferimentos na região frontal e no couro cabelludo. [...] Segundo testemunhos, o facto foi todo devido á imprudencia do motorista. Este continuou com o carro em disparada até a estação central, onde, abandonou-o, evadiu-se. [...] E’ de balde que clamamos contra o procedimento dos motoristas da Manãos Tramways, cuja imprudencia rouba de vez em quando um ente caro á familia, um cidadão util á pátria e á sociedade.

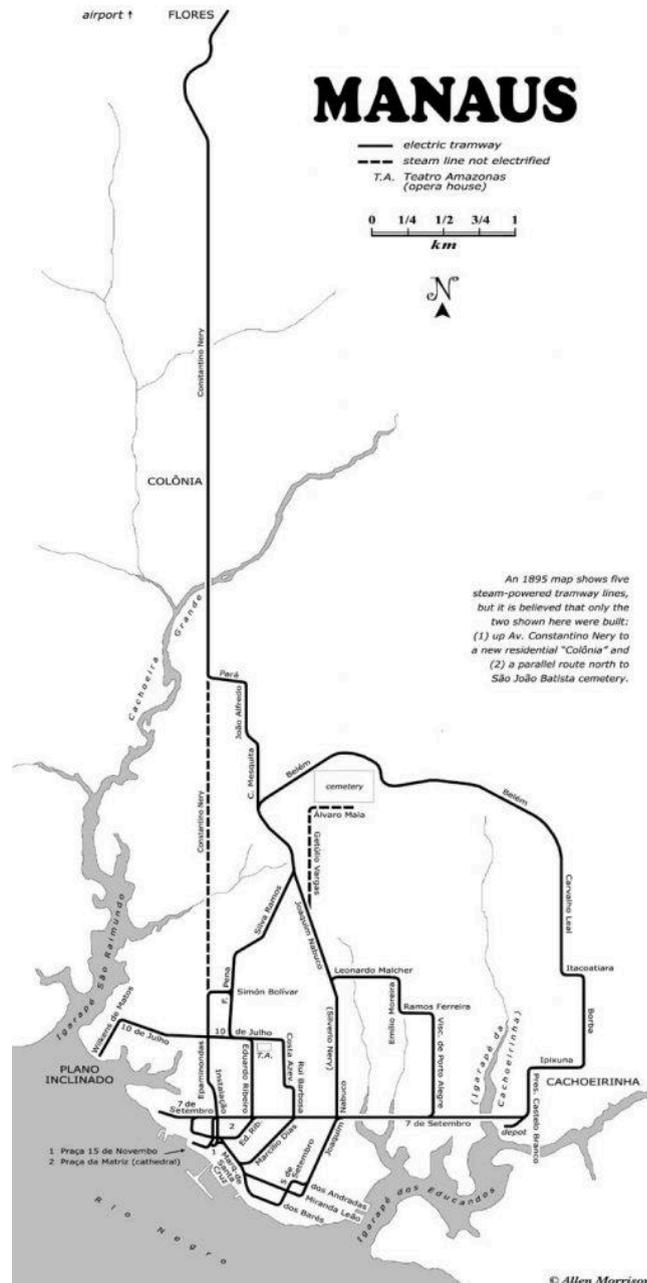
Pode-se deprender a partir das notícias reproduzidas acima, que as mudanças apresentadas pela cidade de Manaus na última década do século XIX e início do século XX incorporaram novos meios de transporte à vida cidadina, bem como um novo trabalhador: o motorista dos bondes. Tal cenário acarretou em mudanças nas dinâmicas sociais e nos hábitos e relações do indivíduo com a cidade. A partir do início da circulação dos bondes elétricos na cidade de Manaus, o ir e vir do cidadão pela cidade foi alterado e sua relação com o novo trabalhador urbano (o motorista de bonde), em certos momentos, foi permeada por conflitos em decorrência do que era noticiado pela imprensa e reclamado pela população como imprudência desses novos profissionais urbanos.

Conforme Santos (2018) os trabalhadores dos bondes, que eram majoritariamente do sexo masculino, quando são citados na imprensa manauara, aparecem em contextos de acusações, indignação e insatisfação por parte dos moradores da cidade, em relação aos serviços prestados e sua imprudência: “[...] sendo acusados por ultrapassar o limite da velocidade permitida ou por desrespeito, quando se envolviam em discussões com passageiros



ou, na pior das situações, quando se envolviam em algum acidente” (Santos, 2018, p. 274-2775).

Figura 9: Mapa de 1897, mostrando então o percurso de duas linhas de bonde em Manaus.



Fonte: Instituto Durango Duarte.⁶⁷

⁶⁷ Acervo The Tramways of Brazil a 130 year survey by Allen Morrison.

Figura 10: Trecho da linha de bondes para Flores, Manaus - AM.



Fonte: Instituto Durango Duarte.⁶⁸

No ano de 1919, em matéria veiculada no *Jornal do Commercio*, intitulada “um surdo perigoso” um homem surdo é apresentado como uma pessoa perigosa e agressiva:

Guilherme Heitor Manoel Surdo, empregados da usina da Manaós Tramways, na Cachoeirinha, tiveram hontem, pela manhã, uma ligeira rixa, no trabalho, por motivos frívolos. Pelas vinte horas, encontrando-se á rua Lobo de Almada com o seu companheiro, Surdo começou a provoca-lo, por meio de gestos ridiculos, originando-se d’ahi, acalorada discussão da qual Guilherme recebeu uma bofetada vibrada pelo seu cotendor, que fugiu em seguida, receioso de uma justa represalia. A victma levou o facto ao conhecimento da policia.

Na notícia acima apresentada, pode-se perceber que o fato de Manoel ser surdo, faz parte de sua identidade como indivíduo, sendo esta característica, usada até no lugar de seu

⁶⁸ Huebner & Amaral, [1909]. 1 cartão-postal, colotipia, 9 x 14 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464423/icon1464423.jpg.



sobrenome. Quanto aos “gestos ridículos” que o mesmo foi acusado de realizar, uma hipótese a ser levantada é que os mesmos poderiam ser sua forma de comunicação.

Além dos contextos trágicos apresentados acima, o indivíduo denominado “surdo” ou “surdo-mudo” aparece em outros dois diferentes contextos: o primeiro em um anúncio de 1892 do jornal *Amazonas* onde um homem surdo anuncia a abertura de sua oficina:

Manoel Joaquim da Silva (surdo), antigo official da fundição dos srs. J. Wright & Cia., participa ao commercio e aos seus amigos que abriu uma officina de serralheria, á Rampa da Imperatriz, junto da loja Uyrapurú, onde se encarrega de qualquer concerto de lanchas a vapor, grades para varandas, letras para marcar borracha e toda e qualquer obra concernente a sua arte.⁶⁹

No segundo contexto, apresenta-se o uso de uma tecnologia que permitiu uma pessoa surda compreender parcialmente o que estava sendo comunicado:

Demeny, que obteve pela chromophotographia provas sucessivas da imagem de uma pêssoa pronunciando uma phrase, colocou as imagens obtidas em um zootrope para obter a reprodução. Quando se faz gyrar o aparelho vê-se a photographada abrir a bocca e mover os labios como se articulasse palavras. Um surdo-mudo acostumado a ler ou adivinhar a palavra nos labios e ao qual se mostrou essas imagens, pôde traduzir pela escripta uma parte da phrase pronunciada.⁷⁰

Já os dois contextos citados acima, apresentam uma exceção à regra, em contextos onde a pessoa surda é citada. O primeiro é um homem surdo, empreendedor que possui recursos para financiar um anúncio em um jornal, anunciando a abertura de sua oficina. Porém, nota-se que sua condição de homem surdo é apresentada entre parênteses logo após seu nome, antes mesmo de suas referências profissionais. O segundo contexto apresenta o uso da técnica fotográfica denominada “chromophotographia” para que uma pessoa surda pudesse entender o que estava sendo comunicado. Contudo, nota-se que tal episódio pareceu possuir maior cunho experimental do que integrador e inclusivo, tendo em vista que o nome do homem surdo sequer foi mencionado, como se sua identidade estivesse unicamente reduzida a ser um homem surdo.

⁶⁹ Jornal *Amazonas* (AM), s/n, 1892.

⁷⁰ Jornal *Diário de Manaós* (AM), nº 136, Manaus, 18 de dezembro de 1891.



O indivíduo denominado no período entre 1890-1920, na cidade de Manaus como “surdo” ou “surdo-mudo”, é o que menos possui ocorrências nas páginas da imprensa e documentos oficiais da cidade consultados durante a realização da pesquisa. No entanto, nas ocorrências em que estes indivíduos são protagonistas, podemos observar não somente como eram tratados e vistos pela sociedade naquele período histórico, mas também as complexas relações sociais e de poder cidadinas.

Ao longo deste terceiro e último capítulo, objetivou-se apresentar o desenvolvimento da imprensa a nível nacional e local e de que formas os cenários vigentes e as dinâmicas sociais interferiram na representação das pessoas com deficiências e os ditos “alienados” nos periódicos e documentos oficiais em circulação na cidade de Manaus, na passagem do século XIX para o século XX.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise de periódicos e documentos oficiais pertencentes ao período entre 1890 a 1920, na cidade de Manaus, a pesquisa buscou levantar de que formas as pessoas com deficiência eram representadas e denominadas na cidade, durante a passagem do século XIX para o século XX. Considera-se este um período de grande relevância para a história da cidade de Manaus, com uma gama de produções acadêmicas que abordam este período histórico.

No entanto, quando falamos sobre as pessoas com deficiência e os ditos “alienados”, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que abordam a trajetória histórica e social desses indivíduos. Tendo em vista que os mesmos, vêm sofrendo apagamento histórico que muitas vezes pode omitir suas narrativas, histórias e vozes da sociedade. Para tanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir de forma positiva para a abordagem de um indivíduo tão relevante socialmente quanto a pessoa com deficiência e a pessoa em sofrimento mental.

A pesquisa inicia-se no primeiro capítulo, com a abordagem das principais mudanças ocorridas na cidade de Manaus, entre o final do século XIX e início do século XX, bem como as influências dessas medidas na vida das pessoas com deficiência e os ditos “alienados”. Considerando a influência que a cidade de Manaus sofreu da Europa Ocidental e o contexto de higienização e modernização pelo qual o Brasil passava, considerando as mudanças políticas e sociais.

O segundo capítulo buscou abordar um debate acerca da visão historiográfica e médica acerca desses indivíduos, constatando que, no período elegido para esta pesquisa, o modelo em voga para se pensar a deficiência era o modelo médico. Tal período, além de apresentar diversas transformações no Brasil em decorrência da Proclamação da República (1889), e em Manaus, em decorrência da *Belle Époque*, foi um período de diversas mudanças para a psiquiatria brasileira, onde a mesma buscava firmar-se como ciência e construir seus próprios conhecimentos científicos. Rompendo com os moldes franceses e buscando bases na psiquiatria alemã, a partir de Juliano Moreira. Um intento da psiquiatria brasileira nesse período, passa a ser estabelecer com melhor precisão o conceito de alienação mental.

A pesquisa apresenta, em seu desenvolvimento, que o entendimento que se tinha a respeito dos atores sociais aqui estudados, na passagem do século XIX para o século XX, foi



fruto de um discurso médico aliado a políticas higienistas. Tais atores sociais foram alvo de políticas de higienização que buscaram segregá-los e excluí-los do convívio social, acreditando que assim, a cidade poderia possuir uma imagem bela e civilizada. Utilizando-se de mecanismos disciplinadores e normatizadores, a polícia, a medicina e a psiquiatria vigiaram e trataram de perto esses indivíduos.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, observamos que a imprensa possuiu um papel ativo nesse processo de exclusão e segregação das pessoas com deficiência e dos alienados, na cidade de Manaus, no período que vai de 1890 a 1920. Funcionando como ferramenta propagadora e disseminadora de costumes, discursos e hábitos, a imprensa periódica apresentou em muitos momentos, as pessoas com deficiência como miseráveis, indigentes e necessitados de caridade e assistência pública.

Já em relação aos ditos “alienados”, a mesma contribuiu para que sobre o mesmo se estabelecesse uma imagem de desordeiro, transgressor, perturbador da ordem pública e de um indivíduo perigoso ao convívio social. Que para tanto, deveria ser tratado em um lugar específico e mantido longe dos olhares públicos. Por ordem pública pode-se entender todos os comportamentos socialmente aceitos que eram exigidos da população da cidade. Comportamentos que respeitassem a moral e os bons costumes e que não perturbassem a força de trabalho. Conforme Costa (2014, p. 113):

Dos atores sociais envolvidos - moradores, administradores públicos, médicos sanitaristas, proprietários, elite comercial etc. - os que menos tiveram poder de ingerência na modificação da feição urbana foram, sem dúvida, os trabalhadores e pobres urbanos.

Os comumente chamados “aleijados”, “alienados”, “cegos”, “surdos” e “surdo-mudos” (durante o período de 1890 a 1920) incluíam-se nesse grupo de atores sociais aos quais a autora se refere como aqueles que possuíam pouca ingerência no espaço urbano. No entanto, tal cenário não significa que os mesmos não possuíam certo protagonismo e aceitavam passivamente todas as medidas que eram impostas a eles pela elite e pelo governo.

A partir da análise dos periódicos e documentos oficiais, podemos perceber que o espaço urbano de Manaus, tornou-se conflitivo e foi cenário de lutas de poder, assim como as páginas dos periódicos. Os atores sociais aqui estudados, apesar das duras medidas

controladoras, segregadoras e punitivas, continuavam a resistir através da imposição de sua presença em locais nos quais não eram bem quistos pela elite e pelo governo, por exemplo, e até foram protagonistas de contextos considerados “positivos”, onde os mesmos falaram por si.

Os atores sociais aqui estudados, não foram apenas alvos de políticas segregadoras, mas também de políticas caritativas que buscaram assisti-los em necessidades mais urgentes como a alimentação e o asilo. A exemplo dos “cegos” e “aleijados” atendidos no Asilo de Mendicidade. Os mesmos aparecem nas páginas dos periódicos também em contextos onde buscam a imprensa para denunciar formas arbitrárias de tratamento exercidas contra eles, ocupando um local de fala.

Os “cegos” aparecem ainda em contextos médicos e curativos no que diz respeito às várias cirurgias realizadas gratuitamente por médicos residentes ou a passagem na cidade de Manaus. O que demonstra dois aspectos: um certo interesse dos “particulares” com a prática da ajuda a esse público e a visão da cegueira unicamente como patologia e não identidade.

Os indivíduos tidos como “surdos” ou “surdo-mudos” mesmo aparecendo em poucas ocorrências aqui apresentadas marcam sua presença em contextos trágicos e também relacionados ao uso de tecnologias que puderam possibilitar que os mesmos mantivessem parcialmente, uma comunicação com um ouvinte (pessoa não surda).

Para tanto, utilizou-se este espaço para abordar as formas de representação da pessoa hoje entendida como pessoa com deficiência e o dito “alienado”, na cidade de Manaus, entre o período de 1890 a 1920, a partir da perspectiva da imprensa, considerando os aspectos constituintes da imprensa manauara e de seus jornais. Ainda que aparecendo em muitos contextos entendidos como “negativos” por envolverem agressões, prisões, recolhimentos ao hospício, acidentes fatais, dentre outros, e sendo alvo de políticas disciplinadoras, punitivas e segregadoras, os “aleijados”, “alienados”, “cegos”, “surdos” e “surdo-mudos” obtiveram sua presença na cidade de Manaus notada pelos seus moradores, pelo governo e pela medicina.



6. REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Ensaio, subjetividade, saúde mental, sociedade.** - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

AMAZONAS. Disponível em:
<https://imprensaoficial.am.gov.br/noticias/imprensa-oficial-do-amazonas-celebra-128-anos-de-historia>. Acesso em: 20/q02/2024.

AMAZONAS. Disponível em:
<https://imprensaoficial.am.gov.br/sobre/historia-da-imprensa-oficial-do-estado-do-amazonas#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Di%C3%A1rio,regulamentand o%20a%20Reparti%C3%A7%C3%A3o%20de%20Terras>. Acesso em fevereiro de 2024.

ARAÚJO, Maria de Jesus do Carmo de. **Instituições médicas para alienados na cidade de Manaus 1880-1927.** Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2017.

AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A Revista da Associação Comercial e as Representações Acerca do Trabalho no Amazonas (1908-1919).** Manaus [s.n], 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

BARROS, José D'Assunção. **A história cultural e a contribuição de Roger Chartier.** In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 11, p. 125-141, 2005.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15/12/2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** - São Paulo: Contexto/EDUSP, 1938.

CARVALHO, Juliane Lima. **Os espaços fúnebres na cidade de Manaus.** - Manaus: UFAM, 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas.

Carta Cadastral da Cidade de Manaus. Disponível em: Lisboa [Portugal]: Lith. Ca. Nal. Editora, [entre 1892 e 1896]. 1 mapa, col., 88 x 66 cm. Escala 1:8.000. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164960/cart164960.jpg. Acesso em: 29 May. 2024.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. **Reconstrução da Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça São Sebastião** - Manaus: UFAM, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.

CONSENTINO, Mayara Grazielle. **Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos.** Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.11, 2019.



COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana** - Trabalhadores de Manaus (1890/1915). Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

COSTA, Jurandir. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. - 5 ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DAOU, Ana Maria. **Cidade, teatro e o “Paiz das Seringueiras”**: Práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. – Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto** – Manaus 1890-1920 - 3ª edição – Manaus: Editora Valer, 2019.

DIAS, Pollyanna D’Ávila Gonçalves. **A Arquitetura Neogótica no Período da Borracha: um estudo tipológico das construções de Manaus**. Manaus: UEA, 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes - PPGLA). Universidade do Estado do Amazonas.

DUARTE, Durango Martins. **A imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama**. 1ª ed. Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de silêncios e gritos!**; prefácio Rinaldo Correr. 4. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

FREIRE, Samanta Araujo. **Identidade, Deficiência e Movimentos Sociais: um olhar sobre as associações de PCDs no município de Manaus**. Orientadora Maria Izabel de Medeiros Valle. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 9a Edição. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 375.

George Huebner/Acervo Instituto Moreira Salles. 1900c.

George Huebner/Acervo Instituto Moreira Salles. 1900 c.

GOMES, Luísa de Souza. **Quo Vadis: a trajetória de um jornal de oposição (1902-1904)**. Orientador Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Relatório Final (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Universidade Federal do Amazonas, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**; Organização e Revisão Teórica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. - Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio: Apicuri, 2016.

Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/planta-da-cidade-de-manaos-de-1852/>. **In:** Um olhar pelo passado, 1897, de autoria de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Acesso em fevereiro de 2024.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de Pesquisa em História**. - 1 ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2022.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, Samuel de Lucena; SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa. **Relações sociais e de poder na Manaus da Borracha através do estudo de remédios históricos**. In: História e Cultura. Artigos, livros e resenhas. V. 11, n. 1, jul/022.

MEDEIROS, Samuel Lucena de. **Comprando Saúde: o consumo de remédios e seu contexto na Manaus antiga (1892-1939)**; orientadora Tatiana de Lima Pedrosa Santos. - Manaus: [s.n.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, 2020.

Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles. 1890 c.

MENDONÇA, Rosana Lima de. **Patrimônio industrial e memória: a cervejaria Miranda Corrêa**; orientador Rafael Ale Rocha. - Manaus: [s.n.], 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, 2020.

MENDES, Lidiane Álvares. **Na esteira da Loucura: Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro – Práticas e representações na ala feminina, Manaós (1894/1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. 2016.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. UFF: 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. - 1. ed., 6ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2022.

NAVARRO, Raquel Maria. **A história da política de saúde mental do Amazonas: a reforma psiquiátrica e sua estruturação**; orientador Júlio César Schweickardt. - Manaus [s.n.]. Dissertação (Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2015.

Observatório da Imprensa. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/federacao-um-jornal-que-fez-historia/>. Acesso em fevereiro de 2024.

PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia. **Colonialidade do Poder: conceito e situações e decolonialidade no contexto atual**. In: Decolonialidade e sociologia na América Latina. Edna Castro, Renan Freitas Pinto (orgs.). - Belém: NAEA: UFPA, 2018.

PEREIRA, William Rodrigues. **Entre o Passado e a “Modernidade”: Uso e Ressignificação do Espaço Público Dom Pedro II - Manaus/AM**. Manaus: UFAM, 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas.

PICCOLO, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2022.



PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. - 3. ed. - Manaus: EDUA, 2015.

PORTOCARRETO, Vera. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

Proclamação da república - Quadro de Benedito Calixto. Disponível em: <https://afnb-bsb-colecionismo.blogspot.com/2011/11/loterofilia-proclamacao-da-republica.html>. Acesso em 01 de junho de 2024.

Ribeiro, Fabrício Junio Rocha. **Da razão ao delírio: por uma abordagem interdisciplinar do conceito de loucura** / Fabrício Junio Rocha Ribeiro – Belo Horizonte, 2006. 131f. Orientadora: Jacqueline de Oliveira Moreira Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Bibliografia.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte: O Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)**. Manaus: UFAM, 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal do Amazonas.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?**. 5ª ed. Editora Brasiliense, 1988.

SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). **Posturas municipais, Amazonas (1838-1967)**. - Manaus: EDUA, 2016.

Santa Casa de Misericórdia. Foto: Gil. Revista da Associação Comercial do Amazonas (ACA) de 10 de fevereiro de 1930.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. **Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidade, cultura associativa e greves (1899-1930)**. UFAM, 2020. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. **Trabalho e sociabilidade urbana: motoristas e condutores de bondes em Manaus, 1899-1927**. Caderno CERV, série 2, vol. 29, n.2, dez. de 2018.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. - São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA, Iná Isabel de Almeida Rafael. **Múltiplas Cidades em Uma Cidade: discursos metafóricos sobre a Manaus do Ciclo da Borracha**. Manaus: UFAM, 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Amazonas.

SILVA, Júlio Santos da. **Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920)** / Júlio Santos da Silva. – 2012. 162 f. : il. color. ; 31 cm. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa.

SILVA, Luiz Arthur Oliveira da Silva. **Imprensa e Política: a trajetória do Jornal Amazonas 1866-1889**. Relatório Final (Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**./Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



TRINDADE, Deborah Vilhena. **Imprensa, poder e política no jornal Correio do Norte (1906-1912)**. Orientadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro. Relatório Final (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Universidade Federal do Amazonas, 2011.

FONTES

A Federação, s/n, em 10 de julho de 1900.

A Federação, 10 de julho de 1900.

A Federação, nº 698, de 12 de julho de 1900.

Amazonas, s/n, de 03 de setembro de 1892.

Anexo nº 21 da mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 2ª Sessão ordinária da 4ª Legislatura, pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado Silverio José Nery, em 10 de julho de 1902.

Commercio do Amazonas, nº 104, de 1900.

Commercio do Amazonas (AM), nº 452. Manaus, 28 de abril de 1899.

Commercio do Amazonas - Manaós, 24 de março de 1912. nº 178.

Commercio do Amazonas, 14 de novembro de 1900, nº 91.

Correio do Norte, 30 de dezembro de 1909.

Correio do Norte, 26 de janeiro de 1906.

Correio do Norte, nº 408, em 10 de abril de 1910.

Diario Official (AM), nº 507. Manaus, 23 de agosto de 1895.

Diario Official, em referência ao dia 27 de fevereiro de 1896.

Diario Official, 24 de abril de 1900.

Diario Official, s/n, de 11 de abril de 1895.

Diario Official, s/n, 10 de fevereiro de 1895.

Diario Official (AM), s/n. Manaus, 28 de fevereiro de 1896.

Diário de Manaós: Propriedade de uma Associação (AM), nº 14, Manaus, 21 de julho de 1893.

Diário de Manaós, nº 14, de 21 de julho de 1893.

Diário de Manaós, nº 329, de 09 de junho de 1891.

Diário de Manaós nº 90, de 20 de outubro de 1891.

Diário de Manaós, nº 329, de 09 de junho de 1891.



Jornal do Commercio, nº 4453. Manaus, 18 de setembro de 1916.

Jornal do Commercio de 24 de março de 1908.

Jornal do Commercio, Manaus nº 964, Terça-feira, 5 de março de 1907.

Jornal do Commercio, de 14 de fevereiro, de 1908, nº 1398.

Jornal do Commercio do ano de 1909, s/n.

Jornal *Amazonas* (AM), s/n, 1892.

Jornal *Diário de Manaós* (AM), nº 136, Manaus, 18 de dezembro de 1891.

Jornal do Commercio, de 20 de outubro de 1912, no jornal nº 3055.

Jornal do Commercio (AM), s/n. Manaus, 25 de junho de 1909.

Jornal do Commercio (AM), de 20 de julho de 1909.

Jornal do Commercio (AM), nº 5732. Manaus, 16 de abril de 1920.

Jornal do Commercio, s/n, de 1 de fevereiro de 1910.

Jornal do Commercio, nº 4825. Manaus, 02 de outubro de 1917.

Jornal do Commercio, nº 13.634, de 11 de janeiro de 1908.

Jornal do Commercio nº 1.408, de 24 de fevereiro.

Jornal do Commercio, s/n, de 22 de fevereiro de 1905.

Jornal do Commercio, em 22 de setembro de 1904, na edição de número 229.

Jornal do Commercio, nº 224, 6 de setembro de 1904.

Jornal do Commercio do ano de 1905, s/n.

Jornal do Commercio de 17 de janeiro de 1910.

Jornal do Commercio do ano de 1909, s/n.

Jornal do Commercio, nº 940 de 07 de fevereiro de 1907.

Jornal do Commercio, nº 187 de 09 de junho de 1904.

Mensagem, Snr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de 10 de julho de 1894, p. 38.

Mensagem, Snr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de 10 de julho de 1894, p. 39.

Mensagem Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso dos Srs. Representantes, em 01º de março de 1896, p. 17.



Mensagem Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, lida ao Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 04 de março de 1897, p. 18.

Mensagem Exm. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, lida ao Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 04 de março de 1897, p. 19.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da primeira sessão ordinária da sexta legislatura, pelo Governador do Estado Dr. Antonio Constantino Nery, em 10 de julho de 1907, p. 38.

Mensagem, lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura pelo Cel. Raymundo Affonso de Carvalho, 10 de julho de 1908, p. 39.

Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, então Governador do Estado, em 10 de julho de 1915, págs. 43-44.

Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 1.ª sessão ordinária da 6.ª legislatura. Pelo Governador do Estado Exm. Sr. Dr. Silverio José Nery. Em 10 de julho de 1904.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sexta legislatura. Pelo Cel. Raymundo Affonso de Carvalho, presidente do Congresso Legislativo no exercício de Governador do Estado. Em 10 de julho de 1908.

Mensagem lida perante a assembléa legislativa na abertura da segunda sessão ordinária da Nona Legislatura. Pelo Exm. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado. A 10 de julho de 1917.

Mensagem lida perante a Assembléa Legislativa por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914. Pelo Exm. Sr. Governador do Estado Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa.

Mensagem Lida perante a Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura, em 10 de julho de 1914, pelo Exm. Sr. Governador do Estado, Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições.

Mensagem Lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da sessão ordinária da sétima legislatura, em 10 de julho de 1910, pelo Exmo. Governador do Estado Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Acompanhada dos Relatórios dos chefes de repartições.

Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira Governador do Estado Lida perante o Congresso de Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 4 de março de 1897.

Mensagem do Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro Governador do Estado Lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária. Em 10 de julho de 1893.



Mensagem lida perante o congresso dos srs representantes por ocasião da abertura da 3.^a sessão ordinária da 4.^a legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado Silverio José Nery, em 10 de julho de 1903.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1.^a sessão da 19. legislatura da Assembleia Provincial do Amazonas, em 5 de setembro de 1888.

Relatórios diversos e anexos - Directoria de Hygiene Publica do Estado do Amazonas. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes na abertura da 1.^a Sessão da 4.^a Legislatura, em 10 de julho de 1901.

Quo Vadis? da terça-feira, 17 de fevereiro de 1903.

Quo Vadis?, de 1903, s/n.

Quo Vadis?, 1902.



ANEXO 1 - Carta escrita pelo alienista Juliano Moreira e publicada no *Jornal do Commercio*.

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL PARA ESTUDO DA ETIOLOGIA E PROPHYLAXIA DAS MOLESTIAS MENTAES

Inuteis parecem os congressos internacionaes a quem delles espera o impossivel, isto é, a solução immediata de todas as questões arduas e difficeis com as quaes vêm de ha muito mourejando os melhores cultores da sciencia. Approximando, porem, sabios e modestos trabalhadores, taes assembléas prestam inestimaveis serviços, estimulam os mais modestos, dando-lhes animo para tentarem chegar até aos sabios. A esses ultimos rehumanizam obrigando-os a descer até aquelles, verificando não raro que nem tudo sabemos. Os povos mais novos não dispõem de outro meio mais efficaz e mais pacifico que os Congressos Internacionaes para impellir os mais os mais artigos a se aperceberem de que a elles tambem vão crescendo. Além disso, de quando em quando nessas grandes assembléas vem á tona um problema digno de maior attenção pelos resultados a esperar de sua solução. O ultimo Congresso Internacional de Assistencia aos Alienados reunido em Milão terá em suas actas um titulo pelo qual jámais será esquecido de quem quer que se interesse pelos aperfeiçoamentos da humanidade. O dr. Franck, de Zurick fez um apello em favor da fundação de um Instituto Internacional tendo por fim estudar e combater as causas das molestias mentaes. O problema é daquelles que dispensam largas considerações tendentes a demonstrar sua importancia, todavia seja-me permittido dizer algo a respeito. Como o illustre alienista suiso tambem acho que as questões da etiologia e de prophylaxia das molestias mentaes só poderão ser convenientemente determinadas quando estudadas de accôrdo com um plano preestabelecido, por um grande numero de investigadores devotados á boa solução do problema. O plano preestabelecido não importa em cercear a liberdade de cada um em procurar meios imprevistos, tanto mais quanto a pesquisa desses meios deverá logo entrar para o programma, desde que se considere de valor. E' inadiavel o dever do homem civilizado, de recolher a maior somma possivel de material a analysar de accôrdo com o mais rigoroso criterio scientifico. Dahi resultará para os poderes dirigentes dos povos a orientação a seguir na prophylaxia do mais contristador dos males humanos. Os povos mais novos, como o que habita o Brasil, devem entrar ainda mais convictos na cruzada por isso mesmo que o futuro será mais brilhante para aquelles que

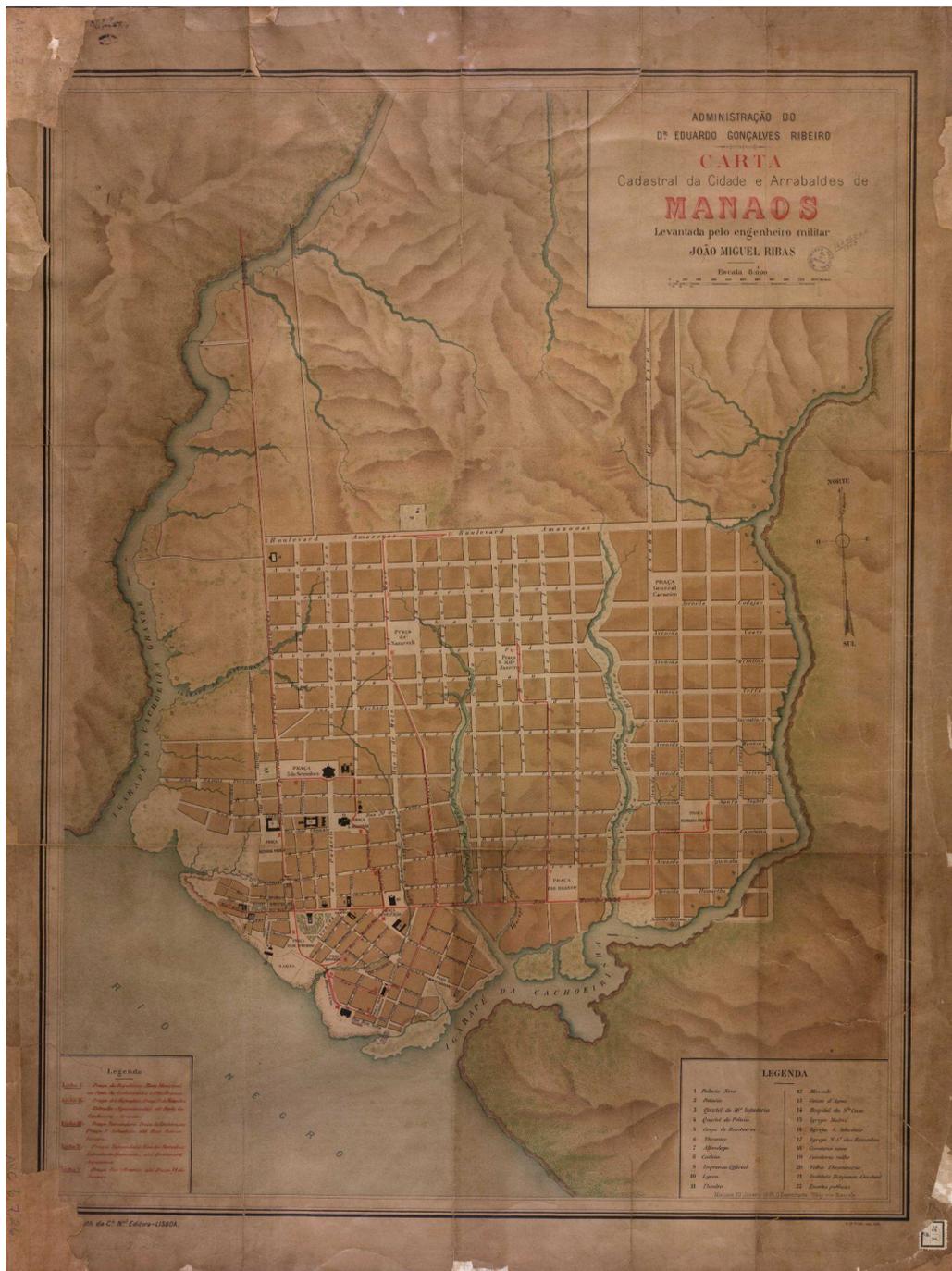


souberem melhor prover a melhoria da saúde do corpo e do cérebro em particular, de cada um de seus membros. [...] sabido é que um mau ensino é causa perturbadora do equilíbrio mental da criança. A verdadeira educação deve propôr-se a apurar as energias individuais, a cultivar aptidões sem deformar no educando nem a integridade do corpo nem a da mente. [...] Se docil a criança, as mais das vezes porque no lar doméstico já começou o trabalho deformador, temo-a a encher-se de um saber quase inconsciente, sem crítica. [...] Apesar de crescer dia a dia o nosso cabedal de conhecimentos a propósito das questões relativas aos factores da alienação mental, precisamos methodizar nossas investigações [...]. As questões de herança, em seus complexos pormenores, as relativas ao alcoolismo e á syphilis, dictarão por certo as normas principais do capítulo da prophylaxia das molestias mentaes e não somente destas, das nervosas em geral também, por isso que sobre as fraquezas do systema nervoso germina a loucura e se iniciam as regressões mais ou menos rapidas da família. [...] Os problemas a estudar são por tal modo complexos, que abrangem por assim dizer todos os capítulos da pathologia. Não é razão, porém, para desistirmos de esmerilha-los. O Instituto Internacional para o estudo da etiologia e prophylaxia das molestias mentaes é, portanto, incontestavelmente, uma fundação útil. [...] Tendo sido o Brasil, por extema e espontanea gentileza do Congresso, reconhecido como oficialmente representado no mesmo Congresso, foi o nome do signatario destas linhas incluso na lista dos referidos membros. Acreditando que ao nosso paiz interessa e muito o resultado dos trabalhos do Instituto em questão, acceitei a incubencia, certo de que os nossos poderes publicos e os collegas que se dedicam ao estudo das molestias mentaes e nervosas demonstrarão que a nossa patria bem mereceu ser contemplada na lista dos povos civilizados empenhados na pesquisa daquelles arduos problemas, convictos de que os resultados dictarão a efficacia da luta contra o inquietador argumento dos desequilibrios neuromentaes.⁷¹

⁷¹ *Jornal do Commercio*, Manaus n° 964, Terça-feira, 5 de março de 1907.



ANEXO 2 - Carta Cadastral da cidade e arrabaldes de Manaus.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.⁷²

⁷² Lisboa [Portugal]: Lith. Ca. Nal. Editora, [entre 1892 e 1896]. 1 mapa, col., 88 x 66 cm. Escala 1:8.000. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164960/cart164960.jpg. Acesso em: 29 May. 2024.